

Paula Cristina Bernardo Ferreira

AS GRANDES PERMANÊNCIAS CIVILIZACIONAIS
AGRÍCOLAS:
A TRADUÇÃO DAS *GEÓRGICAS DE VERGÍLIO* DE RUY
MAYER-1948

Orientadoras: Professora Doutora Fátima Nunes

Professora Doutora Christine Zurbach

“ Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.”

As Grandes Permanências Civilizacionais Agrícolas A tradução das *Geórgicas de Vergílio* de Ruy Mayer-1948

Nos anos 40 a elite fisiocráta que apoiava Oliveira Salazar na sua política agrarista fascinou-se pelos valores Clássicos de Columela e dos seus sucedâneos.

Com o objectivo de sustentar moral e eticamente a sua actuação analisaram e recuperaram os grandes paradigmas greco-latinos, através da publicação de um vasto número de obras, das quais se destaca a tradução do poema de Virgílio *As Geórgicas* traduzidas pelo agrónomo Ruy Mayer.

A publicação desta tradução inseriu-se numa estratégia ideológica, apresentando-se desvinculada do valor que tinha, pois o tradutor preocupa-se sobretudo em estudar e comentar o agrónomo.

Tendo como suporte teórico as áreas do Comparativismo, Tradução e História pretende-se fazer neste trabalho a caracterização do neofisiocratismo em Portugal, dos seus objectivos e impulsionadores, bem como a análise da tradução de Ruy Mayer, concluindo-se sobre a especificidade do seu projecto tradutivo, visto que se encontra inserida numa estratégia de actuação de uma elite defensora da causa *Re-rustica*.

Great Agricultural Permanences

The translation of Ruy Mayer's *Geórgicas de Vergílio* -1948

In the forties the physiocratic elite that supports Oliveira Salazar in his agrarian policy became fascinated by the Columela Classics, as well as its succedaneous. With the aim of supporting its moral and ethical action, they analysed and brought to light the great Greco-latin paradigms, through Virgílio's poem *As Geórgicas*, translated by the agronomist Ruy Mayer.

The publishing of the translation was a part of an ideological strategy, showing itself unattached of the value it used to have, because the translator's train of thought is to study and comment the agronomist.

Having as theoretical corner stone of the areas of Comparativism, Translation and History. This work tries to do a characterization of the neo-physiocratism in Portugal. This work also tries to do the characterization of the aims and the meutors of the neo-physiocratism. It also tries to analyze Ruy Mayer's translation, since it is part of a strategy of action of an elite that defends the *Re-rustica* cause.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui registado o meu agradecimento sincero a todos os que de forma directa ou indirecta prestaram o seu contributo para a realização deste trabalho.

Expresso desde já a minha gratidão à Senhora Doutora Fátima Nunes, pela disponibilidade constante, pelas observações sempre pertinentes, pelos itinerários cognitivos que me proporcionou ao longo deste trabalho e sobretudo pelo exemplo humano de profissionalismo, como orientadora desta tarefa que me propus levar a cabo e que sem ela seria completamente impraticável e à co-orientadora Senhora Doutora Christine Zurbach pela sua disponibilidade absoluta e continuada e pelos seus sapientísimos conselhos.

Aos meus pais, pelo amor e carinho que sempre dedicaram ao meu percurso académico e pessoal, deixo aqui o meu enorme reconhecimento.

Finalmente, mas não menos importante, ao meu marido, pelo incentivo que me deu nos momentos de maior desânimo e pela confiança inabalável que sempre depositou na minha capacidade de trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
I- COMPARATIVISMO, TRADUÇÃO, HISTÓRIA E RURALISMO	8
1. Comparativismo e Tradução	8
2. Estudos de Tradução	9
3. Teoria do Polissistema	10
5. Comparativismo e História	15
II – A ELITE FISIOCRÁTICA DO ESTADO NOVO	19
III – OS TEXTOS LATINOS TRADUZIDOS DA CAUSA RE-RUSTICA	23
1. A política neofisiocrática de Portugal, Espanha e Itália	23
2. Os grandes paradigmas agronómicos dos textos latinos da <i>causa re-rustica</i>	26
2.1. Os paradigmas agrícolas do tratadista Columela	27
2.2. Princípios agronómicos do livro X “A agricultura” de Columela	34
2.3. Os paradigmas agrícolas do tratadista Catão	42
2.4. Os paradigmas agrícolas do tratadista Paládio	44
2.5. Os paradigmas agronómicos do tratadista Plínio-o-Velho	45
2.6. Projecção sobre autoridades latinas: o tratadista Lucrecio	46
2.7. O tratadista Cícero	47
3. O fascínio pelos valores clássicos no século XX	49
IV – A TRADUÇÃO DAS GEÓRGICAS DE RUY MAYER	51
1- Apresentação das <i>Geórgicas</i> de Virgílio	51
2. As traduções portuguesas das <i>Geórgicas</i> anteriores a Mayer: século XVII	52
3. As traduções das <i>Geórgicas</i> - século XVIII	55
4. As traduções das <i>Geórgicas</i> - século XIX	56
5. O conceito de tradução nos séculos XVII, XVIII e XIX	63
6-A tradução das <i>Geórgicas</i> de Ruy Mayer: 1948	64
6.1. A tradução de Ruy Mayer - Análise de aspectos paratextuais: o prefácio.	66
7. As <i>Geórgicas de Vergílio</i> por Ruy Mayer: as estratégias traducionais	73
8. Descrição do corpus	76

9. Análise do aspecto paratextual	80
10. Análise macro-textual	82
11. Análise micro-textual	83
12. Acrescentos implícitos	88
13. Acrescentos explícitos	90
14. As supressões	93
15. A transcrição, não- tradução ou tradução parcial de elementos do texto	94
16. Equivalência semântica-lexical	95
17. Organização sintáctica	97
18. Conclusões sobre o projecto tradutivo de Ruy Mayer	98
IV – CONCLUSÃO	100
ANEXOS	103
BIBLIOGRAFIA	107

Introdução

A tradução das *Geórgicas de Virgílio* do agrónomo Ruy Mayer é uma obra paradigmática de uma política ideológica defendida por um sector da comunidade científica que se fascinou pela causa *Re-Rustica*, em Portugal na década de 40.

Esta tradução não se tratou de uma publicação isolada, mas constituiu um dos números de uma colecção editada pela livraria Sá da Costa intitulada “A Terra e o Homem - colecção de livros agrícolas” organizada pelos Engenheiros agrónomos Henrique de Barros, Ruy de Sá Oliveira e Eugénio de Castro Caldas.

Estes agrónomos defendiam uma política denominada fisiocrática na qual se apoiava a economia agrícola de Oliveira Salazar. Era necessário valorizá-la e credibilizá-la recorrendo aos Clássicos com o objectivo de sustentar moral e eticamente os planos de desenvolvimento de uma estratégia de actuação essencialmente agrarista.

As vastas referências que surgem nas obras dos tratadistas latinos referentes a inúmeras questões de carácter agrícola, foram então analisadas pelos agrónomos da década de 40 e, devido à sua pertinência e total utilidade, teriam sido recuperadas por um grande número de obras editadas nesse período, entre as quais se encontra a tradução realizada por Ruy Mayer. Obras desta natureza tiveram como finalidade constituir-se como o meio de transmissão de ensinamentos metodológicos de exploração agrícola, que haviam sido recuperados das civilizações grega e latina e que, de certo modo, permitiram, nesse período, a implementação de variadas técnicas que incrementaram o desenvolvimento rural do país.

Pretenderei, então, debruçar-me sobre a tradução das *Geórgicas de Virgílio*, visto que esta se apresenta desvinculada do valor que tinha, ressurgindo, com uma nova utilidade, pois o autor preocupou-se sobretudo em estudar e comentar o agrónomo.

Assim perscrutarei de que modo um grupo de agrónomos se fascinou pela civilização Clássica na prática de ensinar agricultura nos anos 40 e seguintes, evidenciando o seu contributo para a história da agronomia em Portugal.

Este trabalho pretenderá compreender e analisar as grandes permanências civilizacionais agrícolas, utilizadas pelos gregos e latinos, recuperadas pelos agrónomos da década de 40/50, e que ainda hoje se mantêm actuais. Mostrar-se-á de que forma foram transpostas para a língua portuguesa, através do estudo da especificidade desta tradução, no âmbito da Tradução e do Comparativismo, fazendo-se a descrição das estratégias traducionais adoptadas pelo tradutor Ruy Mayer.

Após a apresentação dos elementos teorizantes das áreas do Comparativismo, Tradução e História far-se-á a apresentação da elite fisiocrata do Estado Novo que impulsionou a difusão da causa *Re-rustica*. Analisar-se-á o seu papel activo no apoio dado a Salazar na valorização da agricultura como sector económico privilegiado.

Os princípios agrícolas e agronómicos presentes na actuação dos agrónomos fisiocratas tiveram por base a matriz de caracterização de Columela e dos seus sucedâneos, Catão, Paládio, Plínio-o-Velho, Lucrecio, Cícero e Virgílio, surgindo desde logo a necessidade de os tratar descritivamente neste trabalho, com o intuito de se verificar os valores ideológicos, agronómicos e culturais da elite do Estado Novo ligada à Academia das Ciências de Lisboa e à editora Sá da Costa.

Far-se-á também um levantamento das *Geórgicas* traduzidas em Portugal de modo a compreender-se a evolução e a transformação dos princípios adoptados na tradução de obras clássicas em Portugal, através da contextualização com precisão das traduções, nas respectivas épocas e circunstâncias da sua realização, esclarecendo as opções do tradutor de acordo com textos de prefácios ou outros.

Tendo por objectivo verificar de que forma a tradução feita por Mayer, inserida num contexto muito específico, se coaduna com o tipo de utilidade que a elite fisiocrata pretende atribuir à obra, far-se-á a análise de dois excertos paradigmáticos, concluindo-se sobre o que motivou a tradução de uma obra tradicionalmente inscrita no canône literário, as particularidades da mesma e o estatuto alcançado no seio da literatura e cultura portuguesas.

I- Comparativismo, Tradução, História e Ruralismo

O título "Grandes permanências agrícolas civilizacionais - a tradução das *Geórgicas* por Ruy Mayer (1948)" remete-nos para a necessidade de análise de duas questões fundamentais: comparativismo e tradução, comparativismo e história, cujo estudo permitirá o desenvolvimento e aprofundamento deste trabalho de investigação.

1. Comparativismo e Tradução

Começamos pelo primeiro ponto que é imediatamente percebido, quando pretendemos analisar a tradução agronómica das *Geórgicas* de Virgílio, traduzida em 1948, em pleno regime salazarista, pelo agrónomo Ruy Mayer e que levanta numerosas questões no âmbito do comparativismo e da tradução.

Assim estamos perante a tradução de um autor clássico, Virgílio, que encerra, na harmonia dos hexâmetros dactílicos, um verdadeiro tratado de agronomia.

Observamos aqui várias questões importantes que se relacionam com o facto desta obra traduzida possuir um estatuto canónico, o contexto em que esta tradução foi feita ser específico, pois trata-se do período salazarista, e desta possuir uma forte componente técnica que o tradutor deve dominar.

Vemo-nos confrontados com a necessidade de analisar a forma como literatura, tradução e agricultura se articulam, tornando-se fundamental para este estudo o recurso à perspectiva polissistémica visto que "cette théorie, qui s'inspire des travaux des formalistes russes, se veut globalisante, s'intéressant à tous les domaines de l'activité humaine considérés comme des systèmes."¹

Constatar-se-á que a denominada literatura *Re-rustica* da década de quarenta, constituiu-se como o meio de transmissão de ensinamentos metodológicos de exploração agrícola que foram recuperados das civilizações grega e latina e que, de certo modo, permitiram, nesse período, a implementação de inúmeras técnicas que impulsionaram o desenvolvimento rural português.

É pertinente verificar porque é que se traduziram as *Geórgicas* de Virgílio, neste período específico da história portuguesa e verificar a particularidade desta tradução que

¹ Inês Oseki-Depré, *Théories et pratiques de la traduction littéraire*, Armand Colin, 1999, p.62.

encerra em si as grandes permanências civilizacionais agrícolas latinas, recuperadas pelos agrónomos no século XX.

Ao tradutor Ruy Mayer interessaria traduzir o verdadeiro tratado de Agronomia que, segundo ele, estaria encerrado na encantadora harmonia dos hexâmetros das *Geórgicas* comentando, à luz da moderna Ciência Agrária, a sua doutrina técnica.

2. Estudos de Tradução

A obra de Ruy Mayer confirma a ideia de que a tradução sempre ocupou um lugar importante no panorama da literatura portuguesa, bastando, para tirar essa conclusão, consultar a lista de publicações editoriais onde se verifica o peso crescente das obras traduzidas. Ainda que alguns tradutores tenham considerado a tradução como coisa pouco gloriosa, e sempre aquém do original, o certo é que aquilo a que chamamos cultura em Portugal é, em grande medida, de traduções feita.²

No entanto, e apesar desta constatação, nem sempre o fenómeno da tradução foi bem aceite sendo frequentemente ignorado ou mal compreendido pelos estudos literários e considerado uma actividade subserviente, “subsidiária e derivativa”³ da literatura, embora tenha vindo a ser feito um esforço evidente para alicerçar esta área em princípios metodológicos e teóricos explícitos.

A área de estudos mais indicada para se debruçar sobre a problemática traducional é a literatura comparada, disciplina que se situa entre os ramos diversos dos estudos literários. Como defende Susan Bassnett todo o fenómeno literário suscita uma base comparatista, que é também por definição transnacional e transhistórica, realçando que só o campo disciplinar do comparatismo permite compreender o alcance epistemológico de tal prática.

Tendo como áreas de apoio o comparativismo e a história da cultura, a tradução tornou-se fundamental para a evolução da cultura mundial, ocupando-se com “textos e contextos, com a prática e teoria, com a diacronia e sincronia e, sobretudo, com o processo manipulatório de transferência intercultural e suas implicações ideológicas”⁴ sendo de extrema importância o conhecimento sociológico que obtemos, em termos de análise diacrónica, das culturas de chegada relativamente às culturas de partida.

² Cf. Fernando Cabral Martins “A tradução em dois sentidos”, in Guerreiro (org), ob. cit., 1983.

³ Susan Bassnett, ob.cit., 2000, p. 302.

⁴ Susan Bassnett, “Da literatura comparada aos estudos de tradução”, in *Floresta Encantada Novos Caminhos da Literatura Comparada*, trad. João Ferreira Duarte, 2000, p.310.

Com o intuito de tornar autónoma a área de estudos relacionada com a tradução, tornou-se imperioso criar um ramo especializado de investigação, tendo sido escolhida a designação de “Descriptive Translations Studies” que caracteriza de forma plena o seu objecto de estudo que seria uma tentativa de compreensão universal da literatura tendo em conta as relações obrigatórias existentes entre os textos e culturas aquando da prática da tradução. Esta designação é a mais apropriada, pois esta área de estudos é considerada “as the branch of the discipline which constantly maintains the closest contact with the empirical phenomena under study. There would seem to be three major kinds of research in DTS, which may be distinguished by their focus as product-oriented, function-oriented, and process-oriented.”⁵

3. Teoria do Polissistema

A partir dos anos 70, as propostas mais inovadoras para a análise metodológica e teórica do fenómeno de tradução literária vêm das universidades dos Países Baixos e de Israel, através dos estudiosos James Holmes, André Lefevere, José Lambert e Gideon Toury, que, por sua vez, desenvolveram as ideias teóricas de Itamar Even-Zohar em várias vertentes.

O ano de 1976, em Lovain, foi o ponto de partida para a difusão da teoria polissistémica que consiste na “continuação moderna da ideia de sistema literário, exposta em parte pelo estruturalismo de Praga e por formalistas como Tinianov e Roman Jakobson com uma perspectiva integradora, onde o fenómeno literário se inclui como um componente mais da sociedade, implicado na definição e construção da mesma.”⁶

A teoria dos polissistemas de Even-Zohar, modelo explicativo e interpretativo da literatura, sublinha o papel fundamental da tradução na evolução das culturas nacionais. Através do modelo sistémico, o estudo da tradução torna-se num estudo de fenómenos interpretáveis e cuja natureza tem a ver com os sistemas que entram em contacto. O carácter histórico e variável das questões colocadas pela tradução torna-se evidente, pois cada literatura ou cultura reformula a tradução e as suas variantes à sua maneira. André Lefevere afirma a este propósito: “translation are not made in a vacuum. Translators

⁵ James S. Holmes, *Translated- Papers on Literary Translation and Translation Studies*, Rodopi, Amsterdam, 1988, pp. 71-72.

⁶ José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, *O Discurso sobre a tradução em Portugal*, 1998, p. 8.

function in a given culture at a given time. The way they understand them-selves and their culture is one of the factors that may influence the way in which they translate.”⁷

A teoria do polissistema permite o levantamento de uma série de questões: “Why do some cultures translate more and some less? What kind of texts get translated? What is the status of those texts in the target system and how does it compare to the status of the texts in the source system? What do we know about translation conventions and norms at given moments, and how do we assess translation as innovatory force? What is the relationship in literary history between extensive translation activity and the production of texts claimed as canonical? What image do translators have of their work and how that image has been expressed figuratively?”⁸ Verifica-se existirem uma série de condições que determinam a existência de uma tradução numa determinada cultura.

O interesse da reflexão sobre a tradução é evidente no desenvolvimento das literaturas, tornando-se visível a importância da sua historiografia, pois surge a preocupação, dentro de uma perspectiva teórica, de determinar a concepção das traduções num dado momento da história. São a este propósito levantadas inúmeras questões, nomeadamente: por que motivo se traduzem determinados textos, qual o estatuto dos textos no sistema de partida e de chegada, qual a relação entre os cânones e as obras traduzidas dentro da história literária.⁹

Numerosas áreas de pesquisa puderam ser desenvolvidas abrangendo “the vocabulary, style, poetical and rhetorical conventions of both source and target systems; analyzing how a translation is termed in the target system, and its role and status in that system.”¹⁰

Quanto à interpretação sistémica das traduções, José Lambert, da Universidade de Lovaina, na Bélgica declara que a sua vantagem reside, em primeiro lugar, no seu carácter global e aberto; corresponde a esquemas de interrogação e não a teses. Diz respeito ao léxico utilizado pelo tradutor, mas também à questão dos nomes próprios, da versificação, das figuras de retórica, das técnicas narrativas ou das distinções genéricas, e até mesmo, e sobretudo, à selecção dos textos em e entre os sistemas estrangeiros”¹¹.

⁷ André Lefevere, *Translation/History/ Culture- A Sourcebook*, Routledge, London, 1992, p.14.

⁸ Susan Bassnett, *Comparative Literature- A Critical Introduction*, Blackwell, Oxford, 1993, p.142.

⁹ Cf. Susan Bassnett, “ Da literatura comparada aos estudos de tradução”, in *Floresta encantada Novos caminhos da literatura comparada*, trad. João Ferreira Duarte, 2000.

¹⁰ Cf. Susan Bassnett, *Comparative Literature- A Critical Introduction*, Blackwell, Oxford, 1993, p.142.

¹¹ José Lambert, “A Tradução”, in *Teoria Literária*, Marc Angenot & al. (dir.), D. Quixote, Lisboa, 1995, p.192.

No mesmo ensaio, procura-se resumir as possibilidades proporcionadas por este modelo, enumerando um conjunto de áreas de pesquisa que podem ser exploradas e que implicam uma pormenorizada análise de textos e dos seus meios de produção. Segundo esta metodologia deverão ser estudados o vocabulário, o estilo, as convenções poéticas e retóricas dos sistemas de partida e chegada e ainda a análise de como a tradução se apresenta (se é apresentada como tradução, adaptação, imitação ou original no sistema de chegada) bem como a sua função nesse sistema, a descrição da história da teoria e crítica da tradução numa dada literatura e época, o significado do aparecimento de grupos e escolas de tradutores, o papel da tradução na evolução do sistema literário.

4. Tradução literária

Esta questão prende-se com o facto da obra original encontrar-se tradicionalmente inscrita no cânone literário sendo que, ao ser traduzida por Mayer é difundida num âmbito novo, pois pretende instituir-se como uma base de trabalho e orientação técnica, centrando-se simultaneamente no campo da estratégia ideológica salazarista.

A tradução literária constitui-se como um processo hermenêutico e semiótico de leitura e compreensão na língua de partida, que conduz à re-formulação do enunciado na língua de chegada. A tradução vai então apresentar-se como forma de metadiscurso ou metalinguagem, e do processo hermenêutico, porque a tradução é exegese e interpretação, possuindo todos os elementos essenciais de um processo leitura-escrita.¹²

Deve, neste contexto, dar-se particular relevo ao conceito de *reescrita*, visto que este remete-nos para a concepção da tradução associada à questão da pluralidade e não da fidelidade, questionando a ideia de original: a *reescrita* “seja ela na forma de crítica ou de tradução, vem a ser uma estratégia, usada pelos guardiões da literatura para adaptar o que é estrangeiro às normas da cultura receptora. (...) A outro nível as *reescritas* documentam a recepção”¹³, isto é, a tradução apresenta-se frequentemente como uma prática política e ideológica de manipulação discursiva.¹⁴

¹² Cf. João Barrento, “A Literatura Comparada e a Problemática da Tradução” in *Revista Dedalus* n° 1, Maria Alzira Seixo (dir.), Lisboa, 1988.

¹³ Susan Bassnett, ob.cit. 2000, p. 298.

¹⁴ Cf. João Ferreira Duarte, “Tradução e expropriação discursiva” in *Floresta Encantada Novos Caminhos da Literatura Comparada*, 2000.

O tradutor Mayer ter-se-á preocupado em manter o estatuto literário da sua tradução, pois não prescinde das propriedades formais de expressividade, delimitação e estruturação que caracterizam o texto literário¹⁵. Assim a denominada metalinguagem literária vai desempenhar uma função relevante na produção desta tradução literária, e todos os elementos semânticos e formais que se integram numa tradição literária “cultura” encontram-se presentes.

A tradução literária pressupõe a tradutibilidade com base numa noção de homologia de linguagens, para enunciados polissémicos e por vezes ambíguos colocando-se os problemas a nível da linguagem, do fonológico, do morfossintáctico, do estilístico e do semântico.¹⁶ Será pertinente verificar, na tradução das *Geórgicas*, e partindo destes pressupostos teóricos, a estratégia traducional adoptada para as questões morfossintácticas, estilísticas e semânticas.

O tradutor no seu complexo papel de traduzir um texto coloca em interacção tradições linguística e culturalmente divergentes. Afirma a este propósito Georges Mounin: “Quand nous parlons du monde dans deux langues différentes, nous ne parlons jamais tout à fait du même monde”¹⁷. Para além das questões linguísticas e culturais, surgem problemas associados às idiossincrasias do autor original, que pode ter transgredido a língua quando procurava exprimir determinada realidade.

Traduzir é efectivamente problemático, pois cada texto exige soluções adequadas e diversas, de acordo com a liberdade que o tradutor possui e com os seus critérios estéticos, criando por isso um texto personalizado e diferente do original.

Assim, “a tradução é o resultado de um acto de importação literária de um produto que é aclimatizado na matriz cultural da língua receptora por mediação do tradutor.”¹⁸ Este não pode abdicar, no entanto, de uma óptica contextualizante nem da consciência histórica que faz surgir numa obra toda uma tradição literária. Tal verifica-se nas *Geórgicas* de Ruy Mayer pois o tradutor preocupa-se em conferir ao seu texto o estatuto de obra canónica, isto é, pretende que esta se integre no conjunto de obras consideradas como esteticamente valiosas pelo “milieu” literário, e aceites pela comunidade, como parte viva, fecunda e imperecível da sua herança cultural.¹⁹ Esforça-se por esse motivo em atribuir-lhe um conjunto de predicados semânticos e formais que

¹⁵ Cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, 8ªed., Livr Almedina, Coimbra, 1992.

¹⁶ Cf João Barrento, ob. cit., Lisboa, 1988.

¹⁷ Apud. João Almeida Flor, “Tradução e Tradição” in *Problemas da tradução: escrever, traduzindo*, Gueif, Lisboa, 1983, p.13.

¹⁸ João Almeida Flor, ob. cit., 1983, p.15.

¹⁹ Vítor Manuel de Aguiar e Silva, ob cit, 1992.

lhe confirmam tal estatuto, salientando-lhe os aspectos estéticos, semântico-pragmático e linguístico, comuns ao património literário da comunidade portuguesa da década de quarenta.

Assim, a tradução em geral tem tido um papel preponderante na mudança cultural e se for tido em conta a prática da tradução diacronicamente, aprendemos muito acerca da posição das culturas receptoras relativamente às culturas de partida. A este propósito Lambert²⁰ refere que as literaturas e culturas mais estáveis impõem as suas convenções aos textos importados evitando neologismos, exotismo, inovações estilísticas ou géneros vanguardistas; as literaturas ou culturas em crise ou formação, procuram a inovação e, por esse motivo, mantêm as características das obras importadas. Assim, já não pode mais ser ignorado o papel desempenhado pela tradução quer no estabelecimento do cânone literário quer na acção de moldar as zonas periféricas da literatura receptora.

Será de todo o interesse analisar a articulação do estudo da Tradução e da Teoria Polissistémica num caso como o da tradução das *Geórgicas*, visto que só a articulação destas duas áreas permite falar do papel do fenómeno literário, sendo possível analisar o contributo desta tradução para a evolução da cultura portuguesa.

Será pertinente verificar de que modo a cultura e literatura portuguesas reformulam a tradução das *Geórgicas*, visto que vão entrar em contacto os sistemas português e o latino, estabelecendo-se relações interculturais entre ambas as culturas. Posteriormente vai concluir-se do carácter aberto ou fechado da literatura²¹ portuguesa e a sua tolerância para com os valores que emergem da tradução de Ruy Mayer.

Será fundamental concluir sobre o posicionamento, no centro ou na periferia, entre obras canónicas, desta tradução no sistema literário de chegada.

Outra questão que será pertinente levantar relaciona-se com as normas e modelos²² que orientam a literatura traduzida: neste sentido será importante verificar como a literatura portuguesa aplica os seus princípios de selecção de obras estrangeiras, e, por outro lado, observar as estratégias usadas no método de tradução.

²⁰ Cf. José Lambert, "A tradução", In Teoria Literária, Marc Angenot & al. (dir.), D. Quixote, 1995.

²¹ Idem, ibidem, p.195.

²² Idem, ibidem, p.194.

5. Comparativismo e História

Quanto à análise do quinto ponto deste trabalho de investigação, Comparativismo e História, torna-se necessária a contextualização histórica e cultural de Portugal, nos anos 40 do século XX, que permite concluir da pertinência do aparecimento da tradução das *Geórgicas*, em 1948, feita por um agrónomo de forma a valorizar a denominada causa *Re-rustica*.

Os anos 30-40 vão constituir-se como período áureo de fixação ideológica de uma política totalitária, apresentada por Oliveira Salazar, cujo objectivo será, através de fortes armas de inculcação ideológica, impor valores de natureza popular com um cariz fortemente rural, cujo “propósito era o de estabelecer uma ideia mítica de «essencialidade portuguesa», transtemporal e transclassista, que o Estado Novo reassumira ao encerrar o “século negro” do liberalismo e a partir da qual se tratava de “reeducar” os portugueses no quadro de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e o seu destino providencial”²³.

A política agrarista desenvolvida, na época, por Salazar e pelos seus políticos, apoiados pelos senhores do trigo, do vinho e da grande lavoura nortenha²⁴, inspirou-se numa velha tradição de pensamento agrário que propunha o desenvolvimento da hidráulica agrícola²⁵, da colonização interna²⁶ e do povoamento florestal²⁷.

Encabeçando esta política encontrava-se um vinhateiro da Chamusca, Rafael Duque, “homem de inspiração neofisiocrática”²⁸, que possuía orientações precisas para a agricultura portuguesa.

Ocupando, em 1930, 49% das pessoas activas no país, a agricultura portuguesa era a mais importante actividade económica nacional, em 1938, cabiam-lhe 32% do produto nacional bruto²⁹. *Grosso modo* um terço do território, a norte, tinha mais de 250

²³ Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo” in *Análise Social*, vol. XXXV, 2001, p.1034.

²⁴ Fernando Rosas, *Salazarismo e fomento económico*, Lisboa, Notícias, 2000, p. 13.

²⁵ Assim, a lei de hidráulica Agrícola de 1937, previa que os casais agrícolas a criar nas terras beneficiadas com obras de rega não tivessem mais de cinco hectares (área suficiente para dispensar o trabalho assalariado).

²⁶ A nova lei de colonização interna de 27/05/1946 já consagra o princípio de os “casais agrícolas” deverem ser constituídos por “terrenos de área suficiente para uma família média de cultivadores”, mas o seu decreto regulamentador restringe a colonização por iniciativa do Estado, fora dos terrenos baldios, ao “mínimo indispensável”.

²⁷ O plano de Fomento Florestal centrava-se nos baldios das comunidades da montanha do Norte do país.

²⁸ Fernando Rosas, ob.cit., 2000, p. 88, retomando uma expressão de Lino Neto para designar reformismo agrário.

²⁹ Cf. “O Rendimento Nacional Português”, *INE, Coleção Estudos*, Lisboa, 1960, pp.316-17

prédios rústicos por Km²; aproximadamente outro terço, a sul, tinha menos de 25. O primeiro terço correspondia a “uma agricultura conseguida à força de estrume, de rega, de sachas e, portanto, de acumulação do trabalho humano.”³⁰

Nestes sistemas agrícolas³¹ encontramos o caseiro, arrendatário ou parceiro a curto prazo; ligeiramente acima, o lavrador, pequeno proprietário de terras a que, juntamente com a família, dedica a sua pesada labuta, “tirando da terra o sustento, o dinheiro com que compra alguma roupa e paga penosamente as “décimas”.

No sul predominam, nesta época, as grandes explorações, extensivamente cultivadas de cereais que se associam a certas espécies de árvores- a oliveira, o sobreiro, a azinheira- e ao pastoreio manadio. Largas manchas de terreno- um a dois terços- são anual ou plurianualmente deixadas em pousio. “No afolhamento com pousios mais longos, o arvoredado é a única forma de compensar o baixo rendimento da terra: dá o fruto (a oliveira), a casca (sobreiro), os ramos para lenha e alimenta, com a bolota (azinheira, sobreiro), as varas de porcos criados em regime pastoril. Tudo isto em herdades da ordem das centenas e, muitas vezes, milhares de hectares, havendo mesmo propriedades que alcançam 20,000ha a 30.000ha.”³²

A estrutura social do Alentejo era muito polarizada: por um lado tínhamos uma vasta massa de proletários agrícolas e, por outro, um pequeno grupo de lavradores, detentores ou rendeiros das herdades. Entre estes dois existiam os feitores que eram administradores dos grandes patrimónios fundiários; os foreiros, que eram pequenos rendeiros; os seareiros, “que cultivavam um pedaço da folha, geralmente a meias, antes ao terço (para o dono), pondo este estrume ou adubo e às vezes fazendo o alqueive”.³³

É neste contexto que se insere a Campanha do Trigo, que tinha como objectivo “assegurar o equilíbrio já alcançado da situação financeira do país por um conjunto de medidas de fomento tendentes a aumentar a capacidade de produção e a valorizar a

³⁰ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986, p.79

³¹ A terra encontrava-se excessivamente retalhada e mesmo os mais abastados detinham pouca terra. Estas povoações situavam-se nas encostas, na base dos vales ou junto dos cursos de água, eram regadas por poços, ou quando se tornava necessário elevar a água, por mecanismos primitivos como as noras ou as cegonhas. Assim se obtinha a erva precisa para se alimentar o gado.

³² Orlando Ribeiro, ob. cit., 1986, p.79.

³³ Idem, ibidem.

riqueza nacional”³⁴, devendo o governo promover o aumento da produção de trigo, azeite arroz, etc. até às necessidades de consumo, dignificando a indústria agrícola.³⁵

A produção de trigo realizada nas condições tradicionais continuaria, assim, a ser a melhor forma de aproveitar produtivamente os milhares de hectares das terras do sul que lhe são destinados. A solução mais conveniente seria, no entanto, a da cultura mista: cereais e vinha; cereais e olival. Esta combinação permitiria ao país e ao produtor ficarem defendidos das irregularidades sazonais da produção agrícola, inserindo-se nas culturas do mundo Mediterrânico agrícola.

Perante a descrição apresentada, e seguindo as orientações de Rafael Duque, pode falar-se da existência de uma corrente doutrinária designada “neofisiocrática”. Como notou Fernando Rosas o conteúdo do pensamento “neofrásico”, que fomentava o tradicional culto à hidráulica agrícola e à colonização interna, não se resumia a um mero programa agrário. Partindo de uma visão globalmente decadentista da história portuguesa, os seus autores procuraram fomentar a necessidade de um novo produtivismo, assente na valorização da terra e no reforço do nacionalismo económico e político, este último dependente de uma clara afirmação do “autoritarismo do Estado.”³⁶ Portugal era um país pouco industrializado, pouco urbanizado, com enorme peso “das sociabilidades tradicionais de base rural.”³⁷

Neste contexto de valorização agrícola, será pertinente analisar as quatro políticas sectoriais consideradas representativas de diversos aspectos do sector agrícola português, nomeadamente a do trigo, a do vinho, a dos produtos pecuários e a da fruta e produtos hortícolas. As doutrinas agrárias avançadas nos anos trinta, quarenta e cinquenta aconselhavam a expansão, em alternativa às pobres economias do trigo e do vinho corrente, da cultura dos vinhos de qualidade para exportação e dos chamados produtos ricos: a fruta, para consumo interno e exportação, e os produtos pecuários, com vista, entre outras coisas, ao melhoramento da dieta dos portugueses.

³⁴ Decreto n.º 17.252, 16/08/ 1929, *Colecção de Legislação Portuguesa*, 2º Semestre, 1929, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p.192.

³⁵ Desta política destacam-se alguns pontos essenciais: protecção alfandegária contra o trigo exótico, o manifesto obrigatório da produção e a sua venda a preço estabelecido por decreto -, e de um conjunto de acções de propaganda e assistência técnica à cultura- criação de campos de experimentação, de parques de maquinaria, desenvolvimento e selecção de sementes- o principal instrumento da cultura foi a concessão de um subsídio de arroteia no valor de cem escudos por hectare de terreno inculto ou em cultura de vinha que fosse cultivado de trigo.

³⁶ Luciano Amaral, *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*, 1993, Tese, Univ. Nova de Lisboa, 1993, p.29.

³⁷ Apud. Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo” in *Análise Social*, vol. XXXV, 2001, p.1053.

Quanto à vinha incrementou-se uma luta contra a filoxera, originando um grande impulso no plantio de cepas. O vinho era um elemento fundamental na nossa economia, representando aproximadamente 35% do valor de exportação portuguesa e gerando emprego para cerca de 150.000 pessoas. A política seguida pelo Estado Novo pautou-se pelas seguintes linhas: foram definidos os tipos de vinhos, os métodos de produção, preparação, conservação e envelhecimento do vinho; foi criado um conjunto de órgãos dedicados ao fomento vitivinícola. Procurava-se assim obter um certo efeito sobre o volume da oferta, impedindo a chegada ao mercado de muito, e muito mau vinho³⁸.

Assim, Rafael Duque, chamado à pasta da agricultura, em Outubro de 1934, tenta implementar um modelo alternativo de progressiva reforma e modernização da agricultura, assente nos pressupostos “neofisiocráticos” de uma corrente de pensadores da “coisa agrícola” com fundas tradições no ideário económico nacional.³⁹ Estes pressupostos “neofrásicos” terão um verdadeiro apoio nos economistas agrários, nos autores e técnicos como E. A. Lima Basto, Azevedo Gomes, Henrique de Barros, Mário Pereira ou Castro Caldas.

³⁸ Tenta-se também proteger os vinhos comuns com a publicação do Decreto n.º 20.834 de 28/1/32, proibindo-se através dele expor à venda ou vender vinhos de consumo com graduação inferior a 11 graus centesimais.

³⁹ Fernando Rosas, *ob.cit.*, 2000, p.189

II – A Elite Fisiocrática do Estado Novo

As duas principais correntes doutrinárias que se constituíram como a base do desenvolvimento económico de Portugal, na primeira metade do século XX, foram o industrialismo e a “neofisiocracia”⁴⁰, designação adoptada para o reformismo agrário, que defendia “um regresso modernizante à terra, a criação de uma “nova agricultura” como base do desenvolvimento económico do país.”⁴¹

Enquanto os primeiros defendiam o desenvolvimento tecnológico, a electrificação e a industrialização para incrementar o crescimento do país, os segundos criticavam os primeiros, referindo que “a restauração e desenvolvimento de valores espirituais”⁴² deveria ser a base do progresso do país.

Assim, e de acordo com os defensores da neofisiocracia, os valores espirituais que deveriam ser cultivados assentavam na exaltação do mundo rural, cuja família agrícola seria a plataforma de equilíbrio destes valores.

Esta política encontrava-se encabeçada, como vimos, por uma elite tecnocrática liderada por um grupo emblemático de engenheiros dos quais se destacavam: Henrique de Barros, Mário Pereira e Eugénio Castro Caldas. A prática de uma exploração familiar que se constituía como uma base económica do país, terá nos economistas agrários, dos anos 20 aos 50, uma desenvolvida fundamentação “científica que atravessa a obra e a acção de autores e técnicos como E.A. Lima Bastos, Azevedo Gomes, Henrique de Barros, Mário Pereira ou E. Castro Caldas”.⁴³ Alguns dos principais representantes desta corrente ocupavam dos mais altos cargos de governação económica no governo salazarista como era o caso de Rafael Duque.⁴⁴

Segundo o paradigma neofisiocrático “dever-se-ia voltar as energias pátrias para a exploração das actividades produtivas nacionais, secularmente secundarizadas por um povo que, “alucinado” pelos tesouros das nossas colónias ultramarinas”, esquecera com

⁴⁰ Segundo Fernando Rosas, numa conferência sob o título *Estado Novo e reformismo agrário: a neofisiocracia*, o reformismo agrário neofisiocrático e a acção doutrinária e política dos seus próceres — Ezequiel de Campos é a sua figura marcante entre os inícios da I República e os anos trinta — assumem-se como uma corrente, simultaneamente, de modernização económica/reestruturação fundiária e de estabilização social no mundo rural, com uma ideologia inicial de fronteiras algo ambíguas relativamente a aspectos ideológicos do tradicionalismo ruralista.

⁴¹ Fernando Rosas, *Salazarismo e fomento económico*, Lisboa: Notícias, 2000, p.161.

⁴² Fernando Rosas, *Elementos para o Estudo da Natureza Económica-Social do Estado Novo*, Lisboa, 1986, p.200.

⁴³ Fernando Rosas, ob. cit., 2000, p.165.

⁴⁴ Rafael Duque foi sucessivamente, ministro da Agricultura e ministro da Economia, entre 1934 e 1944, e Ferreira Dias que deteve a Subsecretaria de Estado da Indústria entre 1940 e 1944.

as descobertas “as lições da primeira dinastia”.⁴⁵ Era comum aos neofisiocratas partilharem de um optimismo algo voluntarista sobre as potencialidades naturais do país, recusando o fatalismo geográfico, climático ou fundiário como causa do seu atraso.⁴⁶

Os ministros neofisiocratas rodearam-se de técnicos e teorizadores entusiastas e competentes, fizeram aprovar legislação, tanto na agricultura, como na indústria, mas a sua componente modernizante nunca lhes permitiu ser posta em prática pois contaram sempre com uma vigorosa resistência política bem sucedida por parte da oligarquia rural tradicional.

O regime e as opções salazaristas impuseram-se com o apoio sobretudo da classe média, cujas principais directrizes eram o equilíbrio orçamental, a estabilidade política de um Estado forte e a sua intervenção protectora e arbitral na economia em crise. A base social e política de apoio a Salazar eram os grandes senhores do trigo, do vinho e da grande lavoura nortenha.⁴⁷ Em consequência disto, temos como base económica portuguesa, em 1948, a vinha, os cereais e o azeite.

A política fisiocrática de Salazar assentava efectivamente nos denominados Mitos de Salazar: o mito da ruralidade, o mito da pobreza honrada e o mito da “aurea mediocritas”, este directamente relacionado com a literatura *Re-rustica*.

A este propósito, em 1953, Salazar dizia o seguinte: “aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, são, presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria. Sei que pagamos assim uma taxa de segurança, um preço político e económico, mas sei que a segurança e a modéstia têm também as suas compensações”.⁴⁸

Salazar apresentava a terra como a “única fonte de riqueza possível, bem como o caminho da ordem e da harmonia social, o tal berço das virtudes pátrias.”⁴⁹ Segundo Fernando Rosas, este princípio era também caro a certos sectores do governo mais conservadores, pois este discurso era dominante a nível do aparelho de propaganda, de crítica à industrialização, de desconfiança da técnica, de crítica da urbanização e da proletarianização, ou seja, de fundamentação de uma segunda vocação, uma espécie de

⁴⁵ Ibidem, p.159.

⁴⁶ Idem, ibidem.

⁴⁷ Fernando Rosas, ob. cit., 2000, p.13.

⁴⁸ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. V, Coimbra, pp.104-105.

⁴⁹ Fernando Rosas, ob. cit., 2001, 1035.

vocação rural da nação. É, pois, evidente uma resistência feroz por parte de uma classe “ruralista e patriarcal” aos pequenos avanços de uma burguesia industrial.⁵⁰

Fernando Rosas sublinha ainda a pobreza honrada e o mito da “aurea mediocritas” como sendo bandeiras da política salazarista: “Portugal era um país essencial e incontornavelmente pobre devido ao seu destino rural, no qual, como dizia António Ferro, “a ausência de ambições doentias” e disruptoras de promoção social, a conformidade de cada um com o seu destino, o ser pobre mas honrado, pautavam o supremo desiderato salazarista do “viver habitualmente”, paradigma da felicidade possível. E, portanto, para usar uma expressão do próprio chefe do governo, o povo português sentia “uma vocação de pobreza”.⁵¹

Afirmava Salazar nos comemorações do 10º aniversário do seu governo “as verdades indiscutíveis” da revolução nacional: “Não discutimos Deus e a virtude, Pátria e a sua História, a Autoridade e o seu prestígio, a Família e a sua moral, o trabalho e o seu dever”.⁵² Segundo Fernando Rosas “estes valores eram a base de uma moral de reeducação, de regeneração colectiva e individual, da qual resultaria, pela acção do estado nos vários níveis da sociedade, o moldar desse especial “homem novo” do salazarismo, vinculando-lhe atitudes, pensamentos e modos de vida.

É então fundamental, abordar-se aqui o papel do discurso ideológico e propagandístico de Salazar. O regime definira um discurso propagandístico claro, agressivo, fundamentador de uma “nova ordem”, procedendo, para tal, quer à revisão purificadora e autolegitimadora da memória histórica⁵³, quer à fabricação de um conceito integrador e unificador da “cultura popular”, de raiz nacional-etnográfica.⁵⁴

Salazar apostava a fundo nos novos veículos da moderna propaganda, promovia prémios literários, lançava o “teatro do povo”, reinventava a etnografia e a cultura “populares”, criava um turismo oficial, encenava “festas populares”, “cortejos históricos”. Tudo complementado pela actuação da censura prévia (sob controlo do SPN – sindicato de propaganda nacional a partir de 1940). Esta organização era um espaço de enunciação e de recriação simbólica das obras e valores do governo visando o “gosto”, o “espírito”, a formação ideológica do público.

⁵⁰ Cf. Fernando Rosas, *Elementos para o estudo da natureza económica-social do estado novo nos anos trinta*, Lisboa, 1986.

⁵¹ Fernando Rosas, ob. cit., 1986, p.22.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Cf. Sérgio Campos Matos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, liv. Horizonte, Lisboa, 1990.

⁵⁴ Cf Daniel Melo, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, tese de mestrado, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p.173.

O povo, o “verdadeiro povo”, era o que participava nesta recriação mítica de uma ruralidade essencial como quadro de vida, desse nacional-ruralismo corporativo que reinventava músicas, danças, hábitos, costumes, comportamentos de acordo com o espírito de uma etnografia elaborada à sua medida, no quadro da ordem natural das coisas.⁵⁵

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

III – Os textos latinos traduzidos da *Causa Re-Rustica*

1. A política neofisiocrática de Portugal , Espanha e Itália

Segundo os princípios neofisiocráticos de Oliveira Salazar eram quatro as políticas sectoriais consideradas representativas de diversos aspectos do sector agrícola português, e que se encontram directamente relacionadas com o trigo, o vinho, o azeite e os produtos hortícolas. São efectivamente estes os produtos que constituem a base económica dos Romanos, na época clássica, e, portanto, são também estas as áreas focadas por Virgílio nas *Geórgicas*. Era então de todo o interesse, e integrado numa estratégia política de valorização agrícola, fazer-se, nos anos quarenta, uma tradução com características muito próprias de uma obra como as *Geórgicas* de Virgílio.

Compreende-se, por isso, que a colecção a que pertence a tradução das *Geórgicas* tenha sido organizada por Henrique de Barros e Eugénio Castro Caldas, dois dos principais neofisiocratas que apoiavam a política *Re-rustica* de Salazar.

O objectivo que Augusto pretendeu alcançar com a elaboração das *Geórgicas*, evitar a decadência agrícola de Itália e criar uma obra de utilidade moral, inspirou os engenheiros tecnocráticos que com os mesmos propósitos, quiseram constituir a denominada literatura *Re-rustica* dos anos 40 e seguintes.

A tradução das *Geórgicas* era efectivamente importante, visto que esta tradução destinava-se a pequenos quadros do regime apoiados por elites que conheciam o latim, e que necessitavam de estímulo para ver na política proteccionista de Salazar ao azeite, vinha e cereais, em suma na agricultura em geral, a salvação do país. Numa tentativa de promover o seu discurso moralizante, Salazar e os agraristas empenharam-se em sustentar pela moral e pela ética os planos de desenvolvimento económico e agrarista, valorizando o passado e a ruralidade do império romano, preconizados na obra latina de Virgílio e consequentemente na tradução de Ruy Mayer.

Assim, as *Geórgicas* de Virgílio ou o poema da agricultura, escrito por sugestão de Mecenas, tinham como objectivo preservar e prolongar uma paz duradoura e um equilíbrio moral. Era na cultura da terra que Augusto pretendia buscar a saúde dos espíritos. Outro dos motivos para a elaboração de uma obra desta natureza seria uma

tentativa de orientar quem cultivava as terras partilhadas pelas legiões licenciadas, bem como incentivar os velhos agricultores a cuidarem dos seus campos devastados pela guerra.

Muitas foram as obras que tentaram servir estes propósitos mas faltava uma que “servisse ao mesmo tempo para restituir ao trabalho dos campos a honra e o interesse das classes cultas e preponderantes e para criar simpatia e veneração pelo pequeno lavrador, que, com o seu esforço, cultivava o pedaço de terreno que lhe fora confiado.”⁵⁶

Ainda de acordo com Maria Helena da Rocha Pereira, as *Geórgicas* vieram cumprir esses objectivos, resultando num tratado agrícola escrupulosamente elaborado de acordo com os preceitos de Hesíodo, nos “Trabalhos e Dias”, de Arato, nos “Prognósticos”, de Xenefonte, nas “Oeconomica”, de Aristóteles, nas “Histórias dos Animais”, de Catão, de Varrão, e da enciclopédia rural do cartaginês Magon, vertida para latim, como também a observação comovida de todas as manifestações da vida sobre a terra, a simpatia pelos animais, o sentimento de um equilibrado patriotismo⁵⁷.

São três as linhas fundamentais que Virgílio faz perpassar neste poema: a pureza da vida do campo, a bondade dos lavradores, a simpatia pelos animais e um nacionalismo que é apelidado de “romanidade”.⁵⁸

Assim é nas obras clássicas, em geral, e na edição da tradução das *Geórgicas*, em particular, que se procura a base de sustentação para valorizar o passado e a ruralidade do império romano, visto que pela natureza do clima e do solo, a agricultura portuguesa seguia as linhas fundamentais da agricultura greco-romana, que se caracterizava pelo predomínio do cultivo dos cereais e pela preferência pelo cultivo da oliveira e da videira, estando condicionada pelos mesmos factores infraestruturais, climatológicos e inclusivamente político-sociais que determinaram o desabrochar da agricultura clássica mediterrânea.

Salazar, a este propósito, dizia que pretendia que Portugal fosse: “um país na Europa onde a vida é simples mas suave, onde a verdade é a lei dos homens, onde certos lares são como presépios, onde a terra chega a parecer, em certas manhãs diáfanas, um

⁵⁶ M^a Helena da Rocha Pereira, *Lições de Literatura Latina*. Centro de Estudos Humanistas, Porto, 1948, p.64.

⁵⁷ *Idem*. *ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*, p.65.

arrealde do céu, onde não há febres nem ambições doentias.”⁵⁹ A terra era para Salazar a única fonte de riqueza para o país, conduzindo à ordem e à harmonia social.

Indiscutivelmente o sector da comunidade científica, composto pela elite de tecnocratas que rodeou Salazar, fascinou-se pela civilização Clássica na prática de ensinar agricultura nos anos 40 e seguintes, sendo esses mesmos agrónomos que elaboraram a história agronómica portuguesa.

Numerosas questões da prática agrícola da civilização clássica terão sido analisadas pelos agrónomos da década de 40 que, devido à sua pertinência, actualidade e utilidade, teriam sido recuperadas por um grande número de obras editadas nesse período que vão retomar questões da Civilização Mediterrânea, continuando, assim, uma tradição de textos agraristas e agronómicos que se desenvolveu desde o século XVIII em Portugal.⁶⁰

A utilização dos autores clássicos como forma de sustentar pela moral e pela ética os planos de desenvolvimento agrarista, verificou-se também noutros países salientando-se a Espanha e a Itália.

Assim, em Espanha encontramos, em 1981, a publicação, pelo *Servicio de Publicaciones del Ministerio de Agricultura y Pesca*, da obra renascentista espanhola denominada “Agricultura general de Alonzo Herrera”, que se socorre dos paradigmas de Columela, Varrão, Catão e Virgílio.⁶¹

Em 1985, em Itália é reeditada a obra do século XVII de Marino Berengo “Le origini settecentesche della storia dell’agronomia italiana”, que sublinha a importância das “bibliotecas geórgicas”, onde se pode consultar princípios sobre os cereais, a vinha, a oliveira em paralelo com hortas e árvores de fruto, princípios herdados de Columela e de outros agrónomos antigos, onde é visível uma paixão fisiocrata, e que surge no mercado com o objectivo de se redescobrir a origem da história agronómica italiana.⁶²

⁵⁹ Citação feita a partir de Fernando Rosas, *Elementos para o estudo da natureza económica-social do estado novo nos anos trinta*, Lisboa, 1986, p. 200.

⁶⁰ Cf. Fátima Nunes, *Leitura e Agricultura – a imprensa periódica em Portugal*, tese de doutoramento, 1994.

⁶¹ Obra publicada pelo Servicio de Publicaciones del Ministerio de Agricultura y Pesca, em 1981 e segundo o que se afirma numa explicação prévia “El propósito de esta edición de la *Obra de agricultura* de Herrera es, precisamente, llenar el hueco advertido: proporcionar al lector culto, incluso a los especialistas (historiadores de la agricultura, de la cultura, de la ciencia, etc) un marco de referencia para incitar.” Referindo-se aos clássicos, afirma-se no prefácio que estes “constituyen el tesoro más rico, más completo de la experiencia positiva, progresiva (...) la actividad agrícola, la práctica, constituye el más verídico y fiel paradigma del método científico, que tanta importancia ha adquirido en la actividad científica actual.”

⁶² Cf. Marino Berengo, “Le Origini Settecentesche Della Storia Dell’Agronomia Italiana” in *L’Etat dei Luimi*, vol. II, Napoles, 1985.



Em suma, e tal como afirma Fernand Brandel, a história da agricultura remonta às grandes civilizações do crescente fértil e atingiu um apogeu de desenvolvimento técnico e económico que foi transmitido dos Gregos para os Romanos. Estes transformaram esses conhecimentos em paradigmas agronómicos que foram celebrizados pela literatura e pelos tratadistas do Império Romano: Columela, Catão, Paládio, Varrão e Virgílio.⁶³

2. Os grandes paradigmas agronómicos latinos dos textos da causa *re-rustica*

Os principais valores, princípios morais e técnicas agrícolas, em suma, os grandes paradigmas agronómicos latinos da causa *re-rustica*, vão ser por nós analisados nos livros III e XII de Columela, no livro I de Catão, no *Opus agriculturae* de Paládio. Julgamos ainda ser necessário referir o pensamento económico de Cícero e Lucrécio, analisado por Moses Amzalack,⁶⁴ no século XX, membro da Academia das Ciências de Lisboa.

Referir-nos-emos ainda brevemente ao pensamento de Plínio-o-Velho que defende o valor moral de se possuir um campo e da tradição da realeza romana em cultivar um campo.

Os textos da causa *re-rustica* supra citados abordam, de uma forma geral, as seguintes questões agrícolas: técnica gestionária da empresa agrícola, função do proprietário, intendente e do capataz, poços, cisternas, redes hidráulicas e bombas, rompimento e saneamento dos solos, sucessão e distribuição das culturas, sistematização da prática das observações lunares, estrumeação, sementeiras, granjeios e ceifas.

Cada cultura vai merecer capítulos especiais como é o caso do trigo, cevada, centeio, milho painço, ervilha, lentilha, fava, nabos, aveia, luzerna, prados, feno, linho e enxertia das árvores.

É ao tratadista Columela, através da análise dos livros III e XII, que daremos maior importância pois este “conseguiu penetrar-se de tal maneira dos antigos ideais da latinidade geórgica, que se tornou numa das últimas vozes mais puras da civilização

⁶³ Cf. Fernand Brandel, *Gramática das Civilizações*, Teorema, Lisboa, 1989.

⁶⁴ Moses Amzalack foi um defensor dos princípios fisiocratas e membro da Academia Real das Ciências, instituição que teve grande importância na creditação dos princípios fisiocratas pois este movimento científico da escola económica faz-se sentir em Portugal no ciclo das memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, IV vol., 1789-1814.

itálica”.⁶⁵ De facto é unânime entre os estudiosos que este autor se tornou na matriz, na exemplaridade da gramática da causa *re-rustica*, anuindo-se que “o seu tratado é o mais completo e interessante legado pela antiguidade, e o seu estilo, dos mais equilibrados e correntios da época”.⁶⁶

Propomo-nos, então, aprofundar o nosso conhecimento sobre os principais paradigmas agronómicos de Columela, e verificar que a experiência de dois mil anos reconheceu a validade de uma boa parte dos seus ensinamentos.

2.1. Os paradigmas agrícolas do tratadista Columela

O campo de Columela⁶⁷ é rústico e produtivo. Os trabalhos hortícolas mencionados nos seus tratados podem ser feitos por um único homem, que faz tudo com as próprias mãos. *Labor* “trabalho” e *usus* “necessidade” são as linhas orientadoras dos agricultores que são gente rude, endurecidos pela experiência e brutalidade de Júpiter. O jardim de Columela faz pensar nos *hortuli* que, durante todo o império, ganharam mais importância do que os domínios transformados em recintos fechados ou do que as explorações hortícolas especializadas, nos arredores de Roma e nas capitais provincianas. Na sua obra o autor trata da natureza do terreno próprio para um jardim, do problema da água, das vedações e protecções e apresenta o calendário do agricultor.⁶⁸

A linha orientadora deste tratadista é a mesma de Virgílio nas *Geórgicas*: reagir contra a extensão das grandes explorações e das zonas improdutivas.

O livro XII do tratadista reveste-se de uma importância particular do ponto de vista técnico, histórico e sociológico, trazendo, também, a conclusão esperada da obra: depois dos trabalhos dos campos, a utilização dos produtos da terra; depois da divisão exterior da propriedade, a construção e organização dos edifícios; depois da análise do

⁶⁵ Ettore Paratore, *História da Literatura Latina*, trad. Manuel Losa, F.C. Gulbenkian, Lisboa, 1983, p. 571.

⁶⁶ *Ibidem*, p.572.

⁶⁷ L. Júnio Moderato Columela, cuja obra foi composta no tempo de Nero em Itália, conseguiu penetrar nos antigos ideais da latinidade geórgica. O seu interesse de escritor era movido constantemente pelos problemas da vida rústica. Chegou à actualidade integralmente o seu tratado *De Re Rustica* constituído por doze livros.

⁶⁸ Os trabalhos de Outono (24 de Setembro a 9 de Novembro) contemplam a cava e irrigação; os trabalhos de Inverno (18 de Novembro a 4 de Fevereiro) englobam a cava; na Primavera (5 de Fevereiro a 19 de Maio) faz-se a estrumação e limpeza do solo, o semeio das flores, plantas medicinais, plantas aromáticas e legumes e a conservação do solo e rega, dá-se a explosão primaveril, seguida de sementeira e replantação e finalmente faz-se colheita.

papel do administrador e das suas tarefas rurais, uma análise do papel da administradora no seu papel de dona de casa organizando e preparando as conservas para a estação do Inverno.

Um dos aspectos sobre os quais Columela se debruça com muita pertinência é a conservação dos alimentos, apresentando também neste seu livro curiosas receitas para a fabricação de vinagre com vinho alterado e a conservação de variadas ervas. Tendo consciência das necessidades próprias de cada região de Itália, destaca-se ainda a enorme importância que o autor dá à preparação das vindimas e à fabricação de um vinho de qualidade.

a) As árvores

No livro “As Árvores” de Columela, vamos encontrar, numa primeira parte, a cultura da vinha, depois a necessidade de se construir um alfobre, de seguida é referida a arrumação da vinha bem como a escolha e o levantamento dos rebentos.

Columela refere-se, ainda, à plantação da vinha e às diversas maneiras de disposição da vinha. O rejuvenescimento de velhas vinhas, o uso do alborque⁶⁹, a enxertia, processos de melhoramento e de obtenção de certas produções são assuntos abordados por este autor clássico neste seu livro. Refere-se também à desfolha, dedicando três curtos capítulos à protecção da vinha contra a geada, formigas, ratos e parasitas. Por fim refere-se à vinha arbustiva.

A oleicultura é abordada no capítulo *XVII*, e em seguida estudado o pomar no qual predominam as figueiras, amendoeiras, romãzeiras, pereiras, seguindo-se uma simples alusão às nogueiras, macieiras, marmeleiros, ameixoeiras e alfarrobeiras.

No capítulo *XXVIII*, refere-se à enxertia das árvores, em particular da oliveira, demonstrando que o enxerto de árvores diferentes pode ser bem sucedida. Faz menção à luzerna e às plantas necessárias para o encanamento da vinha: salgueiro, giesta e junco.

Tal como Virgílio, Columela afirma existirem duas espécies de plantas, umas que nascem espontaneamente e outras que nascem graças à intervenção humana. As primeiras são as mais aptas a produzir madeira; as outras, às quais se aplica muito trabalho, estão mais predispostas a dar frutos.

Estas últimas dividem-se em três: de uma planta, vêm as árvores como a oliveira, a figueira, a pereira, o segundo tipo é o arbusto como o goiveiro, a rosa ou o junco e o terceiro tipo é a vinha.

⁶⁹ Vara que se mergulha na terra para a criação de rebentos.

b) A oliveira

Columela dá várias indicações válidas e actuais a propósito desta árvore referindo-se ao melhor local para a sua plantação e à forma mais correcta de a plantar⁷⁰ e de a proteger⁷¹. Assim, esta árvore prefere as colinas secas e argilosas pois em zonas planas e húmidas produz folhagem abundante, mas não frutos.

c) A vinha

O autor deste livro, Columela, dá enorme relevo aos preparativos das vindimas e à fabricação do vinho,⁷² assunto a que se dará especial ênfase e destaque nesta tese.

É ao *defrutum*⁷³ que o tratadista atribui maior atenção. Mesmo preparado com cuidado este fica azedo como o vinho. Assim, o vinho deve ser preparado com o “defrutum” de um ano, cuja qualidade já esteja provada, pois um mau preparo estraga o produto da recolha. Quanto aos vasos onde se coze o *defrutum* devem ser de chumbo em vez de cobre, pois estes últimos podem alterar o sabor do preparo; as substâncias odoríferas que lhe são adicionadas são o lírio-sivestre, o feno grego e o junco.⁷⁴

⁷⁰ Abre-se um buraco de quatro pés, deita-se para o fundo pedra ou gravilha, e cobre-se com 4 dedos de terra; coloca-se o arbusto no lugar, direito, para que a parte melhor seja a que sai do buraco. As oliveiras devem ser plantadas com 60 pés de intervalo para que possam crescer em largura, pois as que crescem em altura perdem o vigor e não dão muitos frutos.

⁷¹ Deve proteger-se o arbusto das tempestades, colocando-lhe uma estaca e misturando-se estrume à terra que se lança para o buraco.

⁷² Segundo ele, para as vindimas fabricam-se, durante os meses anteriores, os cabazes de dez ou três “modii”. Deve afiar-se os objectos cortantes de ferro. Devem os recipientes ser lavados com água do mar, limpos e secos com cuidado para se lhe retirar a humidade. Quarenta dias antes da vindima deve-se também esfregar as bilhas, as “seriae” e os outros vasos. Os que ficarem à sombra são aquecidos com lamparinas de ferro ardente que se retiram logo que o pez escorra para o fundo do recipiente, espalhando-se, de seguida, com um rodo de madeira e uma resoura de ferro a resina que colou ou está agarrada aos lados do recipiente. Quanto aos vasos que ficaram ao sol, expõem-se, vários dias ao sol, antes de os tratar, colocam-se em cima de 3 pequenas pedras que os elevam, coloca-se fogo por debaixo até que o seu fundo tenha calor tão forte que não se possa colocar a mão. Em seguida, derrama-se resina quente para que esta se espalhe por todo o recipiente.

⁷³ Designação latina para uma preparação doce feita à base de mosto cozido. Segundo Columela o vinho de melhor qualidade é aquele que se pode conservar muito tempo sem preparos; o melhor é aquele que pode agradar pela própria natureza. Mas se o mosto tem algum defeito originário de algum problema do terreno ou da juventude das vinhas, escolhe-se um cepáceo de *Aminio* que seja muito velho e muito agradável. Observa-se o decurso da lua e quando esta está em cima da terra, colhe-se, num dia sereno e seco, os cachos mais maduros; depois de pisados e antes de se retirar o pé da prensa, junta-se uma quantidade de mosto aos vasos do vinho cozido, aquecemo-lo em lume brando, para que o mosto ferva lentamente. Quem vigiar a fervura deve utilizar coadores de junco ou de esparto não trabalhado, bem como molhos de lenha atados que sejam colocados por baixo dos vasos e que possam agitar e trazer à superfície o depósito, retirando-se com os coadores as impurezas. Acrescenta-se de seguida marmelos ou pequenos perfumes adequados, continuando a mexer para que nada que possa perfurar o chumbo se deposite. Quando o vaso poder suportar fogo mais quente, coloca-se lenha mais grossa que não deve tocar no fundo do vaso, pois este pode abrir-se, o mosto ficar queimado tornando-se azedo. Em seguida, os vasos devem ser esfregados com bons óleos, deitando-se seguidamente o mosto.

⁷⁴ Deita-se uma libra de cada espécie, num recipiente contendo 90 ânforas de mosto, depois da fervura e espumação, o mosto está naturalmente fraco; dever-se-á reduzir a um terço, retirar do fogo imediatamente; se se fizer isto, o “defrutum” não ultrapassa uma terça parte do vaso; quanto mais ele for

No livro XII, surge o procedimento por ele aconselhado para envelhecer um mosto sem força,⁷⁵ bem como as várias formas de salgar a água doce para preparar o vinho.⁷⁶

Outra das suas receitas diz respeito ao método de impedir o vinho de azedar,⁷⁷ à fabricação do vinho doce, e à forma de melhorar um vinho que é fraco por defeito do terreno, ou devido ao mau tempo.⁷⁸

d) O Alfobre

O tratadista aconselha à criação de um alfobre de vinha⁷⁹, para se saber que tipo de vinha se irá plantar, e alerta para as plantas vindas de fora que podem não adaptar-se

cozido, mais consistente e com mais qualidade ficará. Sendo o “defrutum” tratado deste modo, será suficiente misturar um sesteiro por ânfora.

⁷⁵ Coze-se até um terço do mosto, este deve ter um sabor o mais doce possível; logo que esteja arrefecido, coloca-se, noutros vasos, e põe-se de reserva para se utilizar daí a um ano. O “defrutum” pode juntar-se ao vinho nove dias depois, mas Columela aconselha a espera de um ano. Acrescenta-se um sesteiro deste “defrutum” a duas urnas (1 urna = metade de 1 ânfora) de mosto. Deixa-se durante dois dias o mosto retirado da cuba fermentar e limpar, ao terceiro dia junta-se o “defrutum”, dois dias depois, quando o mosto fermentar com o “defrutum”, limpa-se e, nesse estado, junta-se por duas urnas uma meia onça bem cheia de sal seco e moído.

Este sal, o mais branco possível, é lançado num pote; quando este recebe o sal barra-se cuidadosamente com uma mistura de argila; coloca-se sobre o fogo até se ouvir barulho de fervura que indica que a cozedura está terminada.

Faz-se uma outra mistura, durante três dias, de feno-grego no vinho velho, fazendo secar-se ou no forno ou ao sol; quando estiver seco agita-se. Uma vez agitado, e após ter-se salgado o mosto, deita-se para duas urnas, uma boa colherada ou uma taça do mesmo conteúdo, isto é um quarto de ciato (duodécima parte do sestário); depois quando o mosto terminar a sua fermentação e estando de repouso, junta-se flor de gipso, à qual se junta sal, e no dia seguinte, limpa-se a talha e tapa-se o vinho tratado.

⁷⁶ Se o campo estiver à beira-mar, deve, na ausência de vento e com a maré calma, retirar-se água e reduzi-la a uma terça parte, acrescentando-lhe alguns aromas. Antes de tirar o mosto da cuba, expõem-se as tinas ao fumo do alecrim, do mirto, do louro para que ao fermentar o vinho, este se purgue bem. Se se pretender o vinho mais doce é preciso esperar pelo dia seguinte; o ideal será cinco dias. Tapam-se, finalmente os vasos.

⁷⁷ Numa propriedade, onde o vinho tenha o costume de azedar, é preciso ter cuidado com o colher e o pisar da uva. Antes que os bagos de uva sejam espremidos, nos lagares, deita-se o mosto em recipientes, e acrescenta-se um décimo de água doce do poço da mesma propriedade, fazendo-o ferver até à evaporação de uma quantidade igual àquela que se juntou. Em seguida, após arrefecimento, deita-se nos vasos que são cobertos. Deste modo, o vinho durará mais tempo e não sofrerá nenhum dano. Columela aconselha a utilizar-se água “velha” conservada há vários anos, ou ainda melhor não deitar água e fazer reduzir o mosto a um décimo, deitando-o em recipientes; uma vez arrefecido, deve juntar-se-lhe uma *hemina* de gypso em seis sesteiros de mosto, após a sua cozedura. O restante mosto deverá ser consumido sem demora ou vendido.

⁷⁸ Deve pegar-se na borra de um bom vinho, fazer-se bolas e secá-las ao sol, ou cozê-las ao fogo; em seguida, csmagam-se e deita-se em cada ânfora três onças desta substância e tapam-se os recipientes. O vinho melhorará.

⁷⁹ O alfobre deve ser feito desde o início da lua até ao 10º dia ou do vigésimo ao trigésimo. Este último período é melhor para os rebentos da vinha; é de evitar os ventos frios aquando do cultivo. Segundo Columela devem ser plantados do seguinte modo: convém que o sarmento do gomo não tenha mais de seis olhos, deve-se podar perto do nó, sem danificar o óleo e cobrir o corte circular com estrume de vaca; enterra-se o sarmento direito numa terra bem estrumada de forma a esconder quatro olhos. Deve deixar-se

ao solo em questão. O melhor é fazer-se um alfobre no local onde se deseja implantar a vinha, ou pelo menos, num local vizinho, e para isto, a natureza do sítio tem muita importância. Com efeito, querendo encher-se as colinas com vinha ou vinha arbustiva, é preciso previamente estabelecer o alfobre numa encosta bem seca e a vinha desde cedo fica habituada a pouca humidade, doutro modo, quando se transfere a vinha de uma encosta húmida para uma seca, privada da sua alimentação inicial, ela definhará.

Possuindo-se campos totalmente húmidos, tirar-se-á vantagem de se fazer o alfobre⁸⁰ numa encosta semelhante, habituando a vinha a uma forte humidade. Com efeito, aquela que é transferida de um campo seco para um húmido apodrece.

Quando um alfobre está terminado, em meados de Fevereiro ou na primeira parte de Março, devem ser colhidos os rebentos. Os melhores são os que são retirados das vinhas marcadas. As uvas que permanecerem até à maturidade inteiras sem apodrecer, dão um vinho com melhor gosto que aquelas que devido a um forte calor ou uma outra razão apressaram o seu amadurecimento, devendo, então, escolher-se como rebentos uma variedade com grandes bagos, pele fina, pevides raras e pequenas com sabor doce.⁸¹

Nas encostas áridas, “magras” e secas devem ser plantadas vinhas com maturidade tardia, vigorosa, com bagos “juntos”. Se plantarmos vinhas vigorosas em terra rica, elas produzirão uma enorme abundância de pâmpanos, e qualquer que seja o

um intervalo de um pé entre as culturas, quando estas agarrarem, cortam-se os rebentos às várias novas raízes das plantas para que elas não estejam a alimentar mais sarmentos do que devem.

No 24º mês a vinha é podada e no 36º é transferida. Um terreno semi-mole é o ideal para a vinha mas aquele que for permeável às chuvas ou as reter muito tempo à superfície deve ser evitado.

Antes de se plantar uma vinha deve apurar-se o “gosto” do terreno, pois os frutos terão exactamente esse sabor. No livro I Columela ensina que para se conhecer esse sabor deve proceder-se do seguinte modo: dilui-se um punhado de terra na água, e quando esta tiver repousado, toma-se o gosto à água.

A terra mais apropriada à vinha é uma terra arenosa com uma humidade doce no subsolo, devendo ser também bastante trabalhada; a que abre fendas durante o Outono é má para a vinha e para as árvores. O subsolo alimenta a vinha e as árvores, o solo protege-as. Nas zonas altas e nas encostas as vinhas têm mais dificuldade em crescer, mas dão um vinho “encorpado” e com bom gosto; nas encostas húmidas e planas as vinhas são mais vigorosas, mas dão um vinho sem solidez e que não se conserva.

⁸⁰ Numa colina ou numa encosta, Columela aconselha a cavar-se a medida de uma jeira (medida agrária rectangular de cerca de 25 ares correspondente à porção de terra lavrada por uma junta de bois durante um dia), mas com dois pés de profundidade, em sessenta jornadas; se se pretender fazer um alfobre, onde se quer estabelecer a vinha com três pés de profundidade, deve cavar-se uma jeira em oitenta jornadas, com a condição de não se encontrarem pedras, tufos ou outros elementos mais difíceis de trabalhar.

⁸¹ Considera que os melhores são tirados dos cepos e os piores são considerados os do cume das vinhas. Os primeiros “pegam” mais rápido e são os mais produtivos, mas envelhecem rapidamente; não é aconselhável plantar sarmento (vara que a videira dá cada ano), nos pâmpanos (ramo tenro de videira com folhas) porque eles são estéreis. Nas encostas ricas, planas e húmidas devem plantar-se vinhas precoces, com bagos espaçados, com ligações próximas e pouco vigorosas, pois um terreno desta espécie está apropriado a um tal género de vinha.

fruto que dêem, não chegará à maturidade. Ao contrário, as vinhas pouco vigorosas em terreno “magro”, enfraquecerão rápido e darão um fruto mais abundante. Deve plantar-se à parte cada variedade de vinha, sendo cada uma delas cuidada e vindimada.

Os rebentos plantados com alguns velhos sarmentos, desenvolvem-se vigorosamente mas envelhecem rapidamente; os rebentos de jovens sarmentos crescem mais lentamente, mas apodrecem mais lentamente. Convém confiar à terra rebentos fracos. É preciso plantá-los cortados, senão é necessário cobri-los totalmente com grande cuidado, numa encosta onde estejam abrigados da chuva e do vento. Deve fazer-se o alfobre do início da lua até ao 10º dia e do 20º ao 30º, e evitar-se, nessa altura, os ventos frios.

e) O terreno

Antes de se plantar uma vinha deve apurar-se o “gosto” do terreno⁸², pois os frutos terão exactamente esse sabor, sendo a terra mais apropriada à vinha a arenosa com uma humidade doce no subsolo, devendo ser também bastante trabalhada. A terra que abre fendas durante o Outono é má para a vinha e para as árvores, pois o subsolo alimenta a vinha e as árvores, o solo protege-as. Nas zonas altas e nas encostas as vinhas têm mais dificuldade em crescer, mas dão um vinho “encorpado” e com bom gosto; nas encostas húmidas e planas as vinhas são mais vigorosas, mas dão um vinho sem solidez e que não se conserva.

Nesta linha de raciocínio o tratadista Columela refere-se também aos géneros de vinha e à melhor época para o seu plantio⁸³, à poda⁸⁴ e mergulhia (alporque) de uma velha vinha,⁸⁵ bem como à enxertia e à forma de tornar férteis vinhas improdutivas,⁸⁶

⁸² Columela ensina que para se conhecer esse sabor deve proceder-se do seguinte modo: dilui-se um punhado de terra na água, e quando esta tiver repousado, toma-se o gosto à água.

⁸³ Em terreno seco e “magro”, deve plantar-se uma vinha pouco vigorosa antes do solstício de Inverno. Nas calendas de Fevereiro deve retomar-se a parte que não se talhou. Não deve tocar-se na vinha nem nas árvores com um utensílio de ferro desde os Idos de Dezembro aos Idos de Janeiro. Deve fazer-se a cava da vinha antes do solstício de Inverno para que ela absorva todas as chuvas e lodo e cavar o mais possível todas as vinhas.

⁸⁴ Quanto à poda, os cortes feitos com utensílios de ferro o mais afiado possível, devem ser arredondados para acelerar a cicatrização. A água não pode ficar na vinha, pois se ela aí permanecer, estraga e origina o nascimento de bactérias que corroem as estacas. Devem cortar-se todos os sarmentos largos, velhos, mal implantados, tortuosos; devem deixar-se crescer os sarmentos jovens, os sarmentos com frutos, e se faltar o vigor à parte superior devem conservar-se os braços.

⁸⁵ Não se deve podar uma velha vinha, se as suas uvas estão à superfície; mesmo os vinhos novos não devem ser podados se houver ervas na parte superior do solo. Se os cepos estiverem de tal modo secos que não possam ser curvados, deve cavar-se superficialmente no primeiro ano sem arrancar ou esmagar as uvas e colocar-se estrume; de seguida, poda-se, deixando uma estaca, cava-se com cuidado e fazem-se cair as parras da videira para que ela não se alimente dos sarmentos desnecessários.

dando ainda a receita para que os cachos de uvas não tenham sementes,⁸⁷ referindo-se também à questão do míldio ou doenças da vinha.⁸⁸

f) A enxertia

Quanto à enxertia afirma existirem três tipos: o primeiro é aquele em que a árvore cortada e fendida recebe os ramos que aí se inserem; o segundo tipo é aquele em que a árvore cortada recebe o enxerto entre a casca e o pau; o terceiro tipo é quando recebe os próprios olhos com um pouco de crosta sobre uma parte descascada do seu caule (enxertia emplastrada).

g) A criação do Pomar

A terra apropriada às vinhas é também apropriada para a plantação de um pomar, destacando-se neste âmbito a romãzeira e a pereira. Quanto maiores e mais largos forem os buracos⁸⁹ mais belos e abundantes serão os frutos. As árvores devem ser plantadas com intervalos grandes, para que as suas ramificações tenham espaço para se estenderem, por isso deve deixar-se entre elas 40 pés, no mínimo 30. É de grande importância a escolha das plantas,⁹⁰ bem como o modo como as árvores devem ser transferidas.⁹¹

De tal modo cuidada, a vinha dará estacas longas e firmes e no ano seguinte será mergulhada numa cova previamente cavada. Durante três anos, enquanto vigora, poda-se frequentemente. A vinha plantada em encostas deve ser cavada para que na parte superior perto da cepa, se formem pequenas poças e na parte inferior pequenos obstáculos bastante resistentes e elevados de modo a reter mais água e lodo.

A velha vinha deve ser cavada frequentemente de forma profunda e uniforme, espalhando-se no solo o estrume ou a palha antes do solstício de Inverno.

A cava não deve fazer-se numa terra argilosa porque esta endurece fortemente e racha. Deve utilizar-se a enxada em vez do arado. Quanto mais a terra for cavada mais a produção será abundante.

⁸⁶ Deve regar-se com forte vinagre misturado com cinza as vinhas que dão poucos frutos e esfregar com a mesma cinza o caule.

⁸⁷ Abre-se uma estaca de vide, sem estragar os rebentos e elimina-se toda a medula; reúnem-se as duas partes e unem-se sem fazer mal aos rebentos e planta-se em terra estrumada e regada. Quando começar a lançar rebentos cava-se várias vezes e de forma profunda; quando a vinha ficar grande dará cachos sem pevides.

⁸⁸ Coloca-se um fardo de palha disposto entre as linhas da vinha. Quando se fizer sentir um frio estranho na Primavera, pega-se o fogo ao fardo que afastará o míldio e a neblina.

Para se evitar o ataque das formigas ao vinho devem esmagar-se tremoços, misturar com pó de azeitonas e revestir a parte debaixo da vinha; pode ainda aquecer-se betume com óleo e lançar na parte baixa da vinha.

⁸⁹ Os buracos devem ser mais largos no fundo do que no alto para que as raízes tenham mais espaço para se instalarem e ao mesmo tempo entre menos frio e menos calor.

⁹⁰ A escolha das plantas deve ser cuidadosa, devendo estas ser direitas, lisas, grandes, sem "feridas" e com o exterior intacto: estas plantas agarram bem e depressa; ao colocarem-se estacas, devem escolher-se as que produzem todos os anos bons frutos; uma estaca com raízes vai desenvolver-se mais rapidamente do que as outras.

⁹¹ Antes das árvores serem transferidas, devem ser marcadas para que se orientem para os mesmos ventos a que antes estavam expostas, o terreno para onde são transferidas deve ser mais elevado, mais seco e mais "magro".

2.2. Princípios agronómicos do livro X “A agricultura” de Columela

Neste livro o tratadista vai debruçar-se sobre as várias fases que vão da sementeira à colheita, passando pela análise das vinhas e pomares e terminando no estudo das doenças que podem afectar os animais. São vários os temas focados: a utilidade e o prazer da economia rural, os campos, a sementeira e a colheita, a vinha e os pomares, o emprego do tempo na agricultura e nas árvores, os animais e as suas doenças.

O jardim de Columela é um *numerosus hortus* e não aparece como uma grande exploração hortícola, florista ou frutista, mas como um retalho de terra que dá um pouco de tudo. Este é tratado no livro X, que é escrito em verso, e que analisa a natureza de um terreno próprio para jardim⁹², o problema da água, as vedações e protecções, e dá um plano cronológico das actividades do jardineiro.⁹³

a) *A agrimensura*

É preciso então conhecer as qualidades das diferentes espécies de vinha daí a necessidade de um longo inventário ampelográfico.

Columela descreve com cuidado o método que preconiza: a cava funda total, assim como o aparelho que inventou para controlar o trabalho dos cavadores. Estando o terreno preparado pode pensar-se em plantar a vinha que deve ser feita em momentos precisos do ano. É necessário cavar novas fossas, para as quais indica as dimensões e

Devem ultrapassar um pouco o nível do solo e deve ser fornecida água no Verão às raízes. O seu plantio deve ser feito no Outono, nos Idos de Outubro. Na Primavera, colocam-se na terra as estacas e os ramos. Mas para que a moléstia não incomode as plantas da figueira, deve enterrar-se no fundo do buraco uma cultura de almecegueira, com a “cabeça” virada para baixo. A figueira deve ser plantada em encostas, na altura do frio.

⁹² Convém para a horticultura utilizar um terreno fértil, cujos torrões estejam separados e cuja superfície seja móvel e que cavada se esboroe como se se tratasse de areia. Também se pode considerar apto o terreno aquele onde espontaneamente crescerem ulmeiros folhados, videiras bravas virgens, que se encha de moita de pêras selvagens, se carregue de frutos de ameixoeira ou se cubra de uma juncada de maçãs vindas sem cultura.

⁹³ O trabalho de Inverno vai de 18 de Novembro a 4 de Fevereiro com a cava, o trabalho de Primavera vai de 5 de Fevereiro a 19 de Maio com a estrumação e limpeza do solo e ainda a sementeira de flores, de plantas medicinais, de plantas aromáticas e legumes. Faz-se também a manutenção do solo e rega. A partir do equinócio (23 de Março) a transplantação (indicações gerais sobre esta operação, transplantação de legumes, plantas odoríferas, de flores, de alfaces; seguidamente dá-se a explosão primaveril, volta-se a atenção para a horticultura, faz-se a sementeira e transplantação. Finalmente dá-se o triunfo da Primavera com o desabrochar das flores e as colheitas. O trabalho de Outono que vai de 19 de Maio até final de Agosto contempla a recolha dos legumes, a luta contra as doenças e a recolha de plantas úteis; depois de 20 de Agosto deve acontecer a recolha dos frutos e a sementeira. Volta-se ao Outono com as vindimas e o cortejo báquico.

espaçamentos, depois transplanta-se para aí plantas vivas, atulha-se as fossas, poda-se e planta-se os rebentos supranumerários, o que leva a uma nova digressão do autor sobre os rebentos indicando qual a parte do sarmento retirado, a necessidade de o plantar direito, contrariamente ao método ático, o seu comprimento e as precauções a tomar.

Levanta-se ainda duas questões que têm a ver com a necessidade de plantar vários cepos, e se estes devem ser misturados ou plantados em talhadas separadas, afirmando Columela que a pluralidade dos cepos permite ao agricultor defender-se contra as variações meteorológicas, apostando ainda na criação de talhadas separadas que apresenta não só vantagens estéticas como também técnicas, bem como na criação de alfobres considerando o uso de estacas e rebentos. A escolha dos rebentos é pois fundamental.

b) A ratio e experimentum do agricultor

Segundo Columela o agrónomo deve guiar-se pela *ratio* e *experimentum* para alegar que os rebentos não devem ser colhidos nem na base nem no alto da vinha. Deus teria feito a vinha à imagem do homem: com cabeça, ombros, braços, mãos e pernas; os sarmentos reprodutores devem ser retirados do centro da planta. Declara que os agrónomos antigos cometiam erros, podando os rebentos de forma incorrecta, deixavam a madeira dura o que favorecia a putrefacção. Há, segundo o autor, a necessidade de se colocarem à experiência os pés de vinha durante quatro anos e que deve marcar-se de entre todos os mais fecundos, levantar-se sobre estes as estacas, obtendo-se através desta selecção um melhor rendimento.

Reconhece-se o interesse da ideia de selecção de que falava Columela, ao passo que os progressos da botânica, confirmam, infirmam, ou relativizam certas indicações dos agrónomos antigos. O livro III, bem como toda a obra do tratadista, realça o grande valor da viticultura para os romanos da época.

A leitura dos tratadistas agronómicos romanos levam-nos a concluir acerca da importância do vinho na alimentação romana e da necessidade de uma produção massiva para satisfazer o consumo da cidade de Roma que obviamente não era o único local onde se bebia vinho. Deve também abandonar-se o ponto de vista dos historiadores anteriores que faziam alternar do século II a.c. para o século II as fases do desenvolvimento e decadência da vinha e colocavam o tratado de Columela num período de crise.

É efectivamente na vinha que o tratadista Columela afirma recair a sua preferência, que tem a ver não só com a suavidade do seu fruto, mas também com a

facilidade com que aquela se adapta a qualquer região, e a todas as latitudes glaciares e tropicais.

A forma de a cultivar não é única, qualquer que seja o clima ou o terreno, existem espécies apropriadas mais a uma região do que a outras.

O agricultor advertido tem de se assegurar que convém à planície a espécie que suporta névoa e geadas, aos outeiros aquela que suporta seca e vento.

A um solo fértil e rico adequa-se uma vinha delgada e fecunda; a um solo magro uma vinha fecundante; a uma terra espessa uma vinha vigorosa que dê fortes rebentos e folhagem; a um solo móvel e rico uma vinha que dê poucos sarmentos.

c) O clima

O clima tem uma enorme influência no sucesso agrícola e por isso, em climas frios ou encobertos, Columela associa vinhas de duas espécies dando origem a uma que seja precoce e que a maturidade dos frutos anteceda a má estação, que tenha grãos fechados e duros, que os cachos desflorem na época dos nevoeiros e enfraqueçam debaixo do efeito das geadas e do orvalho.

Um clima sujeito igualmente a ventos e tempestades afectará as mesmas vinhas resistentes com grãos duros; a um clima quente deve confiar-se espécies tenras e fecundas. A um clima seco confiam-se as espécies que as chuvas e orvalho contínuos fazem estragar e a um clima húmido aquelas que sofrem com a secura; a um clima com granizo as que têm folhas duras e largas a fim de melhor protegerem o fruto.

Contudo o solo não deve ser nem muito pesado nem muito móvel, nem pobre nem fecundo, nem plano nem abrupto, de preferência que seja um terreno plano acidentado e que seja moderadamente húmido e que a água não se concentre abundantemente nem na parte superficial nem na parte profunda da terra; o solo não deve ser nem amargo nem salgado para que nem estrague o aroma do vinho, nem entrave o crescimento das partes verdes provocando uma espécie de mildio.

A vinha desenvolve-se mais com tempo quente do que frio, agradando-lhe mais um solo seco do que húmido.

d) Como obter boas cepas de vinha

A cultura da vinha tinha, na época de Columela, uma péssima reputação, devido à plantação de vinhas da pior qualidade, acrescentando a isso a negligência do cultivador no cuidado da plantação. Escolhiam-se os piores terrenos da quinta. Foi necessário admitir que as vinhas requeriam importantes investimentos, para se começar a melhorar a produção vinícola.

Nessa linha de pensamento surgiram regras que deveriam ser seguidas com o objectivo de se obterem os melhores resultados e uma variedade de rebentos, devendo fazer-se em casa um viveiro, pois as plantas importadas de região para região estão menos familiarizadas com o solo do que as plantas indígenas. Mas a variedade plantada deve ser previamente estudada e aprovada. O estudo deve durar dois anos, tempo que permite que as melhores qualidades das plantas sejam visíveis. Em seguida, é necessário um local para a vinha dando-se uma grande atenção à cava pois após ser colocada na terra, esta deve ser cuidada com a maior assiduidade.

É necessário fazer um viveiro de vinha numa terra nem seca nem muito húmida, mas medianamente fértil. Embora todos os autores destinem para este fim um local totalmente fértil, este tratadista considera que tal não é do interesse do cultivador. Os rebentos instalados num solo vigoroso agarram-se e desenvolvem-se rapidamente, mas transferidos para um menos bom, podem não desenvolver-se.⁹⁴

Columela diz não poder afirmar que uma vinha é prolífica ao ver um cacho em cada sarmento, mas se de cada um destes rebentos surgir um número superior de cachos, se a partir de cada olho rebentarem vários ramos com frutos, se, enfim, mesmo a partir de um pau duro sair um raminho com vários cachos, esta vinha é sem hesitação prolífica donde se devem colher os rebentos.⁹⁵ Uma só vindima não garante que a vinha seja sempre deste modo pois por uma vez uma vinha infecunda pode abundar de frutos. São necessários quatro anos para uma avaliação correcta. Esta duração temporal faz aparecer boa qualidade nas culturas.⁹⁶ Os rebentos devem ser retirados das vinhas que foram previamente marcadas como prolíficas.⁹⁷ Assim Columela aconselha que a escolha dos

⁹⁴ Assim as plantas notam menos diferença transferidas de um local médio para um inferior. O contrário também se verifica: fazer um viveiro num solo pobre não é razoável pois a maior parte dos rebentos sucumbe e a que sobrevive torna-se apta para transplantação muito tardiamente. Não é suficiente que a planta-mãe donde se retiram os rebentos seja fecunda, mas deve-se retirá-los das partes do tronco que sejam produtivas e férteis. Uma vinha fecunda não se julga somente porque ela produz uma enorme quantidade de cachos; isto pode dever-se à importância do tronco e à abundância dos ramos.

⁹⁵ Quanto ao rebento é preciso colhê-lo de um cepo profundo, em cada período da poda, e deixá-lo acima do nível do solo 3 ou 4 rebentos, esconde-lo com cuidado numa talhada moderadamente húmida, não devendo ser tirado de uma vinha que apresente grande floração sem resultados assegurados. O seu grão não deve ter muito trabalho em engrossar e os seus frutos não devem amadurecer nem precoce nem tardiamente. O 1º caso pode dever-se à invasão de insectos ou a invasão de pequenas larvas que destroem as flores ou os grãos, no 2º caso a intempéries inverniais.

⁹⁶ Segundo uma teoria ligada ao trajecto do sol, este volta sempre ao mesmo local do zodíaco; esta revolução dura 1461 dias (apocatastasis)- período de 4 anos com uma revolução solar que dura 365,25 dias, durante este período a cepa está à prova de todas as condições meteorológicas possíveis.

⁹⁷ Logo que a fecundidade da vinha está confirmada, a enxertia permite que se aguarde um grande número de pés. Diz Columela que no espaço de dois anos, e praticando a enxertia, obtém-se duas jeiras de vinha a partir de um único pé de vinha precoce. Será somente importante para a transplantação de

rebentos não deve ser feita numa vinha muito fecunda, nem na parte mais prolífica da mesma.⁹⁸

e) O valor moral e ético do discurso agronômico

O tratadista Columela, tendo por base a racionalidade e uma longa experiência, que não selecciona nem considera prolífica nenhum outro rebento senão aquele que deu frutos na parte produtiva da vinha, defende que há um preceito que deve ser cumprido que tem a ver com o não colocar na terra um ramo com pâmpanos, utilizando, sem excepção todas as outras partes para os rebentos. Refere ainda que um rebento que, num local estéril, se desenvolveu com vigor e abundância mas sem dar frutos, apresenta uma aparência enganosa de fecundidade não tendo nenhum poder produtivo.

No entanto existe uma regra a observar por uma espécie de malignidade natural, os rebentos que têm boa aparência, usados com diligência degeneram. Isto aplica-se não só às plantas mas a todo o domínio agrícola. Um rebento que suportou quatro cachos, uma vez cortado e colocado na terra, degenera da fecundidade maternal, produzindo, de tempos a tempos, um cacho a menos, por vezes mesmo menos dois.

Assim um rebento mesmo proveniente da melhor parte da vinha, se era estéril, uma vez transplantado, cortado do seu cepo e privado da alimentação maternal pode

rebentos, que se conserve um clima e exposição semelhantes bem como os próprios hábitos da vinha, porque a maior parte das vezes um arbusto degenera se a situação do terreno ou as condições atmosféricas lhe são estranhas. Deve fazer-se a transplantação do frio para o frio, do calor para o calor, da vinha descoberta para a vinha descoberta. Um pé de Amínio vindo de um clima frio pode muitas vezes suportar melhor o calor do que se tiver vindo do calor e se encontrar num clima frio. Mas a qualidade do solo é fundamental também. Os rebentos habituados a um solo "gordo" não suportam uma terra "magra", a não ser que se estrume frequentemente.

⁹⁸ As culturas mais prolíficas não são, ao contrário do que pensam os velhos autores, as da extremidade, aquelas que se denomina por cabeça da vinha isto é as que possuem os rebentos mais exteriores e os mais alongados. Com efeito os cultivadores também se enganam neste ponto. Mas a causa do erro é primeiro a aparência e o número de cachos que se vê em geral num sarmento muito alongado. Não se trata de uma fecundidade natural da ramificação, mas da sua localização favorável, porque toda a seiva e alimentação que é fornecida pelo solo percorre todas as outras ramificações do tronco até chegar às extremidades. Com efeito para uma respiração natural, toda a alimentação dos vegetais é retirada da medula do tronco, por uma espécie de sifão de *diabainô* (grego), até chegar ao cimo, onde aí chegado se espalha para ser consumido. É por isso que os rebentos mais vigorosos se encontram na cabeça da vinha, ou nos membros vizinhos das raízes. As que provêm da parte dura, são estéreis e por uma dupla razão, robustas: porque elas não dão origem a nada e alimentam-se de um suco completo e puro proveniente da terra vizinha; por outro lado, as primeiras são férteis e sólidas porque provêm de madeira tenra e não partilham da alimentação. Muito magras são as ramificações do meio. Não é então o rebento colocado na extremidade que, mesmo produzindo muito, se deve considerar fecundo, se é verdade que é a fertilidade da localização que o força a dar frutos, mas mesmo o sarmento colocado no centro da vinha, mesmo em desvantagem da localização prova a sua boa disposição para uma produção abundante. O ramo transplantado, degenera mais raramente quando após uma menos boa condição, acolhe-o uma melhor.

Com efeito seja porque o colocamos na terra através da cava, seja por enxertia no tronco, ele alimenta-se melhor que anteriormente quando estava em carência. É por isso que Columela recomenda colher os rebentos nos locais atrás referidos, no entanto afirma que na realidade, a parte fértil de um sarmento varia segundo as cepas e enunciar uma regra geral é forçosamente um erro.

tornar-se frutuoso, mesmo quando estava na planta-mãe e pouco valia. Efectivamente, a cava beneficia muito a qualidade bem como à abundância das colheitas.

f) Solo apropriado para a plantação de uma vinha

O terreno a escolher deve ser preferencialmente arborizado pois arroteia-se facilmente, porque todas as plantas que brotam naturalmente, em vez de espalharem as suas raízes vertical e profundamente, dispersam-nas e estendem-nas, em locais superficiais da terra. Caso se trate de um terreno onde a vinha esteja em renovação deve destruir-se tudo o que resta da vinha, em seguida estrumar todo o solo com estrume seco, o mais vigoroso possível e, em seguida, trazer para a superfície, remexendo a terra, todas as raízes desenterradas e queimá-las. Em seguida, deve cobrir-se novamente o solo cavado seja de estrume velho, seja de húmus tirado das forras dos silvados. No caso de puros terrenos incultos, desprovidos de árvores, é preciso considerar, antes da cava, se a terra é própria ou não para o desenvolvimento dos arbustos, dando-se rapidamente conta pelas plantas que aí crescem espontaneamente.⁹⁹

g) Os solos

A terra argilosa bem como a grossa areia têm a reputação de serem boas para a vinha mas são-lhe adversas, pois fazem secar o arbusto.

Ao destinar-se à vinha toda uma superfície, tratando-se de um arvoredo ou de uma vinha arbustiva, todo o silvado e árvores devem ser arrancados e levados para que as massas depositadas no terreno não comprimam o terreno já cavado.¹⁰⁰

A melhor altura para colocar a vinha na terra é na Primavera desde os Idos de Fevereiro até ao equinócio, ou no Outono desde os Idos de Outubro até às Calendas de Dezembro.

Há duas espécies de plantações, a de rebentos e a de plantas vivas referindo o tratadista que os agricultores recorrem tanto a uma como a outra.¹⁰¹ Pode colocar-se

⁹⁹ Se olharmos para o terreno e virmos que os frutos não são secos nem têm mau aspecto mas são lisos e brilhantes com ramificações alongadas e prolíficas, vemos que é uma terra própria para o desenvolvimento de arbustos. Outro ponto a ser considerado é a verificação se a terra é fácil de ser trabalhada.

¹⁰⁰ O campo cavado deve também ser extremamente móvel e, igualmente livre de restos para que a terra que foi revolvida uniformemente ceda docemente às raízes das novas culturas, em qualquer direcção que elas se estendam e não sejam obstáculo ao seu crescimento pela sua dureza e que lhes deixe passar as águas pluviais que alimentam os rebentos.

Segundo Columela uma superfície plana deve ser cavada a uma profundidade de 2 pés e meio, de 3 pés numa região em encosta, mas uma colina abrupta deve se cavada com 4 pés de profundidade.

¹⁰¹ Na província privilegia-se sobretudo a cultura dos rebentos: eles não se interessam por viveiros e não fazem uso de plantas vivas mas a plantação traz numerosas vantagens, pois morre menos facilmente, pois suportam melhor o frio, o calor e todos os outros acidentes atmosféricos, crescendo mais depressa e ficando mais rapidamente maduros para darem frutos.

directamente, numa terra móvel e “fácil”, um rebento em vez de uma planta viva, mas um solo compacto e pesado exige em todos os casos um cepo formado.

h) A arrumação das vinhas

A arrumação das vinhas deve ser feita segundo o tratadista em quincôncio,¹⁰² recomendando-se também deitar para as fossas, depois de se ter colocado as plantas, restos de raízes misturadas com estrume, porque os resíduos fazem nascer e crescer novas raízes pequenas, e tal fornece calor às vinhas que têm frio durante o Inverno, depois durante o Verão fornece alimentação e humidade às partes verdes.

À plantação convém um terreno cavado e levemente húmido, sendo preferível um terreno árido a um lamacento,¹⁰³ devendo plantar-se por precaução sobre o mesmo local, onde as plantas vivas se alinham, os rebentos, para substituição de um cepo morto.¹⁰⁴

i- Polémica entre autores latinos

Alguns autores pensam que os rebentos devem ser retirados da planta-mãe colocando-se na terra depois de cada um ter sido dividido em cinco ou seis partes. Columela discorda, anuindo com os autores que negam que a parte superior da ramada esteja apta a dar frutos e recomenda somente a que está junto ao velho sarmento. Havia quem enterrasse a cultura em questão, depois de ter torcido e encurvado a sua cabeça para que ela não escapasse ao “pastinum”.¹⁰⁵ Esta técnica é condenada por Columela,

¹⁰² Faz-se através do seguinte método: num cordel, com intervalos com o mesmo número de pés que aquele que se destina aos espaços entre filas, pinta-se essas partes com purpura ou com outra cor visível; estende-se esse cordel assim marcado através de todo o terreno cavado e contra cada mancha coloca-se uma cana; assim as filas ficam com intervalos iguais. Depois de terminada esta operação, o homem encarregado de cavar, cava de uma cana à seguinte, uma fossa profunda de pelo menos 2,5 pés em encostas planas, de 2 pés e três quartos nas encostas e de 3 pés nos locais abruptos.

Nas fossas cavadas com esta dimensão colocam-se aí as plantas vivas de tal forma que cada uma seja colocada completamente no sentido contrário, a partir do meio da fossa e reenviada para a extremidade oposta àquela, isto é, a verticalidade é necessária para evitar que a planta não seja de seguida estragada pelos utensílios em operações posteriores como a escava.

O dever do homem encarregado de plantar consiste em transferir do viveiro uma planta tirada o mais recentemente possível com cuidado para não a mutilar; de seguida deve talhar todas as partes como uma cepa antiga e reduzi-la a um único pau resistente, podando os nós e as cicatrizes; deve evitar-se a amputação das raízes; de seguida, coloca-se, as raízes, dobrando-as de tal maneira que as raízes de 2 pés não se misturem. É fácil evitar isto, colocando no solo, no fundo contra as paredes opostas um pequeno número de pedras nenhuma excedendo o peso de 5 livros.

¹⁰³ Quando a planta ultrapassa o alto da fossa, corta-se o que está em cima deixando somente dois botões acima da terra. Depois de se alisar o terreno, insere-se entre as filas os rebentos e é suficiente plantá-los no meio do espaço deixado livre entre as vinhas, numa única fila, pois, deste modo, os rebentos adquirem mais força e uma boa quantidade de terreno será deixada livre.

¹⁰⁴ Colocar-se-ão 5 num comprimento de um pé, colocados nos intervalos entre 2 cepos para que fiquem com a mesma distância entre cada um. Columela aconselha a colocar quatro mil, porque uma grande parte definhará devido à negligência dos vinhateiros e a morte das plantas torna menos numerosas aquelas que restam e florescem.

¹⁰⁵ Utensílio com 2 dentes com o qual se repica os rebentos.

pois a planta é maltratada e destruída antes da sua colocação na terra e não se desenvolve melhor do que aquela que é lá colocada inteira, sem ter sofrido violência. A madeira fica frágil e recurvada e se partir perde grande parte das raízes.¹⁰⁶ Outra das preocupações é fechar a cicatriz do corte feito para a retirar da planta-mãe, pois o líquido começa a sair por lá oferecendo uma refeição às formigas e outros animais, apodrecendo as pernas da vinha.¹⁰⁷ Quanto ao comprimento do rebento este não se encontra definido com precisão.¹⁰⁸

As cepas devem misturar-se, pois um ano o tempo é seco, outro pluvioso, por vezes é frio, outros muito quente. A variedade permite que, pelo menos alguns dêem frutos. Devem colocar-se excepcionais, menos bons, etc., escolhendo-se cinco espécies diferentes.¹⁰⁹

Por outro lado, a separação das espécies permite ao vinhateiro saber qual é a variedade que lhe convém. É importante colocar em recipientes diferentes cada variedade sem misturar, mantendo à parte três espécies diferentes: *biturica*, *balisca* e *spionia*, atingindo-se assim alta qualidade. O segredo consiste em plantar juntas somente variedades diferentes que ofereçam um sabor parecido e frutos que amadureçam ao mesmo tempo.

2.3. Os paradigmas agrícolas do tratadista Catão

Quanto a Catão¹¹⁰, o seu tratado *De agri cultura* que é a obra mais antiga em prosa latina, é feita de elementos díspares, defendendo alguns estudiosos que estamos perante notas, matérias que se encontram apenas em estado bruto.

¹⁰⁶ Por outro lado, Columela notou que da parte superior do sarmento, os frutos vinham só do 50° ou 60° olho a partir do velho sarmento. A parte fértil e os 3 ou 4 olhos que ficaram enterrados profundamente na terra não dão ramificações mas raízes. São os olhos mais próximos do cimo, os mais infecundos.

¹⁰⁷ É o que acontece logo que as culturas são torcidas e no momento da arranca, as suas partes inferiores são partidas ficando com a medula aberta; as águas e os animais fazem-na declinar rapidamente. A melhor técnica é plantar o rebento direito: a cabeça da sua extremidade inferior logo que ela for encerrada entre os 2 dentes do "pastinum" é mantida e mergulhada sem dificuldade pela "garganta" estreita do utensílio.

¹⁰⁸ Não deve ter mais de um pé nem menos de 3/4 de pé. Nas encostas 1 pé e 1/4 de pé (um pé romano é igual a 29,7 cm; a palma é igual a 1/4 de pé ou 4 polegares, isto é, 7,39 cm).

¹⁰⁹ No caso das vinhas antigas devem plantar-se os rebentos em quarteirões particulares para cada espécie, pois em poucos anos, recolheremos milhares de rebentos a partir daquele que plantámos. Os cepos de variedade distinta não chegam à maturidade ao mesmo tempo: colher os frutos tardios com os precoces dá origem à acidez, e ao esperar-se pelos frutos tardios, perde-se as colheitas precoces vítimas das chuvas, ventos ou doenças. Mas os frutos podem ser colhidos em fases separadas, embora possa ser difícil.

¹¹⁰ Pórcio Catão nasceu em Túsculo em 234 a.c. Escreveu inúmeras obras, destacando-se *De Agri Cultura*, enciclopédia das ciências úteis à actividade do romano na antiguidade, que demonstra bem o

O autor fornece conselhos, instruções, preceitos que se referem não só à agricultura, mas também à cultura dos cereais, do prado, da viticultura, oleicultura, arboricultura, horticultura e outros assuntos como a compra de um terreno, inspecção do senhor ao seu domínio, obrigações do camponês/ camponesa, equipamento de um olival e de uma vinha, (a prensa e o “trapetus”), corte de madeiras, abate de criação, preparação dos vinhos pelos escravos destinados à venda, alimentação dos escravos, dos bois, remédios curativos ou preventivos para os bois, sacrifícios e preces para o crescimento das culturas e bois e contratos de aluguer ou venda.

Segundo Catão, trata-se de um guia prático destinado mais àqueles que cultivam as terras com as suas próprias mãos, como ele próprio fez, do que a proprietários de domínios rurais. Pretende facilitar a necessária transformação da agricultura italiana que exige investimentos importantes, facilitando a sobrevivência dos proprietários. Privilegia os domínios de 25 a 60 hectares (100 a 240 jeiras) e refere que a policultura ainda subsiste mas transformou-se. As culturas que Itália já pratica, oleicultura, viticultura, horticultura e outras com tradição como a cerealicultura, foram tornando-se dominantes de acordo com a região.

Esta obra trata então das novas culturas provocando o alargamento e desenvolvimento no Império Romano da economia de mercado. A pequena exploração familiar não desaparece completamente mas encontra-se em regressão, sobretudo nas regiões que se prestam às culturas novas em maior escala.

Segundo este tratadista em 100 jeiras de terra, o 1º lugar vai para a vinha, o 2º para um jardim irrigado, o 3º para um salgueiral, o 4º para um olival, em 5º vem o prado, em 6º uma planície de cereais, em 7º a madeira de mata de corte, em 8º lugar um pomar e em 9º madeira para bolota, defendendo que é vantajoso que o proprietário tenha uma quinta bem construída: uma despensa para o azeite e vinho, numerosas jarras, boas prensas para que o trabalho possa ser bem feito.

Catão analisa de forma geral os deveres do agricultor, dando as indicações exactas para a colocação das culturas,¹¹¹ nomeadamente para a plantação de oliveiras,¹¹² de ulmeiros e álamos com o objectivo de alimentar os animais.¹¹³

espírito utilitário e tradicionalista do autor. O tratado é um balanço árido da fazenda, acompanhado de considerações para a tornar mais frutífera.

¹¹¹ Para a colocação das culturas deve ter-se em conta os seguintes conselhos: uma terra gorda e fértil, sem árvores, devendo ser uma terra para cereais; a mesma terra se está exposta a nevoeiros devem lá ser cultivados rabanetes, milho-miúdo, milhã; numa terra gorda e quente, cultivam-se azeitonas para conserva e nabos.

Se existir nesses locais um curso de água ou um estreito húmido, deve plantar-se nos cumes álamos e um canavial.¹¹⁴ São também importantes e actuais as indicações sobre a plantação da vinha,¹¹⁵ e realização das vindimas, valorizando assim a importância do vinho na economia romana.¹¹⁶

Com este livro Catão pretende aconselhar os seus compatriotas de modo a que estes se dediquem à exploração agrícola, a ocupação mais segura e mais honrosa que ele conhece, colocando de lado o comércio com os seus previsíveis riscos e a usura, prática desonesta, severamente condenada pelos antigos Romanos.

Outro dos seus propósitos prende-se com a necessidade de «faciliter la nécessaire transformation de l'agriculture italienne, qui exige des investissements importants, et il désire que les petits propriétaires qui ont survécu aux guerres et n'ont plus les moyens de restaurer leurs fermes et encore moins de les moderniser, restent des ruraux, en devenant colons partiaires, *politores*, artisans, et et même ouvriers agricoles libres, et continuent à donner à leur pays des hommes vigoureux et de bons citoyens ».¹¹⁷

2.4. Os paradigmas agrícolas do tratadista Paládio¹¹⁸

Quanto ao tratadista Paládio, na obra *Opus Agriculturae*, constituída por treze livros, faz a apologia do *mus rusticus* e reafirma a necessidade de falar aos *rustici*

¹¹² Deve usar-se um campo orientado para o vento favónio e exposto ao sol, pois nenhum outro será tão bom.

¹¹³ Na borda dos campos e à beira dos caminhos, deve plantar-se ulmeiros e álamos, afim de se terem folhagens para os carneiros e bois; também assim se terá madeira de trabalho à disposição se tal for necessário.

¹¹⁴ Mexe-se a terra para a cava, planta-se olhos de junco com distância de 3 pés; junta-se espargo selvagem que em tempo oportuno pode dar muita sombra ao canavial. Deve plantar-se salgueiro grego à volta do canavial para se ter com que empar a vinha.

¹¹⁵ As vinhas devem estar bem providas de nós ao longo de todas as ramificações; não se deve “apressar” a vinha nem “estrangulá-la”. As vinhas devem estar bem “casadas” e as plantas da vinha devem ser em número suficiente; onde for necessário deve fazer cair-se das árvores os sarmentos para se lançar à terra e dois anos depois separá-los.

¹¹⁶ Quando as uvas estiverem amadurecidas, devem ser colhidas bem maduras e bem secas para que o vinho não perca a sua qualidade. Cada dia cõa-se os resíduos frescos com um coador para esse efeito. Colocam-se em jarras forradas com resina, selam-se bem. Dão-se aos bois durante o Inverno. Pode-se misturar também água para se obter aguapé destinada aos escravos.

¹¹⁷ Cf. Catão, *De agricultura*, tradução de Raoul Coujard, Paris, Les Belles Lettres, 1975, p. XXXIX.

¹¹⁸ Não existem dados precisos sobre a identidade e a época de Paládio, constituindo-se como um dos enigmas mais resistentes de toda a história da literatura latina. Nem o seu tratado fornece qualquer elemento de natureza autobiográfica. O seu nome seria Rutilius Taurus Aemilianus juntando-se mais tarde a “algunha” de Palladius, designação usada pelos modernos. O seu tratado poderá ser datado do século V.

usando uma linguagem que eles percebam, propondo-se por isso escrever uma obra em prosa.

Nos primeiros 13 livros que fazem parte do *Opus agriculturae*, Paládio refere-se à agricultura propriamente dita, dedicando-os exclusivamente aos agricultores. Apresenta uma espécie de calendário rural¹¹⁹, que pretende ver usado de uma forma cómoda e prática pelos exploradores agrícolas, permitindo-lhes saber com grande facilidade o que devem fazer a cada momento do mês ou do ano. Torna-se também muito abrangente pois coloca os problemas de ordem geral que podem surgir numa exploração agrícola.

O tratado de Paládio surge com o propósito de dar aos ricos proprietários, que pretendem instalar-se nos seus ricos domínios, um manual ou um guia prático que lhes permitisse cultivar as suas terras.

2.5. Os paradigmas agronómicos do tratadista Plínio-o-Velho

Ainda na linha de valorização da agricultura encontra-se o autor Plínio-o-Velho ao defender que “c'est du jardin que le peuple tirait ses provisions, et combien cette nourriture était plus innocent!”¹²⁰

Plínio defende que as cavas das vinhas são em Janeiro e que nas regiões de clima temperado deve cavar-se¹²¹ as vinhas. A cava pode ser feita de três maneiras: ou se cava toda a superfície do terreno, ou se lavram os sulcos¹²² ou se cavam as fossas. Assim, é preciso cavar o terreno em toda a sua superfície, logo que se trate de um campo em pousio a fim de o livrar de raízes, ervas más ou cepas. Tratando-se de alqueires bem limpos devem cavar-se fossas ou silos, preferencialmente silos porque conduzem a água e irrigam a quase totalidade do terreno.¹²³

¹¹⁹ Cada livro corresponde a um mês e aconselha sobre as práticas agrícolas a realizar durante esse período.

¹²⁰ Apud. Columela *De l'agriculture*, tradução de Saint-Denis, Les Belles Lettres Paris, 1969, p. 9.

¹²¹ Consiste em abrir cuidadosamente com uma enxada a terra e depois de estar bem limpa, colocar aí as várias espécies.

¹²² Os sulcos constituem a solução mediana entre as fossas isoladas, que são as únicas mencionadas por Virgílio nas *Geórgicas*, 2, 288.

¹²³ Aos silos dá-se uma largura de 2 pés e meio ou 3 e de profundidade 3 ou 2 pés e meio (Plínio também menciona a técnica da linha de cordel).

Se a vinha está destinada a ser trabalhada à mão deixa-se a mesma largura de solo não revolvido e cava-se do mesmo modo um outro sulco.¹²⁴

a) O clima

O clima que convém à vinha é o temperado preferencialmente mais quente do que frio, mais seco do que pluvioso; o que mais afecta o terreno são as tempestades e os ventos. Para a cava com a enxada, deve escolher-se um terreno em pousio ou melhor ainda um terreno arborizado, colocando-se em último lugar os terrenos onde existirem velhas vinhas; se tal acontecer deverão de tal modo ser trabalhados a fim de serem extirpados dos detritos, das raízes e sujidade da antiga vinha, de modo a que as novas plantas sejam aí colocadas com toda a segurança.

Os solos bastante duros, logo que sejam amolecidos pelo gelo e pelo sol, produzem vinhas muito belas porque mantêm as raízes ao fresco no Verão guardando assim a humidade.

Mas quando o terreno tem areia grossa, é pedregoso ou tem cascalho móvel, quando é misturado com terra gorda, o efeito que provoca é reter a humidade não deixando as raízes sofrer de sede no Verão. Uma terra argilosa é boa, mas a argila pura é nociva. A areia negra e vermelha é boa, com a condição de ser misturada com terra forte.

O melhor terreno, para Plínio, é aquele que é nitidamente mais leve do que denso. As vinhas devem estar expostas nos países frios ao meio-dia, nos países quentes a norte, nos países temperados a levante com a condição de que a região não seja fustigada com ventos nocivos de sul ou de este; se apresentar este inconveniente, é melhor expor as vinhas ao vento do norte ou de oeste.

O terreno que se quer cavar deve ser desimpedido de obstáculos e de todas as árvores quebradas para evitar que a terra, depois de ter sido cavada não se fortaleça.¹²⁵

¹²⁴ Se for trabalhado com arado, deixar-se-á entre os sulcos um intervalo intacto de 5 ou 6 pés. Se escolhermos fazer fossas, serão cavadas profundamente com 3 pés, largura de 2 e meio ou 3 pés. Se as vinhas forem cultivadas à mão ou com bois os intervalos das fossas serão os mesmos dos sulcos. Em todo o caso a profundidade das fossas não deve exceder 3 pés, para evitar que plantas não sofram de frio. Os lados das fossas devem ser bem verticais pois o cepo colocado obliquamente corre o risco de ser destruído pela pressão dos utensílios quando o agricultor passa por eles.

Quanto aos terrenos inteiramente cavados, a terra deve ser cavada por todo, a uma profundidade de 2 pés e meio ou 3; o agricultor não deve camuflar fraudulentamente as partes do terreno não trabalhadas. Deverá utilizar uma vara na qual está marcado o nível de profundidade. Deve retirar-se da superfície do terreno todas as raízes e restos de silvas e fetos.

Mas um terreno impregnado de água, se for cavado muito profundamente lança fora a água que contém, como acontecia na região de Ravene¹²⁶, nesse caso não se cava mais do que um pé e meio.¹²⁷

Para sublinhar a o valor da agricultura para os romanos e sublinhar a importância da prática agrícola, o tratadista Plínio refere que os reis romanos cultivavam eles próprios os seus jardins.

2.6. Projecção sobre autoridades latinas: o tratadista Lucrécio

No poema *De rerum natura* de Lucrécio, encontram-se no livro V, alguns conceitos deste autor sobre a agricultura. Afirma que “a natureza foi, criadora de todas as coisas, e que nos ensinou a sementeira e o enxerto por vermos que das árvores caíam na terra os caroços e as glandes que nas épocas próprias nos davam enxames de arbustos ao pé das árvores. Daí veio a ideia de enxertar nos ramos novas hastes e de mergulhar na terra os renovos. Depois ensaiaram-se novas culturas em pequenos campos. Cada dia forçavam-se as florestas a recuar sobre as montanhas para deixar as terras baixas às culturas: prados, lagos, arroios, menses e vinhedos cobriram deste modo as colinas e as planícies; a rede dos olivais destacam-se no seu verde- acinzentado (...) É assim que se vê ainda uma agradável variedade de plantações romper a monotonia dos campos, todos embelezados pelas árvores com doces frutos que neles se espalham e pelos arbustos frutíferos que os cercam.”¹²⁸

Assim, os bens da vida para Lucrécio não eram nem a fortuna, nem as honras nem o poder. A natureza reclama apenas para o corpo a ausência de inquietações. “Não são precisas, nas habitações, nem estátuas doiradas, nem cítaras caras, mas sim a amizade, a sombra de uma árvore, a tenra relva, um arroio de água boa, o necessário para calmar a fome, a primavera em torno de nós...e amor.”¹²⁹

¹²⁵ Tratando-se de um terreno plano, cavar-se-á 2 pés e meio; tratando-se de uma encosta, 3 pés; se for uma colina escarpada, quatro pés, para que a terra não resvale demasiado rápido; mas se se tratar de um vale, dois pés.

¹²⁶ Ravene é uma região muito célebre na Antiguidade pelos seus pântanos, pelos seus nevoeiros e pelos seus mosquitos. Cultiva-se aí uma variedade de vinha a spionia ou spinea que era a única capaz de resistir às condições do clima e do sol. Segundo Plínio, as vinhas vêm melhor se forem plantadas seja imediatamente seja pouco tempo depois da terra ser cavada, logo que o “inchaço” devido à cava não tenha ainda desaparecido e ela não tenha ainda retomado a sua firmeza.

¹²⁷ Confrontar Columela, 3, 13, 7-8.

¹²⁸ Moses Amzalak, *História das doutrinas económicas da Antiga Roma*, Lisboa, 1953, p.24.

¹²⁹ *Ibidem*, pp.27, 28.

2.7. O tratadista Cícero

Quanto a Cícero, *scriptor da re-rustica romana*¹³⁰, foi o pensador que mais se ocupou das actividades económicas e é à agricultura que este atribui o primeiro lugar na hierarquia das actividades produtoras: “*Nihil est agriculture melius, nihil homine libero dignius.*”¹³¹. Afirma no seu tratado que de todas as fontes de riqueza a agricultura é, incomparavelmente, a melhor, a mais abundante, a mais doce, a mais digna do homem livre.

Na obra *De officiis*, a mais importante do ponto de vista económico, este tratadista refere-se à sociedade como sendo um facto natural encontrando-se “fundada na diversidade de atitudes, e, no uso comum das coisas geradas na terra”. A sociedade é, pois, para Cícero uma comunidade de utilidades.”¹³²

À semelhança de Catão o Velho e Varrão a ideologia deste tratadista sobre a agricultura é constituída mais por ideias práticas do que por princípios teóricos. De todas as fontes de riqueza, afirma que a agricultura é, incomparavelmente, a melhor, a mais abundante actividade, aquela que é mais doce e a que mais convém que seja exercida por um homem livre”¹³³.

A apologia do trabalho é feita por Cícero quando escreve que a maior parte das coisas são obra do homem; devemo-las ao trabalho das nossas mãos e ao génio das artes, e para as usar os homens devem ajudar-se. A medicina, a navegação, a agricultura, a colheita e conservação dos grãos e dos outros frutos da terra, são inteiramente obra humana.¹³⁴

Na leitura do livro *Catão o Velho* ou *Da Velhice* também se conclui o grande elogio que Cícero faz à agricultura, afirmando que os prazeres da agricultura podem gozar-se até à velhice, ajustando-se perfeitamente com a vida de sábio. Esses prazeres, segundo o autor, devemo-los à terra que nos devolve sempre aquilo que lhe confiamos, às vezes moderadamente outras vezes de forma prodigiosa. No entanto, o prazer não advém só de retirar os frutos da terra mas também da observação de como a terra produz e dos produtos que dela se obtêm.

Cícero descreve entusiasticamente todo o processo de sementeira que passa pelo rasgar da terra pelo arado, segue-se os grãos, a grade de desterroar que cobre as

¹³⁰ Moses Amzalak, *O pensamento económico de Cícero*, Lisboa, 1958, p.23.

¹³¹ *Ibidem*, *idem*, p.23.

¹³² Moses Amzalak, *O pensamento económico de Cícero*, Lisboa, 1958, p.15.

¹³³ *Ibidem*, p.20.

¹³⁴ *Ibidem*, p.21.

sementes, que se abrem e rebentam para fora numa haste verde, as raízes que se desenvolvem, a erva que cresce, uma cana nodosa que se eleva, ficando a planta envolvida na sua vagem ou bainha flexível; por fim sai, lança-se e apresenta à luz os frutos.

Não menos entusiástica é a descrição que faz do plantio da vinha, a sua disposição, a criação de suportes, a ligação dos sarmentos, o recolher dos seus rebentos, o podar as cepas muito carregadas, o replantar dos seus ramos, a irrigação e adubação.

Afirma Cícero “não são somente as searas, os prados, as vinhas, os arbustos que constituem os prazeres dos campos, mas também os jardins, os pomares, os rebanhos, as abelhas, e a infinita variedade das flores. Assim, um dono de uma boa casa agrícola, vigilante e económico, tem sempre os seus celeiros cheios de vinho e de azeite, as suas dispensas bem fornecidas, uma abundância de toda a espécie de provisões.”¹³⁵ E conclui afirmando que não há nada mais rico e mais magnífico no mundo do que um campo bem cultivado.¹³⁶

3. O fascínio pelos valores clássicos no século XX

Encontrámos certamente, com a apresentação dos paradigmas agronómicos dos tratadistas Columela, Catão, Paládio, Plínio, Lucrecio e Cícero, resposta para a questão que deve ser colocada a propósito da situação vivida em Portugal nas décadas de trinta e quarenta: “De onde vem então essa singular capacidade de resistência dos velhos interesses agrários, em crise desde o final dos anos trinta, mas que se oporão sempre, e com êxito, mesmo nos anos cinquenta e sessenta, a qualquer reforma das estruturas fundiárias e produtivas?”¹³⁷ Para responder a esta questão é preciso determinar não só a “ideologia”, mas também a “mentalidade dominante”¹³⁸.

Existiu por parte de uma elite de engenheiros tecnocratas, um fascínio pela ideologia ultra-conservadora e ruralista que predomina, neste período em Portugal, e que assim se manterá largamente como a imagem oficial do Estado Novo muito para além do peso social real das classes que a suportam.

É sob o domínio de lamentos ruralizantes, da excomunhão do urbanismo, e do esconjuro da máquina que “os senhores do trigo, do vinho e da grande lavoura nortenha,

¹³⁵ *Ibidem*, p.24.

¹³⁶ *Idem, ibidem*.

¹³⁷ Fernando Rosas, ob. cit. 1986, p.369.

¹³⁸ *Idem, ibidem*.

base social e política de apoio decisiva do salazarismo, com os seus influentes *lobbies* a todos os níveis do aparelho do Estado e da organização corporativa”¹³⁹, fazem a luta contra “a ofensiva programática dos industrialistas dos anos 30.”¹⁴⁰

Nesta linha de pensamento valorizava-se o passado e as tradições seculares associadas ao espírito cristão, amor a deus à pátria e ao trabalho, em suma, assistia-se à consecução dos valores clássicos latinos denominados agora de Mitos de Salazar: Mito da Ruralidade, Mito da Pobreza Honrada e o Mito da “Aurea mediocritas”.

A nível económico também os paradigmas agronómicos clássicos serviram para credibilizar a política salazarista, pois em muitos aspectos esta era semelhante à economia romana. A base económica dos portugueses e romanos era constituída pelos mesmos sectores: azeite cereais e sobretudo vinho. Nas pequenas e médias explorações familiares portuguesas, o trigo e o azeite representavam uma relativa importância, mas era ao vinho que mais rendimento dava a estas explorações.

Também Salazar privilegiou a vinha incrementando uma luta contra a filoxera, originando um grande impulso no plantio de cepas. O vinho era um elemento fundamental na nossa economia, representando aproximadamente 35% do valor de exportação portuguesa e gerando emprego para cerca de 150.000 pessoas. A sua política de actuação pautou-se por definir os tipos de vinhos, os métodos de produção, preparação, conservação e envelhecimento do vinho.¹⁴¹

Salazar e os agraristas preocuparam-se efectivamente em criar e incentivar uma literatura *Re-rustica* como o meio de transmissão de paradigmas que foram recuperados das civilizações grega e latina, numa tentativa também de promover o seu discurso moralizante, valorizando o passado e a ruralidade do império romano, preconizados na obra latina de Virgílio e conseqüentemente na tradução de Ruy Mayer.

A tradução das *Geórgicas* de Virgílio, inserida numa colecção editada pela livraria Sá da Costa entre 1945 e 1957 e intitulada “A Terra e o Homem - colecção de livros agrícolas 10ª secção- A vida rural na arte e na literatura n.º 1”, feita pelo agrónomo Ruy Mayer, transformar-se-ia em mais um dos veículos de sensibilização para a causa agrária e numa das formas de a legitimar retoricamente.

¹³⁹ Fernando Rosas, ob. cit., 2000, p.13.

¹⁴⁰ Fernando Rosas, ob. cit., 1986, pp. 197-8.

¹⁴¹ Idem, ibidem.

A tradução das *Geórgicas*, feita pelo agrónomo Ruy Mayer, apresentava-se, no entanto, desvinculada do valor que outras traduções da mesma obra tinham tido durante séculos, ressurgindo, num contexto político específico, com uma nova utilidade e com novos propósitos.

IV – A Tradução das *Geórgicas* de Ruy Mayer

Neste quarto capítulo far-se-á a análise da tradução das *Geórgicas* de Virgílio feita pelo agrónomo Ruy Mayer, verificando as estratégias traducionais, a vários níveis, usadas pelo tradutor. A importância da língua latina e da obra de Virgílio na cultura portuguesa é indiscutível. O culto lusitano por este autor latino verificou-se ao longo dos séculos nas variadas traduções que foram surgindo. Relativamente às *Geórgicas*, existem uma dezena de traduções, de Leonel da Costa (1624) a Ruy Mayer (1948).

Considerámos ser pertinente a análise dos prefácios de todas as traduções da mesma obra feita em Portugal até hoje, para obtermos esclarecimentos sobre as estratégias traducionais dos outros tradutores e aferirmos as transformações dos princípios adoptados na tradução durante os vários séculos.

Devido ao valor do prefácio na tradução, visto que nele normalmente surgem referidas as intenções do tradutor e a sua concepção individual sobre a tradução, e pela extensão e complexidade da entidade prefacial da obra de Ruy Mayer, faremos uma análise detalhada dos conteúdos do mesmo.

1- Apresentação das *Geórgicas* de Virgílio

As *Geórgicas* de Virgílio (*Publius Vergilius Maronis*, nascido em Mântua em 70 A. c.), o segundo grande poema didascálio latino, são uma obra cujos versos são de difícil interpretação. Fruto da experiência agrícola do autor e da sua prática de escrita expressa na sua vasta obra literária, o poema aparece como cúpula de várias obras gregas e romanas nomeadamente “*Os Trabalhos e os Dias*” de Hesíodo.

Virgílio dá início a um *labor* de sete anos que irá produzir uma reconhecida obra didáctica, quer pela sua sabedoria, exactidão, estrutura e constituição.

O poema latino é pedido por Augusto que tinha consciência da vastidão do seu império e da necessidade da existência de uma classe numerosa e forte de pequenos proprietários. O poeta, por seu lado, sentia a gravidade da decadência agrícola de Itália e considerava a sua obra de utilidade nacional. Virgílio demonstra nela o seu amor e interesse pelo assunto, o seu encanto pela natureza, a sua afeição às fainas do campo, a sua ternura pelos animais e plantas. Nas *Geórgicas* sente-se que Virgílio está em

contacto íntimo com a dura realidade do trabalho dos camponeses, propondo-se engrandecê-lo e dignificá-lo para responder a uma necessidade bem real: a de cultivar as terras abandonadas e devastadas pelas guerras civis.

Este poema é composto por quatro livros que tratam respectivamente da cerealicultura, do cultivo das árvores (com referência particular às videiras), da criação de gado e da apicultura e instituiu-se como a obra típica da mentalidade itálica.

Segundo Ettore Paratore nesta obra encontra-se “a rara sabedoria em exprimir as mais íntimas vibrações de cada palavra e de cada construção, em criar com esboços e subentendidos rebuscadíssimos e muitas vezes mediante a simples colocação de palavras, as recordações mais impensadas, fazendo com que cada verso de Virgílio esconda um problema exegético, que numerosos significados se estratifiquem, um sobre o outro, em cada frase.”¹⁴²

Segundo ainda o mesmo estudioso encontramos no poema latino uma insegura estruturação ideológica, sublinhando também a problemática alternância de tons, sendo também frequentes as vezes em que numerosos significados se estratificam, um sobre o outro, em cada frase. No entanto, é indubitável que o seu estilo possui uma rara ductilidade e variedade.

A abundância de termos técnicos e das evocações eruditas bem como a estruturação lendária do poema e a variedade de sugestões e de tons estão marcadamente presentes nesta obra de Virgílio.

2. As traduções portuguesas das *Geórgicas* anteriores a Mayer: século XVII

O século XVII e o rigor moralizador da época não favoreceram a recepção dos grandes poetas líricos como Virgílio, embora este fosse considerado como modelo de eloquência e de engenho pelos poetas e teóricos, e há que ter em conta que o conhecimento dos textos traduzidos, quando se manifestava, se situava num plano instrumental.¹⁴³

Deve-se ao desconhecimento generalizado do latim em Portugal o surgimento das primeiras traduções. No entanto “A *aetas* virgiliana da Europa transpirenaica não

¹⁴² Ettore Paratore, *História da Literatura Latina*, trad. Manuel Losa, F.C. Gulbenkian, Lisboa, 1983, p.392.

¹⁴³ Cf. José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, *O Discurso sobre a tradução em Portugal*, Colibri, Lisboa, 1998.

encontrou aqui terreno favorável, e a abertura de escolas no cumprimento das próprias determinações conciliares, não chegou para promover a sua difusão.”¹⁴⁴

Apesar de alguns exemplares de traduções latinas surgirem no século XVII, não foram suficientes para que os escritores fossem considerados modelos de eloquência e de engenho pelos poetas e teóricos pois a tradução era feita sob propósitos meramente utilitários.

Aponta-se, em pleno século XVII, a escassez de traduções de textos latinos para português, o que justifica o apelo patriótico dos tradutores e evidencia outra questão, a dificuldade da tradução do hexâmetro latino e a construção do verso em português.

O emprego da língua vulgar em vez da língua latina é de facto uma novidade neste contexto cultural, deduzindo-se no discurso dos tradutores ser prestigiante e engrandecedor para a língua portuguesa possuir traduções de Virgílio. Neste século procura-se o ajustamento do texto de chegada da tradução à literatura portuguesa.

A preocupação de auxiliar os estudantes com as traduções é uma das orientações que perdurará nesta época, mostrando os tradutores uma apreciação de Virgílio que incidirá nas suas qualidades de estilo e linguagem.¹⁴⁵

O contexto cultural vigente exigiu o surgimento de novas traduções de autores latinos, devido, por um lado à valorização dos mesmos, e por outro ao contágio da Europa transpirenaica que já os traduzia há muito.

De acordo com a *Arte de Traduzir*¹⁴⁶ que existia naquela época era prática comum acrescentar-se breves notas poéticas e elegantes à tradução. Esta orientação perdurará, bem como o hábito de anteceder a tradução de introduções onde se discutem os problemas formais do original e se propõe uma poética da tradução.

Assim “o reconhecimento da literatura e a “recepção” de alguns dos seus textos principais permitem à tradução identificar e eleger um modelo, com o qual o texto de chegada deve medir-se.”¹⁴⁷

¹⁴⁴ Aires Augusto Nascimento, “Manuscritos virgilianos de bibliotecas portuguesas” in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Imprensa Nacional, 1981, p 174.

¹⁴⁵ Aires Augusto Nascimento, “Manuscritos virgilianos de bibliotecas portuguesas” in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Imprensa Nacional, 1981, p 199.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p.198.

¹⁴⁷ Carlos Castilho Pais, *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa – Antologia*, Universidade Aberta, 1997, p.33.

a) Tradução de Leonel da Costa: 1624

A tradução *As Geórgicas de Vergílio* foi feita por Leonel da Costa, militar de profissão e cultor das Belas Letras, em 1624, com o intuito de abrir um novo caminho para o estudo de Virgílio. No prefácio da sua tradução, Leonel da Costa diz-se movido pelo zelo e amor à pátria e afirma que a sua tradução surge com um objectivo didáctico, aconselhando aos que não são estudantes que leiam só o comentário, evidenciando deste modo o desejo de mostrar a todos a sua tradução e de tornar acessível o conteúdo do poema. Nota-se, ainda, a preocupação em criar uma obra de utilidade pública, anunciando que na sua obra dará explicações sobre os “lugares escuros”¹⁴⁸, histórias e fábulas que Virgílio utilizou, bem como esclarecer outras curiosidades que sejam dignas de se saberem.

Afirma ter pretendido abrir novo caminho à tradução do “Príncipe dos poetas”¹⁴⁹, realçando ainda que nesta sua tarefa foi movido pelo *zelo* e pelo *amor à pátria*.

Leonel Costa faz igualmente grandes considerações sobre a métrica, mostrando um aprofundado conhecimento sobre este assunto, e conclui sobre a inviabilidade do seu uso, devido aos objectivos didácticos que pretendeu alcançar com esta tradução. Na tradução opta, por isso, pelo uso do verso solto.

Surge com este tradutor um novo discurso sobre a tradução, evidenciando outro dos elementos constantes da reflexão teórica: o problema da tradução do hexâmetro dactílico e a construção do verso português¹⁵⁰, para além disso, neste prefácio o tradutor dirige-se ao leitor “num tom próximo e familiar.”¹⁵¹ Outro pormenor a evidenciar neste prefácio diz respeito ao facto deste possuir uma grande extensão.

Começa a ser prática comum o recurso ao texto traduzido, que é acompanhado de uma dedicatória endereçada a uma figura importante que desse credibilidade e protecção ao trabalho realizado, bem como um elogio ao poeta que normalmente serve de introdução.

A grande preocupação do tradutor é a fidelidade ao original, afirmando que pretendeu não desviar-se da ordem e construção do verso latino tendo consciência que Virgílio aparecerá “sem a sua nativa fermosura, viveza e magestade; mas talvez não o

¹⁴⁸ Cf. Leonel da Costa in *Prefácio da tradução das Geórgicas*, 1624.

¹⁴⁹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁵⁰ José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, *ob. cit.*, 1998, p. 35.

¹⁵¹ *Idem*, *ibidem*.

verão torpemente desfigurado e abattido.”¹⁵² Refere a este propósito que “se os versos não parecerem tão contentes, e expeditos, que agradem, e deleitem, me desculpem, que por trabalhar quanto em mim foi por me não desviar da ordem e construção do verso latino, para dar menos trabalho aos estudantes, não me foi possível faze-los mais gratos.”¹⁵³

3. As traduções das *Geórgicas* - século XVIII

No século XVIII traduzir não é de forma alguma uma actividade prestigiante. Os tradutores preocupam-se sobretudo em adaptar os seus textos, com o intuito de satisfazer o gosto de um público letrado que começa a crescer e a cultivar-se devido à intervenção dos denominados estrangeirados. Os tradutores, de um modo geral, reflectem, nos seus prefácios, uma concepção complexa e ambígua sobre a tradução. Questões como a rivalidade com o autor, a diferença entre a cópia e o modelo, as dificuldades a que o tradutor está sujeito e a pouca estima da língua de chegada continuam a vigorar nesta época.

Defende-se que “não se deve traduzir ad verbum, mas ad sensum”¹⁵⁴, pois traduzir as obras-primas literalmente, enfraquece-as. O texto traduzido deverá ser diferente do original devendo o tradutor ser sobretudo um criador.

Raros são, neste século, os textos reguladores da actividade da tradução, embora alguns textos possam agrupar-se sob o tópico da defesa da língua portuguesa.¹⁵⁵

O valor instrumental da tradução, sobretudo como veículo de ensinamentos da língua latina, mantém-se e consolida-se. Propaga-se o uso de neologismos, difundindo-se o uso do verso solto.

Prevaleciam como herança do século anterior as dificuldades de ordem poética e os entraves de natureza moral, sendo impossível devido a estes condicionalismos conservar a graça, a força e a harmonia do verso clássico.

a) Tradução das *Geórgicas* de José Osório de Pina Leitão: 1794.

Em 1794, surge a tradução livre das *Geórgicas* feita por Osório de Pina Leitão, juiz de Fora de Alfândega da Fé, em Lisboa.

¹⁵² Cf. Leonel da Costa in *Prefácio da tradução das Geórgicas*, 1624.

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁴ Apud Carlos Castilho Pais, *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa - Antologia*, Universidade Aberta, 1997, p.12.

¹⁵⁵ Cf. Carlos Castilho Pais, *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa - Antologia*, Universidade Aberta, 1997, p.19.

Apresenta um prefácio muito pouco extenso onde o tradutor apenas refere que se propôs fazer uma tradução livre ou imitação das *Geórgicas* em verso solto, sem uma métrica fixa, afirmando que se trata de uma “Obra de huma tradução, ou verdadeiramente imitação do Poema das *Geórgicas*”¹⁵⁶.

O tradutor reforça com esta tradução “ a defesa do verso solto na tradução e, por último, a atitude elitista de quem se sente parte de uma cultura superior fundada na proporção e mesura das obras para atingir o ideal do bom gosto.”¹⁵⁷

4. As traduções das *Geórgicas* - século XIX

O século XIX pauta-se por um extraordinário florescimento cultural e de criação de ciência.¹⁵⁸ Recolhendo ainda muito da herança clássica, dá-nos algumas das melhores versões de língua portuguesa, continuando a verificar-se nos diversos tradutores desta época, uma consciência das dificuldades da empresa que é traduzir Virgílio.

É uma época de total renovação do mundo mental e moral e de enorme produção literária e artística. Traduz-se com elegante liberdade e estilo elevado, surgindo muitas vezes um cunho clássico e poético do discurso.

Relativamente às notas, já existe a preocupação em conferir-lhe um carácter filológico com reflexões importantes, evidenciando-se também uma preocupação em comparar vários códices, afastando-se os tradutores de interpretações já existentes.

Surge, efectivamente, com Bocage o hábito da discussão sobre a prática da tradução que passa a ser uma actividade lucrativa. Aparece a figura do editor que coincide com o aumento vertiginoso de obras traduzidas. Dá-se a inserção da tradução no sistema literário português, embora a tradução não obtivesse, neste século, o grau de liberdade para com o texto a traduzir alcançado por exemplo em França com o fenómeno das “belles infidèles.”¹⁵⁹

Nesta época, a língua latina usufruía entre os humanistas de um grande prestígio e é frequente, ao mesmo tempo, a tradução de obras portuguesas para os idiomas

¹⁵⁶ Cf. Pina Leitão in *Prefácio da tradução das Geórgicas*, 1794.

¹⁵⁷ José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, ob. cit., 1998, p. 37.

¹⁵⁸ Justino Mendes de Almeida, “Traduções portuguesas da Eneida”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Imprensa Nacional, 1981, p.19.

¹⁵⁹ Carlos Castilho Pais, *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa - Antologia*, Universidade Aberta, 1997, p.33.

antigos, no sentido de conquistar uma universalidade de expressão que a língua portuguesa lhes negava.

A actividade tradutória deve também ser entendida à luz da revolução industrial do livro, aumentando a sua produção e procura. Começa conseqüentemente a preocupação com a qualidade do conteúdo do livro, surgindo um projecto da denominada “Sociedade traductora e Encarregada do melhoramento da Arte de Imprimir e de Encadernar”, criada em 1821, desconhecendo-se, no entanto, as realizações que tenha levado a cabo, neste âmbito. Nota-se efectivamente uma intenção por parte da comunidade literária de organizar a prática da tradução.¹⁶⁰

De salientar que o século XIX defende, assim, o valor instrumental da tradução em conformidade com o objectivo didáctico que persegue. Neste sentido defendia-se uma tradução “seguindo as regras da Arte, que sem adular a verdade da história, nem corromper a harmonia do verso, conserva inteiramente o sentir do Poeta, em todas as figuras, tropos e sentenças: dificuldades em que muitos autores perigaram, parecendo melhor a alguns seguir antes a ordem das palavras do que a verdade dos sentidos.”¹⁶¹

A descrição feita do contexto cultural do século XIX aplica-se aos diversos tradutores das *Geórgicas* que surgiram durante este período: António José de Lima Leitão (1818), Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1820), Francisco Freire de Carvalho (1849), António Feliciano de Castilho (1867), Félix Pereira (1875) e Manuel Bernardes Branco (1889). No final do século XVIII e início do século XIX “já se traduz muito e a toda a pressa, procurando mais o sucesso editorial do que a qualidade literária.”¹⁶² São explicadas por esse motivo, as várias traduções que surgem no século XIX das *Geórgicas* de Virgílio

a) A tradução de António José de Lima Leitão: 1818

A primeira tradução do século XIX é feita e publicada em 1818 por António José de Lima Leitão, doutor em medicina pela Escola de Paris, lente de clínica médica da escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e tradutor de Horácio, Virgílio e Lucrécio.

Esta tradução apresenta um prefácio introdutório muito extenso, feito pelo próprio autor, onde refere que este poema das *Geórgicas* é o trabalho mais “correcto” de Virgílio e o mais interessante da Antiguidade sobre as práticas agrícolas, excedendo o

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.24.

¹⁶² José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, *ob. cit.*, 1998, p.41.

de Hesíodo. Refere-se à agricultura como sendo o alicerce da sociedade, afirmando que traduzir dignamente as *Geórgicas* é uma tarefa quase impossível de realizar.¹⁶³

Considera a tradução francesa de Delille a melhor feita até então, visto que esta tem versos ótimos e rasgos de mestre, embora afirme que a tradução de Delille é mais uma imitação sublime do que perfeita versão. Verifica ainda que o tradutor francês copiou muito raras vezes as “bellezas da dicção latina, ainda que mui bem as entendia”. Continua dizendo que o tradutor francês, tal como os literatos franceses, estava capacitado, mas que a sua língua monótona, e “acanhada em poesia” não é susceptível da concisão e elegância da romana.

A propósito do trabalho de Delille, e comparando-o com a obra prima de Virgílio, afirma que “Com tudo foi com a sublimidade, que lhe é própria, que lhe expremeu as ideias de Virgílio da sua alta dicção, e com ellas deu alma à dicção Francêza, na qual, semelhante a puro licor mudado de redoma de cristal para vaso de muito menos transparente vidro, ainda mostram o que são, feito o necessário desconto. Haja vista logo ao comêço, e assim é toda a obra”.

Indica a existência de traduções das *Geórgicas* em espanhol e italiano. Elogia o tradutor florentino, António Ambrogio, que na sua tradução conserva muitas belezas da língua latina.

Em relação ao tradutor espanhol, refere que este fica aquém do italiano e muito mais distante do tradutor francês.

Refere-se a Leonel da Costa como sendo “sábio”, embora a sua tradução nada tenha de poesia; denomina-o de fiel na sua tradução, e considera as suas notas muito eruditas. Quanto à tradução de Pina Leitão afirma o seguinte “também na sua é fiel; mas nímio se encostou à de Delille, sem com tudo conservar desta a concisão”.

Esta tradução das *Geórgicas* feita por Lima Leitão está inserida numa compilação onde estão também traduzidas as *Bucólicas* e a *Eneida* de Virgílio, possuindo, por esse motivo um prefácio geral. Nele o tradutor confessa dificuldades em traduzir Virgílio, considerando-se mais conciso ao comparar a sua tradução com as de Leonel da Costa e de João Franco Barreto, e comenta o seu método de trabalho utilizado.

Pretendeu com este trabalho de tradução alargar a esfera da nossa língua “mostrando nella Virgilio em frase mais virgiliana”, pois serão encontradas nas suas

¹⁶³ Cf. Lima Leitão in *Prefácio da tradução das Geórgicas*, 1818.

traduções palavras com usos novos, e mesmo novas palavras, sendo, segundo o tradutor, o método para enriquecer as línguas. É pois notório nos tradutores, desta época, um desejo de transformar a língua portuguesa. O surgimento desses novos vocábulos compreende-se pela necessidade que o tradutor tem em utilizar um vocabulário próprio para “expressir o *genus humile* ou o *genus medium* próprio do género didáctico.”¹⁶⁴

Justifica, ainda, no mesmo prefácio, que os seus erros não se devem à falta de trabalho, mas de capacidade. Reconhece ter recorrido às melhores traduções das quatro línguas, filhas da latina, realçando, mais uma vez, o Delille francês, Hanibal Caro e Ambrógio na tradução italiana. Quanto à língua portuguesa considera-a como a que se aproxima mais à latina em concisão e beleza.

Admite ter-se esforçado de modo a “fazer descer à [sua] tradução todas as figuras do original”, contudo reconhece ter traduzido literalmente algumas vezes.

Reflecte sobre a tradução poética afirmando que o essencial é representar as imagens de forma tão vigorosa como estavam no original, mas reconhece que “certas palavras, e modos de dizer, que no original eram sublimes, deixam de o ser na cópia; convém por isso que para esta se busquem os que em sublimidade emparelhem os daquele”.

Confessa ter tido prazer em traduzir de forma diferente alguns passos afirmando peremptoriamente que “animei-me a dar intelligencia a alguns lugares desconforme à que os comentadores lhes tem dado até hoje”, explicando-se assim o que motivou Pina Leitão a dobrar o número de versos da obra original.

Quanto às anotações, refere que só colocou as que lhe pareceram de necessidade absoluta para compreender o poeta, pois o seu fim principal era traduzi-lo poeticamente.

O tradutor continua a valorizar o tom próximo e familiar do leitor usado nos prefácios bem como a utilização do verso solto, visto que a percepção das restrições impostas pelo uso do verso ritmado faz-se de facto sentir neste período.

Continua a valorizar-se também a fidelidade ao texto original como sinónimo de boa tradução, defendendo-se que a tradução não é uma paráfrase, exigindo rigor de correspondência quer de conteúdo quer de transposição linguística e estilística.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Maria Helena de Teves Costa, “Comentadores portugueses de Virgílio”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Imprensa Nacional, 1981, p.262.

¹⁶⁵ Aires Augusto Nascimento, “Traduções portuguesas da Eneida em manuscrito”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Imprensa Nacional, 1981, p. 202.

Verifica-se, neste período, “a moda dos neologismos e a moderação no seu uso; o interesse pelas questões estilísticas e a diferenciação entre diferentes estilos conforme a matéria tratada.”¹⁶⁶

b) Tradução das Geórgicas feita por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque: 1820.

Em 1820, em Paris, vem a lume a tradução das *Geórgicas* feita por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, cidade onde este conceituado político e militar se encontrava exilado.

Encontramos nesta tradução um prólogo dos editores onde afirmam que, após terem recebido em Paris esta tradução, decidiram que a sua publicação constituiria um presente à nação portuguesa, um serviço à agricultura e ao autor uma justiça.

No seu breve prefácio, o autor adverte que o motivo que o fez juntar à sua tradução as notas foi o intuito de aclarar alguns termos técnicos e algumas passagens que não estivessem ao alcance de todos os leitores e explicar algumas das liberdades que tomou. Admite ter copiado as notas botânicas, quanto lhe foi possível, do compatriota Felix Avellar Brotero da Universidade de Coimbra e da Real Academia das Ciências de Lisboa. Refere-se às dificuldades que sentiu, à utilização que fez dos neologismos e comenta o seu método de trabalho.

c) Tradução de Francisco Freire de Carvalho: 1849.

Em 1848, é publicada a tradução de Francisco Freire de Carvalho, cónego da Sé Patriarcal de Lisboa, professor de oratória poética e de literaturas clássicas e membro de diferentes sociedades científicas e literárias de Portugal e Brasil.

Na introdução feita da obra, o tradutor afirma que a sua tradução é em verso português, embora seguindo o mais possível à letra o texto, tentando, no entanto, não ofender gravemente a melodia poética do original.

Faz referência à utilização de algumas escassas notas explicativas, informando que colocou somente as indispensáveis para que o leitor compreendesse os lugares menos claros do Poema, ou para justificar certas liberdades tomadas.

Naquilo que ele denomina por “prefacção” declara querer fazer uma tradução mais fiel do poema, e referindo-se à tradução de Leonel da Costa denomina-a de “rasteira e insulsa prosa”¹⁶⁷. Considera as traduções de Osório de Pina e Lima Leitão de puras imitações; sendo que o primeiro imita Delille e quanto à tradução do segundo,

¹⁶⁶ José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, ob. cit., 1998, p.39.

¹⁶⁷ Cf. Francisco Freire de Carvalho in *Prefácio da tradução das Geórgicas*, 1848.

denomina-a de “voos de imaginação”.¹⁶⁸ Com o objectivo de “dar mais subido realce às suas melodias poéticas é frequentes vezes livre, mormente nos epítetos”¹⁶⁹. Quanto às elegâncias e “louçanias”¹⁷⁰ do estilo são mais suas do que Virgilianas.

Reconhece ser muito difícil vencer as dificuldades com desempenho perfeito numa obra tão acabada como é *As Geórgicas*. Preocupou-se em seguir passo a passo a ordem dos pensamentos virgilianos, tentando verter para português as próprias palavras de Virgílio e o seu “torneio de frase” e tanto quanto é possível, fazê-lo de uma língua morta para uma língua viva. Refere ter alterado o menos possível os epítetos de Virgílio, acrescentando outros só quando a metrificação o exigia.

Afirma ainda: “foramos obrigados algumas vezes a sacrificar à tradução literal a melodia do verso portuguez”¹⁷¹, mas considera serem poucos os versos que se assemelham à humildade da prosa.

O tradutor defende veementemente o valor literário da sua tradução. Além disso, propõe a fidelidade ao pensamento e ao estilo do autor, adoptando a postura de tradutor consciente e reflectindo sobre as dificuldades que sentiu ao traduzir esta obra. O seu ideal de tradução identifica-se com o maior grau de fidelidade possível.¹⁷²

d) A tradução feita por António Feliciano de Castilho: 1867.

Em 1867, vem a lume a tradução feita por Feliciano de Castilho¹⁷³.

São editados juntamente com esta tradução dois prefácios que dizem respeito à primeira e segunda edições da tradução das *Geórgicas*. O editor refere-se à necessidade de publicação do texto latino na segunda edição com o objectivo de tornar a leitura mais fácil e atraente.

Para além disso, afirma ter usado o expediente de marcar com acento gráfico todas as palavras esdrúxulas, pois segundo o editor “desse modo torna-se impossível a silabada ou a hesitação, que é um dos entraves psychologicos mais para considerar em épocas como a nossa, em que se evitam os grandes esforços mentais ou os choques fatigantes”¹⁷⁴.

¹⁶⁸ Idem, ibidem.

¹⁶⁹ Idem, ibidem.

¹⁷⁰ Idem, ibidem.

¹⁷¹ Idem, ibidem.

¹⁷² Cf. José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, ob. cit., 1998.

¹⁷³ A análise desta tradução foi feita tendo por base a 2ª edição da mesma.

¹⁷⁴ Cf. Feliciano de Castilho in *Prefácio da tradução das Geórgicas*, 1867.

Defende uma tradução onde se “aplanem as dificuldades do texto”,¹⁷⁵, recheando-o de notas de carácter linguístico, histórico e agronómico.

e) A tradução de Félix Pereira: 1875.

Em 1875, Félix Pereira, médico, engenheiro civil, agrónomo, professor liceal, publicista, vertedor do grego e do latim, com uma formação de cientista diversa, publica a sua tradução das *Geórgicas* em verso endecassilábico.

No seu prefácio refere que fará um trabalho de tradução directamente do original e as suas anotações serão de natureza exclusivamente agronómica e zootécnica. Na sua tradução surgem simultaneamente os textos latino e português com subtítulos em português como é, por exemplo, o título introdutório da tradução, que Félix Pereira designa de “assumpto de todo o poema”, ou ainda “Invocações as deuses”, “Invocação a Augusto”, “Primeira lavra”, “Pousios e afolhamentos”, “queimadas”.¹⁷⁶

As notas aparecem em letra maior que o texto traduzido e ocupam aproximadamente um terço da página, reportando-se frequentemente a outros tradutores, aos tratadistas romanos e às variadas técnicas agrárias.

Refere ainda que valoriza a conservação da integridade do autor e reconhece o valor instrumental da sua obra, indicando que por esse motivo só colocará as notas mais pertinentes para a compreensão dos assuntos agrícolas.

f) A tradução de Manuel Bernardes Branco: 1889

Em 1889, vem a lume a tradução do literário Manuel Bernardes Branco, professor das línguas grega e latina, sócio da Academia Real das Ciências.

Afirma no seu prefácio ter feito uma “versão literal”¹⁷⁷ das *Geórgicas* com funções didácticas pois trata-se de uma tradução dirigida aos estudantes de latim e grego do seu tempo.

Nesta tradução o tradutor traduz frase a frase, faz portanto uma tradução literal, cotejando sempre o texto traduzido com o texto original. Valoriza a literariedade bem como o valor utilitário e didáctico da tradução. As notas de rodapé são escassas, referindo aí ter consultado outras traduções, nomeadamente a de Freire Carvalho, Leonel Costa e Feliciano de Castilho.

Relativamente às concepções sobre a tradução no século XIX, e depois de analisados os vários tradutores das *Geórgicas* deste século, concluímos que estes

¹⁷⁵ José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, ob. cit., 1998, p.39.

¹⁷⁶ Idem, ibidem.

¹⁷⁷ Cf. Manuel Bernardes in *Prefácio da tradução das Geórgicas*, 1889.

tiveram como orientação principal serem fiéis ao texto original, usando a mais pura língua portuguesa, embora recorressem a expressões latinas, nunca usando a rima, e colocando no texto traduzido notas que facilitassem a compreensão do conteúdo temático da obra.

5. O conceito de tradução nos séculos XVII, XVIII e XIX

As traduções dos séculos XVII e XVIII encontram-se subordinadas à censura inquisitorial, e têm como principal propósito servirem de instrumento didático aos diversos estudantes da língua latina. Poder-se-ia, por outro lado, justificar as traduções que surgiram naquela época por motivo de exercitação literária dos seus autores.

Conclui-se, pela análise dos prefácios dos tradutores anteriormente apresentados, que, e segundo a *Arte de Traduzir*¹⁷⁸, a tradução deveria obedecer às seguintes leis: respeito pelas qualidades da linguagem do texto de partida, satisfação do deleite estético do leitor da tradução em pé de igualdade com o original, fidelidade e equivalência com o original nas variantes de estilo, fidelidade total ao conteúdo do texto e concisão de frase.

A fidelidade ao texto original é o tópico mais importante da arte da traduzir, e sempre que a tradução não tiver redundâncias e liberdades, deve considerar-se fiel, mesmo que se usem mais palavras. Conclui-se que os tradutores nesta época condenavam o uso do verso rimado que limitava o tradutor na transferência¹⁷⁹ que a tradução deve manter com o texto original.¹⁸⁰

Além disso, defendia-se o uso de latinismos na tradução de modo a enriquecer a língua portuguesa.

Nos séculos XVII e XVIII praticava-se uma tradução simples e literal, usando “língua pura” e “versos prosaicos”, sendo as suas notas eruditas mas muito difusas e de pouca crítica, traduzindo-se o texto latino tal como ele se encontrava impresso, reproduzindo-se o que tinham dito os comentadores.¹⁸¹

¹⁷⁸ Cf. Nota 11.

¹⁷⁹ Apud Cf. João Ferreira Duarte, “Tradução e expropriação discursiva” in *Floresta encantada Novos caminhos da literatura comparada*, 2000. A transferência é um conceito de Even-Zohar que permite dar conta da dinâmica interna dos sistemas e polissistemas literários. Trata-se de permitir aos elementos periféricos a luta pela canonização.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 199.

¹⁸¹ Estas diferenças foram deduzidas a partir de um texto intitulado “juízo à cerca da tradução do Padre Furtado comparada com a de Leonel da costa”, transcrito integralmente na intervenção de Maria Helena de Teves Costa na comemoração do bimilenário da morte de Virgílio, na Universidade Clássica de Lisboa

No século XIX, época de total renovação do mundo mental e moral e de intensa produção literária e artística, traduz-se com elegante liberdade e estilo elevado, surgindo muitas vezes um cunho clássico e poético do discurso.

Relativamente às notas, estas já possuem um carácter filológico com reflexões importantes, evidenciando-se também uma preocupação por parte dos tradutores em comparar vários códices, afastando-se de interpretações já existentes.

Valoriza-se o uso da língua portuguesa, condenando-se o uso de vocábulos alatinados .

No entanto mantêm-se vincados os conceitos de “cópia e modelo, a rivalidade com o autor e a escassa valorização do ofício do tradutor, a dificuldade e regras a que o seu trabalho está sujeito, a pouca estima da língua de chegada e a concorrência com outras.”¹⁸²

No século XX, encontramos uma tradução das *Geórgicas* com propósitos sobretudo didácticos, e ideológicos, feita por um agrónomo com formação clássica. A questão da dificuldade do hexâmetro dactílico continua a manter-se.

Sublinha-se, nesta tradução, os novos propósitos ideológicos que o tradutor pretende evidenciar, sendo fundamental analisar o contexto político-cultural em que ela surge.

6-A tradução das *Geórgicas* de Ruy Mayer: 1948

Relativamente à tradução de Ruy Mayer em 1948, também se pode começar por associar os seguintes tópicos que condicionaram a sua tradução: o rigor moralizador da época, pois o controle salazarista condiciona a produção e sobretudo a publicação de obras; o plano instrumental e utilitário das *Geórgicas*, visto que existia a consciência do valor social do agricultor, da decadência da agricultura, evidenciando-se uma defesa da *aurea mediocritas* por parte de Salazar.

Na tradução de Mayer surge um prefácio com explicações sobre os princípios agrícolas das *Geórgicas*, reduzindo-se ao mínimo das alusões aos mitos.

O tradutor não faz comentários à métrica ou estilística, referindo-se à utilização de vocábulos alatinados devido à dificuldade de tradução.

e publicado in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Imprensa Nacional, 1981, p.270.

¹⁸² José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, ob. cit., 1998, pp. 36-37.

No século XX a tradução surge com uma clara função didáctica, pautando-se este século, por uma quebra no volume das traduções clássicas, tornando-se ao mesmo tempo menor o número de tradutores que trabalham directamente sobre o original, o que prova muitas vezes o desconhecimento da língua latina, vendo facilitado o seu trabalho ao utilizarem uma língua intermediária, que dominam melhor.

É curioso notar como os textos dos autores antigos são utilizados em pleno século XX para dirimir querelas ideológicas e políticas tão dramaticamente marcadas pela explosão da segunda grande guerra. Com este propósito vêm a público em 1940 a tradução do *De Germania* de Tácito, autor clássico de forte sagacidade psicológica e moral, realizada por Nicolau Firmino e a tradução em 1948 de Lopes de Oliveira, no rescaldo da segunda guerra, intitulada os *Anais n' A Tirania de Nero*.

No prefácio o tradutor começa por se referir à impossibilidade de traduzir o verso de Virgílio, afirmando que à tradução em prosa faltar-lhe-á sempre o movimento rítmico, a sonoridade descritiva proporcionada pela métrica latina.

Para Ruy Mayer, todas as traduções em prosa que conhecia eram mal apropriadas para o fim em vista, sobretudo por serem demasiado literárias por um lado, e obscuras por outro. Vislumbramos aqui o conceito de norma de Toury¹⁸³ visto que as estratégias discursivas pelas quais um texto estrangeiro é convertido em texto autóctone, dependem dos objectivos e interesses da cultura de chegada.¹⁸⁴ A única tradução aceitável seria a de Billiard, viticultor borgonhês e latinista, a quem se devem obras de certo mérito sobre a agricultura dos antigos, mas também aí o tradutor português encontrou falhas e determinadas opções com as quais não concordava.

Também no prefácio enuncia explicitamente os seus objectivos ao realizar esta tradução, e evidencia a complexidade da língua latina, refere-se às notas finais que ocupando 262 páginas, revestem-se de uma natureza peculiar, atribuindo a esta tradução o mesmo carácter peculiar: dão explicações de ordem filológica, mitológica e agrícola, com o fim de facilitar, segundo Mayer, a compreensão do texto sem recurso a outros livros, aos leitores esquecidos do latim ou não. Nessas mesmas notas salienta passos virgilianos que considera importantes ou actuais. Confronta ainda alguns dos seus passos traduzidos, com outros de autores latinos, Catão, Columela, Plínio e Paládio, com agrónomos e latinistas estrangeiros, confrontando-os com as suas opções de

¹⁸³ Cf. Página 76, definição de norma.

¹⁸⁴ Cf. João Ferreira Duarte, "Tradução e expropriação discursiva" in *Floresta encantada Novos caminhos da literatura comparada*, trad. João Ferreira Duarte, 2000.

tradução. No final da tradução coloca um índice ordenado por ordem alfabética das diversas práticas agrícolas.

Quanto aos princípios adoptados na tradução desta obra, Mayer sublinha a impossibilidade de traduzir Virgílio que se deve, por um lado, ao engenho de Virgílio e, por outro, à dificuldade em traduzir o hexâmetro dactílico, agravada pelo desconhecimento generalizado, apesar do trabalho de muitos humanistas, da língua latina.

Confessa não se ter socorrido de nenhuma outra tradução, por lhe parecerem demasiado literárias e afirma que a sua tradução é em prosa devido aos objectivos didácticos e utilitários que pretende pôr em prática. Pelo mesmo motivo, refere ter introduzido notas técnicas, com o objectivo de facilitar a compreensão do texto. Não traduziu toda a obra, porque reconhece que o quarto livro das *Geórgicas* possui muitas incorrecções de natureza agronómica. Se o tradutor pretendia dar uma base técnica de trabalho, seria impensável transmitir incorrecções aos agrónomos portugueses.

No século XX, encontramos uma tradução das *Geórgicas* feita por um agrónomo com formação clássica, com propósitos sobretudo didácticos e ideológicos, relacionados com o contexto político-cultural muito específico em que surge esta tradução, continuando a manter-se a questão da dificuldade do hexâmetro dactílico.

6.1. A tradução de Ruy Mayer - Análise de aspectos paratextuais: o prefácio.

O prefácio de Mayer começa por efectuar uma análise aprofundada, pertinente e detalhada do poema, apresentando a sua tradução a qual respeita alguns dos traços pertinentes do original, mas foge radicalmente a outros, nomeadamente a nível sonoro e rítmico, pois o seu objectivo é realçar o tratado de agronomia que se encontra nos versos das *Geórgicas*. O tradutor insiste na originalidade e estranheza genial da obra de Virgílio, que se divulga em Portugal, e na possibilidade da sua “nacionalização”, sobretudo devido a um aproveitamento das suas concepções ideológicas; talvez por esse motivo se trate de uma tradução que privilegia claramente os significados e a fluência da língua de chegada. É no prefácio que o tradutor Ruy Mayer anuncia as suas intenções e o método utilizado na elaboração do seu texto. Comenta aí a sua obra, utilizando a primeira pessoa, numa atitude de discurso característica do prefácio moderno. São dadas aqui inúmeras indicações de ordem geral destinadas a resolver certas dificuldades de

leitura da obra, ou ainda a precisar as escolhas globais e traducionais de Mayer. Este considera todas as traduções já existentes mal apropriadas devido a serem demasiado literárias, sendo os seus autores estranhos ao ambiente e à profissão rurais.

Os prefácios das edições bilingues assumem segundo Genette “une histoire plus empirique; elles répondent à une nécessité de circonstance”. São extensos, e este da presente tradução das *Geórgicas* não foge à regra, pois é necessário proceder à contextualização da obra original e, neste caso, à procura de uma referência portuguesa para situar o assunto, permitindo assim ao tradutor criar ligação entre as literaturas e culturas latina e portuguesa. É nesta linha de pensamento que se compreende a referência por parte do tradutor às semelhanças meseológicas entre a terra romana e portuguesa, e ao facto de os métodos da agricultura portuguesa serem descendentes directos da agricultura romana.

É norma, na edição de textos clássicos, os prefácios serem extensos pois pretende-se resolver aí a questão do tom arcaizante ou da actualização da língua, sendo o local onde o tradutor justifica ou comenta as suas escolhas estratégicas.

Na tradução das *Geórgicas*, o prefácio ocupa quinze páginas, surgindo antes do texto traduzido, aparecendo o seu conteúdo destacado a itálico e separado do restante texto, visto que « comme tous les autres éléments du paratexte, la préface séparée du texte par les moyens de présentation que nous connaissons aujourd’hui, est une pratique liée à l’existence du livre, c’est-à-dire du texte imprimé. »

Quanto à denominada “déclaration d’intention” a propósito da qual Genette declara: “la plus importante, peut-être, des fonctions de la préface originale consiste en une interprétation du texte par l’auteur, ou si l’on préfère, en une déclaration d’intention”, vamos encontrá-la logo no início do prefácio de Ruy Mayer quando o tradutor afirma ser «o propósito deste trabalho comentar, à luz da moderna Ciência Agrária, a doutrina técnica das *Geórgicas*.»¹⁸⁵ ou ainda: “além disso, afigura-se-me que não se fez ainda, e que vale a pena fazer o confronto dos métodos da agricultura romana com os da agricultura portuguesa.”¹⁸⁶ O autor refere ainda: “o meu intento foi dar aos agrónomos portugueses uma visão da agricultura antiga – nuns pontos tão afastada, noutros tão próxima da moderna – e, ao mesmo tempo reacender no seu espírito a

¹⁸⁵ Ruy Mayer, *Geórgicas de Virgílio*, Sá da Costa, Lisboa, 1948, p.11.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.12.

admiração por Virgílio, cuja mensagem à gente enfronhada na labuta agrícola é hoje tão actual como há dezanove séculos.”¹⁸⁷

Partindo do pressuposto defendido por Genette que as funções prefaciais diferem segundo os tipos de prefácio: “ces types fonctionnels, me semblent pour l’essentiel déterminés à la fois par des considérations de lieu, de moment, et de nature du destinataire”¹⁸⁸, o prefácio da tradução das *Geórgicas* é um “préface auctoriale (sous-entendu, désormais, authentique et assumptive) originale”¹⁸⁹, que tem por função primordial « d’assurer au texte une bonne lecture”.

Genette afirma, então, que o prefácio visa: “1. obtenir une lecture, et 2. obtenir que cette lecture soit bonne. Ces deux objectifs, que l’on peut qualifier, le premier, de minimal (être lu) et, le second, de maximal (...et si possible, bien lu) sont évidemment liés au caractère auctorial de ce type de préface, à son caractère original et à son emplacement préliminaire, et donc monitoire : voici pourquoi et voici comment vous devez lire ce livre.”¹⁹⁰ »

A denominada “bonne lecture” que Mayer pretende que se faça deste texto, tem sobretudo a ver com a capacidade do leitor em apreender os princípios ideológicos presentes numa obra desta natureza, e com a sua sensibilização para a importância da agricultura portuguesa e o valor do agrónomo português.

Quanto ao tópico relacionado com o “porquê ler esta tradução”, que a retórica latina denomina de *captatio benevolentia* e que consiste na persuasão necessária por parte do escritor para que o leitor leia o livro, Genette define-a do seguinte modo: “ il s’agit à peu près de valoriser le texte sans indisposer le lecteur par une valorisation trop immodeste, ou simplement trop visible, de son auteur.”¹⁹¹

Qualquer prefácio deverá também conter o assunto do texto, apresentando a sua importância e indissociavelmente a sua utilidade. Trata-se, segundo os oradores antigos, de *auxesis* ou *amplificatio*. Neste contexto dever-se-á referir aquilo que Genette chama de “utilité sociale, politique et morale”¹⁹² e que se verifica na defesa que Mayer faz da importância social, política e moral dos princípios agrícolas patenteados na obra: “a exaltação do trabalho e da prece é, repete-se, a essência filosófica das *Geórgicas*: não a sua finalidade directa. Esta relaciona-se com um objectivo social, ou antes político:

¹⁸⁷ Ibidem, p.21.

¹⁸⁸ Gérard Genette, ob. cit., 1985, p.182.

¹⁸⁹ Idem, ibidem.

¹⁹⁰ Gérard Genette, ob. cit. 1985, p.183.

¹⁹¹ Gérard Genette, ob. cit., 1985, p.184.

¹⁹² Ibidem, p.185.

restaurar o prestígio da vida agrícola, um dos pilares da ordem nova que Augusto se propunha instituir; e com um objectivo técnico: ensinar os bons preceitos agronómicos, os métodos racionais da cultura e da exploração pecuária, envolvendo a doutrina na delicada trama da poesia, o meio de transmissão mais apropriado para o gosto e para os usos da época.”¹⁹³

Um tema de valorização própria, utilizado em muitos prefácios, consiste em demonstrar “l’unité formelle ou plus souvent thématique”¹⁹⁴ da obra, afirmando Mayer a este respeito que a sua obra possui unidade formal e temática: “decidi-me a traduzir e comentar apenas os três primeiros livros das *Geórgicas*, que versam as grandes secções da Ciência Agronómica- Agricultura Geral, Agrologia, Arboricultura, Zootecnia – formando um corpo de doutrina homogéneo.”¹⁹⁵ Não traduzindo o último livro da obra latina mostra a sua preocupação com a unidade temática, pois a apicultura era uma prática pouco difundida em Portugal e não fazia parte dos sectores económicos, relacionados com o azeite, vinho e cereais, que o regime pretendia estimular com esta tradução. Além disso considera que este livro está com diversas incorrecções. Do quarto livro apenas traduz um episódio exemplificativo e adequado à *aurea mediocritas* da política de Salazar.

Surge também neste prefácio a modéstia do tradutor “face à l’importance de son thème, parfois exagérée au-delà de toute mesure, comptant apparemment sur le public pour établir une juste moyenne. Mais c’était là, surtout, la plus sûre façon de prévenir les critiques, c’est-à-dire de les neutraliser, voire de les empêcher en prenant les devants.”¹⁹⁶ A este propósito encontramos em Mayer a preocupação de afirmar que não estava ao seu alcance fazer uma obra de erudição, pois faltava-lhe o conhecimento profundo das letras latinas e gregas bem como dispunha de uma bibliografia escassa. Queixa-se também da falta de tempo, afirmando que este trabalho foi escrito aos retalhos durante as breves horas que roubava a outras preocupações.¹⁹⁷ Apesar de algumas dificuldades que enfrentou no desenvolvimento desta tradução, relacionadas nomeadamente com a escassa bibliografia, Ruy Mayer contornou o problema da tradução do hexâmetro dactílico com uma tradução em prosa, que facilitaria a compreensão da mensagem que pretendia veicular nesta tradução.

¹⁹³ *Ibidem*, p.15.

¹⁹⁴ Gérard Genette, *ob. cit.*, 1985, p.186.

¹⁹⁵ Ruy Mayer, *ob. cit.*, 1948, p.20.

¹⁹⁶ Gérard Genette, *ob. cit.*, 1985, p.193.

¹⁹⁷ Ruy Mayer, *ob. cit.*, 1948, p.21.

Mayer dá variadas informações com o objectivo de guiar o seu leitor, esclarecendo que a sua tradução possui numerosas notas técnicas que o ajudam. Explica ainda que reduziu ao mínimo a alusão aos mitos, não tendo feito nenhum comentário à métrica ou à estilística.

É também no prefácio que encontramos informações sobre a origem da tradução, sobre as circunstâncias da sua redacção e sobre as etapas que levaram ao seu aparecimento.

Mayer realça a sua utilidade técnica ao afirmar: “O meu intento foi dar aos agrónomos portugueses uma visão da agricultura antiga- nuns pontos tão afastada, noutros tão próxima da moderna e, ao mesmo tempo reacender no seu espírito a admiração por Virgílio.”¹⁹⁸ E ainda “Por isso, apresso-me a declarar desde já que as ambições deste trabalho se orientam para um objectivo muito diferente do literário ou do humanístico.”¹⁹⁹

Relativamente aos agradecimentos, considerados por Genette como eventualmente um caso particular de indicação de fontes, encontramos “les remerciements adressés aux personnes et institutions qui, à des titres divers, ont aidé l’auteur.”²⁰⁰ O autor do prefácio das *Geórgicas* termina com agradecimentos a todos os que o ajudaram na elaboração desta obra. Agradece a filólogos e a agrónomos do Instituto Superior de Agronomia e a médicos veterinários bem como a diversos agricultores experientes.

Devido à especificidade técnica desta tradução, é no prefácio que Mayer indica a que publico leitor se destina esta obra. Diz Genette a este propósito: “Guider le lecteur, c’est aussi et d’abord le situer et donc le déterminer.”²⁰¹ Sobre esta temática refere Mayer: “Queria eu que as *Geórgicas* fossem, para o Agrónomo, um livro de cabeceira.”²⁰²

Relativamente ao que Genette denomina de “ordre de lecture” e que define do seguinte modo: “il est parfois utile d’avertir le lecteur, toujours par voie de préface et comme par explicitation de la table des matières, de l’ordre adopté dans le livre qui suit.”²⁰³, Ruy Mayer dá no seu prefácio indicações desta natureza, dando a conhecer

¹⁹⁸ Ruy Mayer, ob. cit., 1948, p.21.

¹⁹⁹ Ibidem, p.10.

²⁰⁰ Idem, ibidem.

²⁰¹ Idem, p.197.

²⁰² Ruy Mayer, o. c., 1948, p.21.

²⁰³ Gérard Genette, o. c., 1985, p.202.

pormenorizadamente o plano do seu trabalho, referindo-se à tradução e comentário de apenas três livros que constituem as *Geórgicas*.

No que diz respeito às “indications de contexte”,²⁰⁴ estas são variadas e contextualizam a tradução realizada, mostrando nomeadamente que ainda não existia nenhuma obra que confrontasse os métodos da agricultura romana com os da agricultura portuguesa, directa ou indirecta descendente daquela. Também era necessário fazer a apologia do trabalho agrícola, e dignificar a profissão de lavrador, era necessário fazer a exaltação do trabalho e restaurar o prestígio da vida política, bem como recuperar uma agricultura em declínio e valorizar o trabalho agrícola como factor de desenvolvimento nacional da década de quarenta.

Quanto àquela que Genette denomina como última função do prefácio que tem a ver com “une caractérisation plus institutionnelle, ou plus soucieuse du champ, thématique ou formel, dans lequel s’inscrit l’oeuvre singulière”, Mayer afirma tratar-se de um poema cuja interpretação geral ele se propõe fazer ainda, e que esta tradução possui certas feições de ordem literária, filosófica e técnica.

Outra das questões levantadas por Mayer tem a ver com a escolha entre prosa ou verso, visto estarmos perante uma tradução em prosa de um texto poético.

Mayer declara a intraduzibilidade da poesia de Virgílio, traduz em prosa e explica a sua opção pela complexidade rítmica e sonora do texto que se deve ao uso do hexâmetro dactílico.

Mediando a posição do tradutor entre os princípios defendidos pela actividade crítica e a poética, mantém-se o problema da tradução da poesia entre “the unattainable ideal of equivalence and the desperate counsel of impossibility”. A este propósito James Holmes refere-se à questão da “meta-literature”: “The poem intended as a translation of a poem into another language, which as one type of meta-literature we may call a “metapoem”, is from this point of view a fundamentally different kind of object from the poem from which it derives- the relation of the metapoem to the original poem is as that of the original poem to “reality”.

O denominado “metapoet will strive to comprehend as thoroughly as possible the many features of the original poem, against the setting of poet’s other writings, the literary traditions of the source culture, and the expressive means of the source language. Explorará o poder da própria criatividade e as tradições literárias do sistema e

²⁰⁴ Ibidem, p.203.

da língua alvo de modo a produzir “a verbal object that to all appearances is nothing more nor less than a poem.”

Unindo-se os dois pontos de vista, o crítico e o poético, surge uma actividade que como tarefa “organizing and resolving a confrontation between the norms and conventions of one linguistic system, literary tradition, and poetic sensibility, as embodied in the original poem as he has analysed it, and norms and conventions of another linguistic system, literary tradition, and poetic sensibility to be drawn on for the metapoem he hopes to create.”²⁰⁵

Confrontado com a alternativa de traduzir em verso e assim “não conseguir evitar que a individualidade do tradutor se sobreponha à do autor”²⁰⁶ ou traduzir em prosa embora considerando esta “um pobre e desvanecido reflexo do original”²⁰⁷, Mayer opta pela segunda hipótese pois trata-se de uma tradução claramente didáctica e utilitária²⁰⁸.

Trata-se de uma tradução que privilegia claramente os significados e a fluência da língua de chegada, e o uso da prosa que resolve a questão do hexâmetro dactílico.

Outra das possíveis razões que condicionaram a sua tradução em prosa prende-se com os três requisitos cardinais exigidos ao tradutor das *Geórgicas*- sabedoria técnica, sólido conhecimento da língua a verter, qualidades de letrado. Ruy Mayer só era detentor do primeiro, enfeitando mesmo, no prefácio o terceiro.

Assim, verificamos existir uma tensão nas afirmações do tradutor entre a tradução de um autor que pertence ao canône literário universal, e a tradução de uma obra apenas útil no plano pragmático e científico e, sobretudo, no ideológico.

7. As *Geórgicas* de Vergílio por Ruy Mayer: as estratégias traducionais

Com este trabalho pretende-se alcançar uma explicação do papel e da função de uma obra, inserida numa colecção, traduzida num determinado contexto sociocultural e

²⁰⁵ James S. Holmes, *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*, Rodopi, Amsterdam, 1988, pp. 9-12.

²⁰⁶ Ruy Mayer, ob. cit., 1948, p.7.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

²⁰⁸ Conceitos que surgem em José Pinilla e Maria Manuela Sánchez, *O Discurso sobre a tradução em Portugal*, Colibri, Lisboa, 1998.

político, a fim de tentar compreender determinados fenómenos ligados à vida cultural portuguesa.

Far-se-á neste capítulo a análise de um *corpus* constituído por excertos da tradução de Ruy Mayer, aferindo-se assim as estratégias usadas pelo tradutor de modo a obter uma tradução, por um lado, dirigida a um público específico, quadros do regime que sabiam latim e a elites com grande peso cultural em Portugal nos anos 40, e por outro, com o objectivo primordial de sensibilizar esses importantes quadros sociais para o valor da agricultura no desenvolvimento da sociedade portuguesa, isto é, uma tradução que valorizasse a denominada causa *Re-rustica*.

O *corpus* escolhido vai permitir, pela sua especificidade literária mas sobretudo ideológica, pôr em prática a perspectiva teórica e metodológica actual dos Estudos de Tradução, procurando explicar-se de que forma os agrónomos portugueses, com a publicação de uma colecção desta natureza, tentaram, num contexto histórico-social muito específico, legitimar retoricamente a causa agrária.

Pretende-se agora apurar de que modo a tradução obtida concretiza os objectivos do tradutor anteriormente referidos e, ainda, se existe um afastamento entre o projecto ou as intenções do tradutor e a realização da tradução, tendo em conta também que “la traduction, tout comme le texte de création, échappe en partie à son auteur”.²⁰⁹ Far-se-á, dentro dos limites que definimos teoricamente, a análise de alguns elementos da tradução que resultam da livre escolha do tradutor.

Na análise descritiva da tradução de Ruy Mayer iremos verificar a possibilidade prática de algumas hipóteses teóricas anteriormente formuladas, visto que o tradutor faz escolhas (consciente ou inconscientemente) que, depois de analisadas, revelam os modelos literários e culturais presentes e as normas dominantes no contexto específico em que surge esta tradução. O tradutor pode revelar-se mais como autor quando favorece o sistema de recepção em detrimento do sistema de partida. Esta atitude pode justificar-se pela necessidade de adaptar o texto ao público-alvo ou então pode explicar-se pelo peso de uma tradição literária.

As hipóteses interpretativas usadas na análise desta tradução têm por base dois suportes teóricos e metodológicos, o primeiro ligado à teoria do polissistema de Even-Zohar e o segundo ao conceito de norma e modelo propostos por Gideon Toury.

²⁰⁹Inês Oseki-Depré, *Théories et pratiques de la traduction littéraire*, Armand Colin, 1999, p.132.

Relativamente ao modelo sistémico, Lambert sublinha que as traduções devem ser descritas em termos de relações entre sistemas de comunicação que utilizam códigos diferentes; por outro lado, a natureza dessas relações não pode ser estabelecida previamente, dependendo das relações dos sistemas em contacto, dando-se aqui realce à posição que o tradutor ocupa no sistema de chegada e à tolerância do meio para com ele; a tradução resulta sempre de uma combinação entre as convenções estrangeiras e as convenções autóctones.²¹⁰

O conceito de norma que Gideon Toury define “as the translation of general values or ideas shared by a certain community- as to what is right and wrong, adequate and inadequate- into specific performance-instructions appropriate for and applicable to specific situations, providing they are not (yet) formulated as laws”²¹¹, atribui à tradução um carácter convencional e regulado pelo sistema de valores que está implícito nos critérios ou escolhas adoptadas pelo tradutor e pela literatura tradutora. É através do estudo das normas que concluímos acerca dos modelos implícitos na tradução, orientando a todos os níveis, o processo e o funcionamento da tradução.

A vantagem da interpretação funcional das traduções reside no seu carácter global e aberto, recorrendo a interrogações como sejam qual o léxico utilizado pelo tradutor, qual a tradução a dar aos nomes próprios, quais as figuras de retórica presentes.

Cada tradução, e segundo o esquema de análise proposto por Lambert, define as relações entre o texto de partida e o de chegada que permite a análise do processo da recepção, passando pelas categorias textuais (linguísticas, estilísticas, socioculturais, genéricas), pela distribuição comercial ou pelos metatextos sobre as actividades de tradução. É então fundamental estudar as opções a nível micro e macrotectual, conscientes que as questões linguísticas, éticas e artísticas dominantes no sistema de chegada influenciam o tradutor num ou noutro determinado momento. O objectivo não é estudar textos nem tradutores, mas as normas e modelos que os orientam, sendo importante a análise de metatextos e as opções do tradutor.

A este propósito Even-Zohar propôs que se encarasse a literatura traduzida como um sistema complexo que tem as suas próprias normas embora seja fundamental situá-la dentro do sistema literário, respondendo assim às questões relacionadas com o facto

²¹⁰ José Lambert, “A Tradução”, In *Teoria Literária*, Angenot M. & al. dir., Lisboa, D. Quixote, 1995, p.189-198.

²¹¹ Gideon Toury, “The Nature and Role of Norms in Literary Translation”, In *Search of a Theory of Translation*, Tel Aviv, The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980, p.51.

de ser ou não inovadora e em quê, e de ocupar ou não um lugar central ou marginal nas letras. De realçar que este estudioso defende que a literatura traduzida se situa frequentemente no campo das obras convencionais, reforçando, desse modo, o estatuto da literatura de chegada.²¹²

Para a verificação da forma como a tradução surge na literatura receptora deverão ser analisados o vocabulário, o estilo, as convenções poéticas e retóricas dos sistemas de partida e chegada e ainda se a obra é apresentada como tradução, adaptação ou imitação no sistema de chegada, bem como a sua função nesse sistema, verificando-se se estas “metamorfoses” dependem das normas em vigor no sistema de chegada, da permeabilidade daquele, da posição de força ou de fraqueza da literatura importada e das prioridades atribuídas pelo tradutor às funções do texto.

As estratégias de tradução vão então estar dependentes de numerosos factores entre os quais as condições de tradução e edição, o público-alvo, o estatuto e a função do texto.

O principal objectivo desta análise descritiva da tradução de Mayer é mostrar de que forma as opções globais feitas pelo tradutor se distribuem pelos vários níveis do texto. Verificaremos que todas as opções do tradutor estão directamente relacionadas com uma estratégia de tradução elaborada em função de objectivos culturais e políticos precisos, tendo em conta que estamos perante a tradução da obra de um autor consagrado, por um tradutor pouco conhecido na arte de traduzir, só lhe sendo conhecida esta tradução.²¹³

Tendo por base as orientações metodológicas e teóricas de José Lambert e Henrick van Gorp²¹⁴, far-se-á uma abordagem detalhada do *corpus* seleccionado, examinando-se pormenorizadamente as opções do tradutor a vários níveis. De seguida analisar-se-ão de forma minuciosa e sistemática os modelos e normas adoptados por estes textos traduzidos, concluindo se as escolhas traducionais visam a adequação, ou seja se a tradução privilegia o sistema literário de partida, ou a aceitabilidade, ou seja se a tradução valoriza o sistema de chegada, definindo-se assim a natureza das relações entre o texto de chegada e o de partida.

²¹² José Lambert, ob.cit., 1995, p.189-198.

²¹³ Ruy Mayer era professor no Instituto Superior de Agronomia. De entre as suas publicações destacam-se o artigo *Notas sobre a charrua romana*, publicada em 1947, na separata *Humanitas*, e a publicação das *Geórgicas de Virgílio* em 1948.

²¹⁴ José Lambert e H. Van Gorp, “On describing Translation”, in *The Manipulation of Literature, Studies in Lliterary Translation*, London, Croom Helen, 1985, pp.42-53.

Após a determinação das normas que regem este projecto tradutivo do *corpus* em análise, concluir-se-á se a tradução portuguesa ainda é literária e a que nível.

A análise desta tradução e a abordagem do contexto cultural em que este projecto tradutivo surge, conduzem-nos à interpretação do papel atribuído à tradução dentro da literatura e cultura portuguesas. Para aferir tais conclusões torna-se importante conhecer-se o polissistema de recepção responsável pela importação dos textos a traduzir. A este propósito afirma Lambert²¹⁵ que os princípios da dosagem, a selecção dos textos e o método de tradução, põem a descoberto o carácter aberto ou fechado da literatura receptora e a sua tolerância relativamente aos sistemas de valores que assim irrompem. De salientar que uma determinada literatura pode optar pela ausência de traduções ou a presença desenfreada de traduções.

Como a noção de polissistema engloba não só os contactos entre os sistemas literários, mas também entre os sistemas culturais, nomeadamente a nível de estruturas sócio-económicas e ideológicas da sociedade, poder-se-á falar de uma comunicação entre sociedade e literatura, daí surge a importância de saber quem decide o que se traduz, quem traduz, para quem, que perspectivas ideológicas estão implícitas na tradução, quem critica e quem publica.

8. Descrição do *corpus*

Visto que a natureza dos procedimentos usados em tradução é variável, sendo resultado de uma reescrita ou de um desvio formal, vamos referir as três categorias que seleccionámos para o nosso trabalho prático: as supressões, os acrescentos ou as substituições feitas pelo tradutor.

Nesta análise dar-se-á importância a nível macrotextual ao aspecto visual da capa e contra capa, a nível microtextual aos acrescentos e supressões a nível da frase, bem como às modulações lexical e sintáctica, analisando-se, por fim a posição sistémica do *corpus* seleccionado.

Os fragmentos seleccionados para a constituição do *corpus* a analisar fazem parte dos livros I e II das *Geórgicas* e tornaram-se exemplificativos para as categorias literárias ou técnicas que pretendemos analisar. No plano ideológico a escolha destes fragmentos deveu-se ao facto destes serem representativos dos mitos de Salazar: o mito da ruralidade, o mito da pobreza honrada e o mito da “aurea mediocritas”. São

²¹⁵ José Lambert, ob.cit., 1995, p.189-198.

efectivamente paradigmáticos pois encerram a mensagem ideológica que Salazar pretendia veicular.

FRAGMENTO 1 – páginas 43 e 45

I, 290 – 310

*Et quidam seros hiberni ad luminis agnis
Pervigilat ferroque faces inspiciat acuto.
Interea longum cantu solata laborem
arguto coniunx percurrit pectine telas,
ant dulcis musti Volcano decoquit umorem
et foliis undam trepidi despumat aeni.
at rubicunda Ceres medio succiditur aestu,
et medio tostas aestu terit area fruges.
nudus ara, sere nudus. hiems ignava colono:
frigoribus parto agricolae plerumque fruuntur
mutuaque inter se laeti convivia curant.
invitat genialis hiems curasque resolvit,
ceu pressae cum iam portum tetigere carinae,
puppibus et laeti nautae imposuere coronas.
sed tamen et quernas glandes tum stringere tempus
et lauri bacas oleamque cruentaque myrta,
tum gruibus pedicas et retia ponere cervis
auritosque sequi lepores, tum figere dammas
stuppea torquentem Balearis verbera fundae,
cum nix alta iacet, glaciem cum flumina trudent.*

Há quem, á luz que ilumina os longos serões de Inverno, abique archotes com um ferro acerado, enquanto a esposa, que suaviza com o canto o seu labor, passeia no tear o pente de som harmonioso, ou coze ao lume o doce mosto, e escuma com um ramo o líquido que ferve no tacho. Pelo meio do dia se ceifa a messe dourada; à hora do calor se malham na eira os trigos que o sol tostou.

lavra e semeia com tanta diligência que não possas suportar vestimenta quando fazes tais trabalhos: no inverno terás ensejo de preguiçar. Durante quase toda a estação fria, gozam os lavradores o que o seu esforço grangeou, e convidam-se uns aos outros para alegres folguedos. O inverno, temporada festiva, a tal os incita, dissipando os seus cuidados, como quando os navios, bem carregados, chegaram ao porto, e os mareantes jubilosos penduram coroas nas pôpas dos barcos. É todavia, este o tempo em que se colhem as landes nos montados, as bagas do louro, as bagas cor de sangue da murta, e o fruto da oliveira; em que se perseguem as orelhudas lebes; em que, quando a neve se estende em espesso manto e os rios carreiam gelos, se matam gamos com os tiros da funda balear, fazendo rodopiar os loros da estopa.

FRAGMENTO 2 – páginas 94 e 96

II, 513

agricola incurvo terram dimovit aratro:

*hinc anni labor, hinc patriam parvosque nepotes
sustinet, hinc armenta boum meritosque iuencos.*

*nec requies, quin aut pomis exuberet annus
aut fetu pecorum aut Cerealis mergite culmi,
proventuque oneret sulcos atque horrea vincat.*

*venit hiems: teritur Sicyonia baca trapetis,
glande sues laeti redeunt, dant arbuta silvae;*

*et varios ponit fetus autummus, et alte
mitis in apricis coquitur vindemia saxis.*

*interea dulces pendent circum oscula nati,
casta pudicitiam servat domus, ubera vaccae
lactea dimittunt, pinguesque in gramine laeto
inter se adversis luctantur cornibus haedi.*

*ipse dies agitat festos fususque per herbam,
ignis ubi in medio et socii cratera coronant,
te libans, Lenaeae, vocat pecorisque magistris
velocis iaculi certamina ponit in ulmo,*

*corporaque agresti mudant praedura palaestra.
hanc olim veteres vitam coluere Sabini,
hanc Remus et frater, sic fortis Etruria crevit
scilicet et rerum facta est pulcherrima Roma,
septemque una sibi muro circumdedit arces.*

O lavrador, entretanto, revolve a terra com o curvo arado, e o trabalho ocupa-lhe o ano inteiro; com ele sustenta o património e os filhos; com ele os bois, que bem merecem seus cuidados. Não descança quando o ano transborda de fruta, de crias de gado ou de paveias de trigo, e os sulcos se carregam de pesada colheita que abarrota os celeiros. Chega o inverno: moe-se nos lagares a baga siciona; voltam do montado os cevados, fartos de bolota; dão medronhos as matas. Ou o outono depõe a seus pés pomos variados e a doce vindima amadura nas colinas pedregosas inundadas de sol. Enquanto os campos assim prosperam, os filhos buscam os seus beijos; na honesta habitação reina a virtude; pendem, cheios de leite, os úberes das vacas; e os gordos cabritos, retouçando na erva abundante, combatem à marrada. Celebra o lavrador os dias de nomeada, reclinado na relva, onde a fogueira está acesa, e, com os companheiros, engrinalda a cratera para te invocar com libações, ó Leneu; suspende um alvo num ulmeiro para os pastores competirem a arrojarem o dardo; a menos que, desnudando os rijos torsos meçam forças lutando. Assim viveram outrora os velhos Sabinos; assim Remo e o Irmão; por certo assim cresceu a forte Etrúria, e Roma se tornou a mais bela das cidades, cingindo com uma muralha as suas sete colinas.

Estes fragmentos exemplificam a mensagem que Oliveira Salazar pretendia veicular. São excertos representativos dos seus Mitos, nomeadamente o mito da ruralidade, pobreza honrada e o mito as “aurea mediocritas”. O Homem que é descrito nestes excertos tem as qualidades que Salazar valorizava, isto é, deveria estar expurgado dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da contaminação marxista. Deveria

também ser temente a Deus, respeitador da ordem estabelecida, cumpridor dos seus deveres na família e no trabalho sem ambições e satisfeito com a sua modéstia, isto é, destituído de ambições desmedidas e satisfeito com a sua honrada modéstia.²¹⁶

9. Análise do aspecto paratextual

A. Edição bilingue

A edição bilingue tem sobretudo uma função didáctica que dá prioridade à informação e ao conhecimento do sistema cultural de partida. O tradutor vê-se obrigado a controlar a sua disposição natural em dar todas as informações ao leitor, o que pode ter como consequência solicitar um esforço suplementar ao leitor na medida em que as estruturas linguísticas lhe são mais familiares. Presume-se que o leitor possui uma bagagem linguística e cultural suficiente que lhe dá acesso ao texto original, e considera-se estar melhor preparado para encarar o texto estrangeiro, suportando melhor a diferença, o que limita o trabalho intermediário do tradutor.

Na tradução de Ruy Mayer, o facto de se tratar de uma edição bilingue justifica-se pelo motivo do tradutor tentar valorizar a sua tradução através da presença concreta do texto-fonte do mais importante autor de textos agrónomos de literatura latina. A mensagem veiculada pela tradução precisava de ser credibilizada pelo texto original latino. Como a língua latina gozava de um grande prestígio na cultura portuguesa de recepção, a presença do texto latino facilitava a sua aceitação na nossa cultura, tornando a obra mais aceitável por parte dos críticos literários.

Por outro lado, esta tradução destinava-se a quadros do regime, apoiados por elites que conheciam o latim, e que precisavam de estímulo e de legitimidade retórica para ver na política proteccionista de Salazar ao azeite, à vinha e aos cereais, em suma à agricultura, a salvação do país. Justificava-se assim uma publicação bilingue que se constituiu como uma tentativa por parte de Salazar e dos agraristas de sustentar pela moral e pela ética os planos de desenvolvimento económico e agrarista, valorizando o passado e a ruralidade do império romano, preconizados na obra latina de Virgílio e na tradução de Mayer. Facilitava deste modo a aceitação da mensagem ideológica por parte do público receptor da obra.

²¹⁶ Fernando Rosas, "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado novo e a questão do totalitarismo" in *Análise Social*, vol. XXXV, 2001.

B. A página do título

A criação do título *As Geórgicas de Vergílio* por parte do tradutor Mayer mostra que este é constituído por dois termos marcados cultural, ideológica ou socialmente. Devido ao facto de Virgílio gozar de um grande prestígio na cultura de recepção, o tradutor associou o nome do autor do texto original. Tal escolha não seria de todo inocente, pois facilitaria a aceitação da obra pelo público-alvo.

Na página do título incluem-se todas as informações relativas à publicação, fornecendo-nos indicações que dizem respeito a estratégias de tradução e editoriais. Nesta publicação indica-se o carácter traduzido da obra em questão, sendo visível o nome do tradutor, mas salienta-se sobretudo o título *As Geórgicas de Vergílio* com letras garrafais em tom de vermelho, verificando-se a já referida tentativa de dar credibilidade à obra traduzida através da presença do nome do autor do texto original. Como o nome de Mayer não era reconhecido no mundo da tradução, mas sim no mundo da agronomia, este surge de forma mais discreta na capa. Refere-se ainda que a versão será em prosa e que só serão traduzidos os três primeiros livros, sublinhando-se a parte específica e importante das notas que dão um carácter próprio a esta tradução.

Assim a página do título indica-nos algumas das escolhas ou prioridades de Ruy Mayer que deste modo poderão condicionar a eventual leitura da obra.

As Geórgicas de Virgílio estão inseridas numa colecção de livros agrícolas, organizada pelos engenheiros agrónomos Henrique de Barros, Ruy de Sá Oliveira e Eugénio de Castro Caldas, denominada “A Terra e o Homem”, encontrando-se inserida na 10.^a secção que se denomina “A vida rural na arte e na literatura”, como anteriormente se caracterizou.

Os agrónomos responsáveis por esta colecção anunciavam na 10.^a secção a publicação de uma obra dirigida por Ruy Mayer intitulada “A agronomia moderna”, uma obra intitulada “Cenas da vida animal” dirigida pelo engenheiro E. Sousa de Almeida e uma antologia de poesia rural, sem autor definido, que nunca foram publicados.

Esta colecção foi publicada pela editora Sá da Costa, editora com tradição na publicação quer de obras clássicas, quer de obras agrícolas.²¹⁷ A publicação desta

²¹⁷ A Livraria Sá da Costa, de Lisboa, foi a editora de toda uma vasta colecção que compreendia os diversos sectores da agricultura, desde o meio agrícola às ciências agrónomicas, passando pela pecuária, pela engenharia, pela sociologia rural e até pela literatura. Destacam-se colecções que foram publicadas na época pós-guerra e que a editora denomina de “O meio agrícola”, “Os fundamentos das ciências

tradução pela editora Sá da Costa é também explicada por um lado, pela sua forte ligação à Academia das Ciências de Lisboa que, por sua vez, tinha como principais associados os mais importantes agrónomos portugueses e, por outro, pela sua ligação ao Instituto Superior de Economia onde encontramos o neofisiocrata Moses Amzalack, principal impulsionador do culto pelos Clássicos greco-latinos.

Quanto às ilustrações escolhidas para a capa, estas são extremamente sóbrias, tendo como centro uma paisagem agrícola, pretendendo-se sublinhar a perspectiva ideal do cenário agrícola.

Na dobra da capa, encontramos uma ilustração, onde se vê um agricultor frente a uma enorme extensão de terreno cultivado. Há efectivamente uma estética própria da época nestes quadros.

Na contracapa aparecem os números e títulos das obras já publicadas e anuncia-se a que será publicada brevemente, reforçando o carácter sistemático da colecção.

Embora se anuncie na capa a tradução dos três primeiros livros das *Geórgicas*, verifica-se, no entanto, que Mayer apresenta um excerto traduzido “do velho de Corycio” que pertence ao IV livro. Este pequeno excerto pretende valorizar a *aurea mediocritas* que perpassa toda a tradução.

Na arrumação da capa desta obra, realça-se com letras garrafais e em tom vermelho o título original e o autor da obra, atribuindo-se um plano mais discreto ao tradutor, que evidencia o estatuto canónico de Virgílio.

10. Análise macro-textual

Ao nível da macro-estrutura do texto que compõe a tradução das *Geórgicas*, temos poucas alterações relativamente ao texto original, pois o número de páginas do texto traduzido corresponde em absoluto ao número de páginas do texto latino, notando-se essa preocupação constante por parte do tradutor.

Quanto à ordem das palavras não há grandes considerações a fazer. visto que na língua latina a forma de colocação das palavras é substancialmente arbitrária²¹⁸, não existindo espaços em branco e encontrando-se o discurso organizado de forma semelhante à do texto latino.

Esta estratégia deve-se à proximidade do texto original que condiciona de certa forma as opções do tradutor.

agrárias”, “A exploração e a cultura das plantas”, “A exploração e criação de animais” e “Engenharia rural”.

²¹⁸ Carlos Alberto Louro Fonseca, *Sic Itur in Urbem, Iniciação ao Latim*, Coimbra, 1992, p.22

Nota-se um corte importante no plano macrotextual ao sublinhar-se o facto de o tradutor não traduzir totalmente o quarto livro das *Geórgicas* o que justifica devido ao pouco interesse que o tema tinha para o leitor do sistema de chegada. Trata-se de um livro dedicado às abelhas e produção de mel, que constituía uma prática muito pouco divulgada em 1948, e sobretudo era uma actividade com um peso reduzido na economia portuguesa.

Além disso, Ruy Mayer afirma que a doutrina técnica do quarto livro possui muitas incorrecções e tem um interesse técnico inferior aos restantes livros. Deste livro apenas traduz a história do velho Corysio, sublinhando mais uma vez a mensagem ideológica que pretende transmitir, a da riqueza incomparável da terra e a *aurea mediocritas* que caracteriza a vida do velho agricultor.

Poderemos então concluir que existem três planos para as normas que condicionaram a tradução das *Geórgicas*: técnico, literário e ideológico.

11. Análise micro-textual

Serão essencialmente abordadas neste ponto, e pela sua pertinência, questões relacionadas com as estruturas formais, o recurso à letra maiúscula e a pontuação. Dar-se-á ainda realce às figuras de estilo. Far-se-á ainda referência às invocações e aos epítetos.

O que chama a atenção, desde logo, nesta tradução portuguesa, é o facto de se tratar de uma tradução em prosa.

Em relação a uma tradução em poesia, Mayer defende, no prefácio da sua tradução, a intraduzibilidade da poesia de Virgílio, explicando a sua opção de traduzir em prosa pela complexidade rítmica e sonora do texto original que se deve ao uso do hexâmetro dactílico.

Confrontado com a alternativa de traduzir em verso e assim “não conseguir evitar que a individualidade do tradutor se sobreponha à do autor” ou traduzir em prosa embora sendo esta “um pobre e desvanecido reflexo do original”²¹⁹, Mayer opta pela segunda hipótese pois trata-se de uma tradução claramente “didáctica e utilitária”, a que Efim Etkind chama uma “tradução-interpretação”, combinação de tradução, paráfrase e

²¹⁹ Cf. Prefácio da tradução das *Geórgicas de Virgílio* traduzidas por Ruy Mayer.

análise (1982) ²²⁰. Assim o texto crítico de Mayer começa por efectuar uma análise aprofundada, pertinente e detalhada do poema, apresentando em seguida uma tradução que respeita alguns dos traços pertinentes do original, mas que foge a outros, nomeadamente a nível sonoro, métrico e conseqüentemente rítmico, pois o seu objectivo é realçar o tratado de agronomia que se encontra nos versos das *Geórgicas*

Outra das possíveis razões que condicionaram a sua tradução em prosa prende-se com os três requisitos cardinais exigidos ao tradutor das *Geórgicas* seguindo Ruy Mayer, supõe-se - sabedoria técnica, sólido conhecimento da língua a verter, qualidades de letrado. Ruy Mayer só era detentor do primeiro, enfeitando mesmo, no prefácio o terceiro.

Na tradução em análise verificou-se, quanto às maiúsculas, um acrescento que tem a ver com as normas do sistema português em que a seguir a um ponto final vem sempre letra maiúscula. Portanto, conclui-se que a norma portuguesa é respeitada pelo tradutor o que mostra uma busca de aceitabilidade, como exemplificam os seguintes exemplos:

hanc olim veteres vitam coluere Sabini,
Assim viveram outrora os velhos Sabinos;

sed tamen et quernas glandes tum stringere tempus
É todavia, este o tempo em que se colhem as landes nos montados

Quanto à pontuação, léxico e às estruturas sintácticas, mostrar-se-á quais foram as opções globais da tradução que se verificam a esses níveis do texto e que resultam de uma escolha relacionada com a estratégia traducional que se explica frequentemente pela vontade de facilitar a integração do texto no novo sistema literário aproximando-se dos gostos e hábitos do público-alvo ou seja das normas da língua portuguesa.

No que diz respeito à pontuação há alterações efectuadas pelo tradutor Ruy Mayer relativamente ao texto latino que se verificam sobretudo relativamente ao ponto final e ponto e vírgula que passam para ponto de exclamação:

²²⁰ Apud Inês Oseki-Depré, *Théories et pratiques de la traduction littéraire*, Armand Colin, Paris, 1999, p.86.

a-

(...) munera vestra cano. tuque o, cui prima frementem fudit equum magno tellus percussa tridenti, Neptune; et cultor nemorum, cui pingua Caeae ter centum nivei tondent dumeta iuveni;(Virgílio, 1948:24)

(...) eu canto os vossos dons! E tu Neptuno, a cuja ordem a terra, golpeada pela vez primeira com o teu magno tridente, lançou do seio o fremente corcel! E tu habitante dos bosques, em honra de quem trezentos novilhos brancos como a neve tosam as fartas devezas de Ceos! (Ruy Mayer, 1948: 25).

b-

(...) huc, pater o Leneae, veni, nudataque musto tinge novo mecum dereptis crura coturnis.(Virgílio, 1948: 60)

(...) Vem, ó pae Leneu! Descalça os coturnos e tinge comigo as pernas nuas no mosto novo! (Ruy Mayer, 1948: 61)

c-

(...) adeo in teneris consuescere multum est. (Virgílio, 1948: 78)

(...) Tamanho é o valor que se dá aos hábitos que em tenra idade se adquirem! (Ruy Mayer, 1948: 79)

O tradutor faz uma clara tentativa de conferir ao texto vivacidade e espontaneidade a fim de cativar mais facilmente o leitor e, conseqüentemente, tornar a sua tradução mais assimilável pelo leitor português. Estas alterações, nomeadamente a transformação de uma frase declarativa em exclamativa, mostram-nos uma certa liberdade de interpretação do texto por parte do tradutor que se impõe ao leitor, reforçando a sua compreensão.

O acrescento de vírgulas tem como objectivo estruturar de forma mais rigorosa o texto, atribuindo-lhe maior fluidez e realçando um elemento ou outro, indo simultaneamente de encontro à norma gramatical da língua portuguesa.

Exemplo:

agricola incurvo terram dimovit aratro:

hinc anni labor,

O lavrador, entretanto, revolve a terra com o curvo arado, e

o trabalho ocupa-lhe o ano inteiro;

Os acrescentos de pontuação não estão ligados a razões linguísticas pois a utilização da pontuação não varia marcadamente de uma língua para a outra, mas mostra o interesse do tradutor em conferir ao texto traduzido mais coerência e articulação, bem como um maior rigor atribuindo ao texto uma maior facilidade de leitura. Assim a procura de coerência e unidade torna o texto mais explícito e mais lógico na apresentação da sua mensagem.

Quanto às invocações e epítetos, como têm um peso cultural forte, Ruy Mayer traduz estes vocábulos dando, através deste processo, maior credibilidade à sua tradução, mostrando assim a sua fidelidade ao texto original e facilitando a adequação do mesmo ao sistema de partida. Por outro lado, como são termos próprios da literatura e da cultura-fonte, a sua manutenção mostra a intenção do tradutor conferir ao texto traduzido o estatuto de literário.

Exemplos:

Sicyonia baca

baga siciona

Lenaee

ó Leneu

Dryadesque puellae

Virgens Driades

O Tegeae

Ó Tegeu!

Silvane

Silvano

Na verificação das estratégias utilizadas por Ruy Mayer há que dar ainda particular atenção à utilização de algumas figuras de estilo, nomeadamente à antonomásia que tem por objectivo conferir ao texto um certo teor latino, suprimindo certas ocorrências virgilianas que são obscuras mas criando outras por compensação, facilitando a compreensão do texto pelo leitor do sistema alvo e promovendo a sua aceitação por parte deste.

Exemplos:

hiems ignava colono

no inverno terás ensejo de preguiçar

Sed fugit interea, fugit inreparabile tempus (III, 284)

Foge o tempo, foge para não mais voltar.

A utilização da paráfrase (exemplo a) e da perífrase (exemplo b) justifica-se pela necessidade que o tradutor tem em utilizar mais palavras para conseguir transmitir o sentido de alguns termos devido à complexidade da língua latina, pois esta é considerada uma língua de vocabulário restrito.²²¹

a-

nudus ara, sere nudus

lavra e semeia com tanta diligência que não possas suportar
vestimenta quando fazes tais trabalhos

b-

frigoribus

Durante quase toda a estação fria

Surgem ainda anáforas com objectivo de conferir um teor mais literário ao texto traduzido.

Exemplo:

salve, magna parens frugum, Saturnia tellus

magna virum: tibi res antiquae laudis et artis

ingredior sanctos ausus recludere fontis,

Ascraeumque cano Romana per oppida carmen. (II, 173)

Salvé, terra de Saturno, magna mãe de frutos, magna mãe de

heróis! Em tua honra entro na tarefa de relatar cousas de velha arte

²²¹ Cf. Ruy Mayer, *As Geórgicas de Virgílio*, Sá da Costa, 1948, p.9.

e prístina glória; em tua honra atrevo-me a descerrar as sagradas fontes;
em tua honra canto, às gentes romanas, um cântico Ascreu!

Outro recurso estilístico usado pelo tradutor é o denominado desdobramento do conceito, sendo frequentemente uma tradução fiel ao desdobramento que existia já no texto original.

Exemplo:

hic segetes, illic veniunt felicius uvae,
arborei fetus alibi, atque iniussa virescunt
gramina. (I, 54)

Aqui vai bem o trigo, além a vinha; algures o arvoredo ou
a ervagem crescem espontâneamente.

Ao nível microtextual, as variações observadas são o resultado de estratégias traducionais que são usadas com o intuito de facilitar a aceitação do texto no sistema de chegada, aproximando-o dos gostos e hábitos do público-alvo, salientando-se as alterações nomeadamente a nível da pontuação. O uso de recursos estilísticos deve-se à intenção do tradutor em manter o carácter literário do texto traduzido e ao mesmo tempo tentar resolver algumas dificuldades de tradução da língua latina, sobretudo a dificuldade de traduzir algumas expressões com termos equivalentes sendo o tradutor obrigado, em determinadas situações, a utilizar um maior número de palavras.

12. Acrescentos implícitos

Os acrescentos feitos pelo tradutor mostram uma postura de liberdade, segurança e sobretudo autoridade, tendo grande parte das vezes por objectivo facilitar a compreensão do texto traduzido. Na tradução de Mayer, os acrescentos que o tradutor faz ao nível da microtextual do texto trazem, por vezes, modificações a nível sintáctico e semântico. Essa prática tem por finalidade reduzir e de certa forma compensar a distância cultural, atribuindo ao sentido do texto informações suplementares, favorecendo a aceitabilidade do texto no sistema de chegada e reforçando a coerência interna do texto.

Assim, ao fazer este tipo de acrescentos o tradutor cria efectivamente novas estruturas que fazem surgir um novo modelo de escrita.

Exemplo:

nudus ara, sere nudus

lavra e semeia com tanta diligência que não possas suportar
vestimenta quando fazes tais trabalhos,

Em Ruy Mayer nota-se a preocupação do tradutor em tornar as frases mais perceptíveis pelo leitor (exemplo b), ajustando o texto à realidade referencial (exemplo d), e ao mesmo tempo o texto estar de acordo com as normas linguísticas portuguesas, tentando compensar o leitor da distância das normas linguísticas ou culturais (exemplo c). Por outro lado, Mayer, em alguns casos, pretende com estes acrescentos modificar o ritmo da narração, imprimindo mais fluidez ao texto (exemplo a).

a-

agricola incurvo terram dimovit aratro:

O lavrador, entretanto, revolve a terra com o curvo arado.

b.

hinc anni labor

o trabalho ocupa-lhe o ano inteiro.

c.

et varios ponit fetus autumnus,

Ou o outono depõe a seus pés pomos variados.

d.

ipse dies agitat festos

Celebra o lavrador os dias de nomeada.

e.

nudus ara, sere nudus

lavra e semeia com tanta diligência que não possas suportar
vestimenta quando fazes tais trabalhos,

13. Acrescentos explícitos

Nesta tradução, as intervenções explícitas do tradutor apresentam-se sob duas formas: o prefácio e as notas explicativas, ambos reforçando o papel do tradutor que modifica ou orienta a leitura. As intervenções explícitas do tradutor fazem parte do paratexto, conceito de Gérard Genette (Seuil: 1987) que incitou a crítica literária a tomar em consideração a informação para além do texto fornecido ao leitor. O paratexto condiciona o leitor e tem uma incidência sobre a leitura e igualmente sobre a função do texto.

A profusão do aparato crítico que acompanha esta tradução, constituído por múltiplas notas, por um extenso prefácio, contribui para que o tradutor legitime a sua estratégia, ao configurá-lo como autoridade. Mayer demonstra ser detentor de um conjunto de saberes, dos quais o tradutor destaca o técnico, desvalorizando a necessidade de conhecimento da língua a verter e as suas capacidades de letrado.

A. Notas explicativas

Com o uso da nota, o tradutor sublinha o carácter traduzido da obra, mostrando a necessidade da intervenção clara e onisciente do tradutor.

Estas notas são ricas em informação de diversa natureza e permitem também concluir sobre as estratégias de tradução usadas pelo tradutor, bem como verificar a relação que se estabelece entre os dois sistemas linguísticos e outros.

Em geral, e de acordo com o seu conteúdo, as notas podem ser sociológicas ou etnográficas, enciclopédicas, temporais ou geográficas, institucionais, intertextuais ou metalinguísticas. A sua existência pode provar a dificuldade colocada pelo texto e é o momento em que o tradutor facilita a compreensão do texto.

Para além disso, é muitas vezes na nota que o tradutor dá indicações gerais sobre o sistema de partida, tecendo pontos de ligação entre os dois sistemas culturais e dando pontos de referência concretos ao leitor.

Na análise das 264 páginas de notas da tradução de Ruy Mayer, encontramos um tradutor empenhado em resolver os problemas de compreensão linguística, daí a presença de notas de carácter filológico e em facilitar a compreensão de algumas referências que faz, pois presume um desconhecimento por parte do leitor da realidade cultural e histórica tão vasta do mundo latino. As notas de carácter técnico são mais fáceis de explicar, visto que o tradutor pretende passar ao seu leitor uma mensagem

agronómica, pretendendo que este livro possa tornar-se, em alguns casos num breviário para o agrónomo.

Existem notas em que o tradutor renuncia à adaptação, sublinha o carácter traduzido do texto e coloca muitas vezes a questão da intraduzibilidade de algumas palavras, fornecendo ao leitor opções e muitas vezes notas de carácter metalinguístico. Mayer considera existirem interpretações variadas, podendo ser sinónimo de incapacidade de expressão da língua alvo ou do próprio tradutor que faz a adaptação, usando frequentemente a nota.

Este tipo de notas mostram que o tradutor pretende que o leitor contacte e conheça uma realidade estrangeira, sobretudo a latina que pode funcionar como modelo de referência ideológica e cultural.

Ruy Mayer encarna a figura do tradutor onisciente que fornece informações que facilitam a compreensão técnica e linguística do texto, sendo fornecidos mais dados do que o estritamente necessário para tal compreensão. Verifica-se que o tradutor desconfia da ignorância do leitor relativamente a dados de natureza linguística (exemplo a), geográfica (exemplo b) e fornece-lhes pormenorizadamente estes dados.

a)

(...) (ferte simul Faunique pedem Dryadesque puellae) (Virgílio: 1948: 24)

(...) vós também Faunos, protectores sempre vigilantes da grei rural, avançai. (Mayer, 1948: 25)

Nota de Ruy Mayer: * Page faz observação interessante: *ferte pedem* significa “avançae”, “adiantae-vos em resposta à minha invocação”; compare-se com *adsis*(I.18) e *ingredere* (I, 42). Ao mesmo tempo sugere a ideia de movimento ritmico como em “*quam nec ferre pedem dedecuit choris*” Hor., 2.12.17. Page chama também a atenção para o facto de se associarem os Faunos latinos com as Driades gregas, aliando-se assim mitos das duas origens. (p.147).

b)

(...) tibi Maenela. (Virgílio, 1948: 24)

(...) teu Ménalo.

Nota de Ruy Mayer: * Ménalo, serra da Arcádia. (p.148)

A preocupação do tradutor incide também em fornecer notas de natureza técnica com o propósito de criar um breviário para o agrônomo. O exemplo que se segue é exemplificativo desse gênero de notas:

Vere novo, gelidus canis cum montibus umor liquitur et Zephyro putris se glaeba resolvit, depresso incipiat iam tum mihi tauros aratro ingemere, et sulco attritus splendescere vomer. (Virgílio, 1948: 26)

Quando renasce a primavera, e frios regatos correm das montanhas cobertas de neve, e o Zéfiro desagrega as leivas, é chegada a ocasião dos bois começarem a gemer sob o peso do arado tanchado a fundo, e de rebrilhar ao sol a relha desgastada pelo roçar nos sulcos. (Ruy mayer, 1948: 27)

Nota de Ruy Mayer: *O Poeta retoma a descrição da lavoura de primavera de I.43-46. Outra vez recomenda que não se perca tempo em encetar o alqueive no começo do ano; novamente chama atenção para a dificuldade do trabalho, em que é preciso empregar bois possantes. (...) A lavoura profunda-evidentemente a que requer o emprego de bois robustos, *fortes tauri*- é exigida pelas terras ferazes, em regra com percentagem de argila bastante elevada (Nota a II.229), e por isso mesmo difíceis de fabricar, porquanto, além de outros motivos não citados, criam erva em abundância, que prejudicará a ceara (esta indicação de Virgílio mais uma vez confirma que a charrua romana, apesar da sua imperfeição, virava a terra).(...)(p.161).

O tradutor frequentemente valoriza o seu próprio conhecimento linguístico desvalorizando e até mesmo criticando outras traduções que consultou.

Exemplo :

(...) non ullo semine fruges. (Virgílio, 1948 :26)

(...) que o homem não cultivou. (Ruy Mayer, 1948:27)

Nota de Ruy Mayer: *Esta expressão motivou comentários destituídos de fundamento, chegando alguns a afirmar que Virgílio acreditava na geração espontânea. (...) A sugestão é absurda, e o sentido de termos usados nos dois passos é evidente (...) (p.149)

Estamos, pois, perante a figura do tradutor onisciente que quer facilitar a compreensão do texto e que, com explicações longas, pretende que o seu leitor não fique com nenhuma dúvida.

Como se nota no exemplo seguinte, o tradutor, para além da preocupação de resolver as dificuldades que surgem ao seu leitor, preocupa-se em colocar em paralelo os dois sistemas culturais, o latino e português, mostrando as semelhanças entre ambos e o seu conhecimento amplo dos mesmos, disponibilizando-se para resolver problemas de cultura geral.

Exemplo:

(...)ulmisque adiungere vitis conveniat. (Virgílio, 1948: 24)

(...) convém, ó Mecenas, revirar a terra e casar a vinha com o ulmeiro. (Mayer, 1948: 25)

Nota de Ruy Mayer: * Embora houvesse em Itália vários métodos de armação de vinha (seis pelo menos), Virgílio refere-se sobretudo às vinhas *de enforcado, ou de embarrado*, provavelmente por serem essas as predominantes na região que mais de perto observava. Actualmente as *uveiras*, que abundam na região de Bari, não são tão numerosas na Campânia.(...) nunca nas *Geórgicas* se faz menção da cerdeira, o tutor vivo que no Minho se prefere.(p.144)

A tradução de um texto com um tão elevado grau de dificuldade, requeria, de facto, um tradutor que o traduzisse mas que também permitisse a sua plena compreensão por parte do leitor.

Assim verificamos que o papel do tradutor não é somente o de traduzir e adaptar o texto proveniente de um sistema cultural diferente, mas também o de explicá-lo tornando o texto acessível ao público leitor.

14. As supressões

Mayer, ao suprimir expressões ou termos que podem ser considerados semanticamente supérfluos, confere um efeito inegável ao estilo, pois a frase ganha fluidez e clareza. As supressões que se fazem são da micro-estrutura, abrangendo sobretudo as classes do nome e do adjectivo.

a.-

hanc olim veteres vitam coluere Sabini,

Assim viveram outrora os velhos Sabinos

15. A transcrição, não- tradução ou tradução parcial de elementos do texto

No que diz respeito a termos marcados culturalmente, normalmente o tradutor faz questão de os manter *ipsis verbis*, fazendo-os acompanhar de uma explicação.

Exemplo:

Maiae

Maia

Nota de Ruy Mayer: mãe de Hermes, uma das Plêiades.

Tratando-se de palavras ou expressões cuja tradução literal é de difícil compreensão para o leitor, o tradutor adapta-as fazendo-as acompanhar por vezes de um comentário.

Exemplos:

Eous

a estrela da manhã

Nota do tradutor: Eous como substantivo, é a estrela da manhã, chamada Lúçifer, e que era costume distinguir de Versper, a estrela da tarde, embora se tratasse do mesmo astro (Vénus).

Mars

guerra

Nota do tradutor: a guerra ímpia a que o poeta alude é a luta entre Octaviano e António, que havia de terminar com a batalha de Actium.

No caso da tradução de Mayer, encontra-se uma mescla de soluções, salientando-se que o tradutor faz a transcrição dos nomes próprios (exemplo a) e traduz nomes que não sejam próprios ou que não estejam culturalmente marcados (exemplo b).

a-

hanc Remus et frater, sic fortis Etruria crevit
scilicet et rerum facta est pulcherrima Roma,
septemque una sibi muro circumdedit arces.

Assim viveram outrora os velhos Sabinos; assim Remo e o

Irmão; por certo assim cresceu a forte Etrúria, e Roma se tornou

A mais bela das cidades, cingindo com uma muralha as suas sete colinas.

b-

aut fetu pecorum aut Cerealis mergite culmi,

de crias de gado ou de paveias de trigo.

16. Equivalência semântica-lexical

O estudo debruçar-se-á sobre a escolha do léxico, variação, originalidade do vocabulário, expressões idiomáticas e níveis de língua.

Segundo João Flor existem vários processos técnicos de tradução do léxico; por ordem crescente de complexidade e afastamento em relação ao original, trata-se de: transposição, modulação, equivalência e adaptação. Estes abrangem uma vasta área de opções que vai desde a permutação de partes do discurso às variações introduzidas na mensagem por alteração do ponto de vista e à reconstituição de situações idênticas através de meios estilísticos e estruturais substancialmente diferentes; culminam na adaptação, quando não existe paralelismo possível entre situações nas duas culturas e se inventa na língua de chegada uma situação homóloga.²²²

Na análise da tradução de Mayer, é também através da escolha do léxico que nos apercebemos de forma mais imediata do nível de língua, encontrando-se este em relação directa com o estatuto do texto.

Trata-se de verificar se o vocabulário escolhido pelo tradutor se desvia do vocabulário do texto original, medindo a sua originalidade, precisão e qual o seu desvio relativamente ao texto original.

Na tradução das *Geórgicas* verificamos que o tradutor conferiu ao texto, em alguns momentos, um tom mais familiar e oral, com intuito de aumentar a expressividade do mesmo utilizando expressões algo familiares e acrescentando vocábulos que conferem ao texto uma maior emotividade e aumentam a compreensão do texto.

Exemplos:

hic segetes, illic veniunt felicius uvae. (Virgílio, 1948: 28)

Aqui vai bem o trigo, além a vinha. (Ruy Mayer, 1948: 29)

²²² João Almeida Flor, ob. cit., 1983.

(...) ergo age. (Virgílio, 1948: 28)

Mãos à obra, portanto! (Ruy Mayer, 1948: 29)

Noutros casos altera mesmo o significado da palavra indo de encontro à sua estratégia de tradução que consiste em favorecer a aceitação do texto traduzido e sobretudo valorizar a mensagem que pretende transmitir.

Exemplo:

(...)viri. (Virgílio, 1948: 38) I.210

(...) ó lavradores. (Ruy Mayer, 1948: 29)

O tradutor altera ou acrescenta algumas expressões devido à diferente realidade referencial que envolve o texto traduzido e à sua vontade em reduzir ou compensar a distância cultural inevitável num texto traduzido. Dá informações suplementares, no entanto, e sempre que possível, faz uma tradução fiel do vocabulário original, evitando que o texto traduzido corra o risco de perder as características próprias e originais que exercem influência no sistema de chegada.

O nível de língua encontra-se directamente relacionado com o estatuto do texto. A variedade e a especificidade são duas denominações que podem ser atribuídas às escolhas lexicais de Ruy Mayer para a sua tradução. Por conseguinte podemos, nestes termos, falar não numa elevação do nível de língua, mas na escolha de um léxico rico e variado, sendo o caso, por exemplo, do uso dos vocábulos “transborda” e “abarrota” “amadura” “marradas”, embora seja nítida a pretensão do tradutor em não descurar o tom erudito de Virgílio como se nota nos exemplos seguintes: “pomos”, “retouçando”, “desnudando”, “uberes”, “tachos”.

Todas as transformações realizadas pelo tradutor visam tornar o texto mais atraente, mais expressivo e mais vivo.

As modulações principais consistem em substituir uma palavra neutra ou mais idiomática por outra, sobretudo mais colorida que surge no texto traduzido. Exemplo: “ferve no tacho”, para traduzir “despumat aeni”.

O tradutor confere, em alguns momentos do texto, um tom familiar e oral à tradução, valorizando a legibilidade do texto e aproximando-o ao mesmo tempo do sistema de chegada.

A introdução de expressões idiomáticas promove, do mesmo modo, uma aceitação do texto por parte do público-alvo como no exemplo “depõe a seus pés” ou “dias de nomeada”.

17. Organização sintáctica

Na tradução em análise encontramos vários exemplos de modificações da estrutura sintáctica, com o objectivo de tornar mais dinâmico e fluido o discurso.

São várias as transformações que podem ocorrer: unir duas ou mais frases numa só (exemplo a), transformar uma frase em várias (exemplo b), reorganizar a estrutura de várias frases seguidas ou alterar a classe das palavras (exemplo c e d). Estas alterações têm por objectivo conceder ao texto maior coerência a nível semântico atribuindo mais equilíbrio, homogeneidade e clareza do discurso de acordo com o modelo estilístico de recepção.

a-

agricola incurvo terram dimovit aratro:
hinc anni labor, hinc patriam parvosque nepotes
sustinet,

O lavrador, entretanto, revolve a terra com o curvo arado, e o trabalho ocupa-lhe o ano inteiro; com ele sustenta o património e os filhos;

b-

dant arbuta silvae;
et varios ponit fetus autumnus

dão medronhos as matas. Ou o outono depõe a seus pés pomos variados

c-

nec requies (nome)
Não descança (verbo)

d-

te libans (particípio)
invocar com libações (nome)

Nesta tradução Ruy Mayer traduz os verbos mantendo o modo, tempo e pessoa, sempre que esta tradução não dificulte a compreensão da frase.

a.

agricola incurvo terram dimovit aratro . (Virgílio, 1948: 94) II.513

O lavrador, entretanto, revolve a terra com o curvo arado (Ruy Mayer, 1948: 95)

Quando sente necessidade de tornar mais perceptível o sentido da frase, de modo a facilitar a compreensão do texto, não traduz o tempo ou o modo dos verbos.

b.

Felix qui potuit rerum cognoscere causas. (Virgílio, 1948: 92) II.490

Feliz aquele a quem foi dado conhecer as razões das coisas. (Ruy Mayer, 1948: 93)

18. Conclusões sobre o projecto tradutivo de Ruy Mayer

O agrónomo Ruy Mayer interpretou as *Geórgicas* num estilo elegante e correcto, esclarecendo, com o seu saber técnico, muitos passos obscuros para o letrado de exclusiva formação clássica, como foram quase sempre os tradutores de Virgílio.

À sua tradução também se poderá associar os seguintes tópicos que a foram condicionando; em primeiro lugar, o plano instrumental e utilitário das *Geórgicas*, isto é, a consciência de contribuir para divulgar, desta forma, o valor social do agricultor, a decadência da agricultura, bem como a defesa da *aurea mediocritas* por parte de Salazar; em segundo lugar, o problema da tradução do hexâmetro dactílico, optando pelo uso da prosa que resolve a questão e facilita a leitura, e em terceiro lugar, a existência de um prólogo em tom próximo e familiar, sendo complementados com explicações de Mayer os princípios agrícolas das *Geórgicas*, a redução ao mínimo das alusões aos mitos e a ausência de comentário à métrica ou estilística.

A actuação do tradutor foi ainda condicionada pelo uso de uma edição bilingue, visto que estas edições possuem funções específicas, pois algumas vezes privilegiam a aquisição de conhecimentos linguísticos e culturais do sistema literário de origem, em detrimento da construção discursiva. A leitura que se faz nestas edições é sobretudo pragmática. Destinam-se a um público possuidor de algum conhecimento da língua

estrangeira que lhe permite aceder ao texto original, exercendo também um certo controlo sobre a tradução. As funções do texto e a especificidade do público-alvo condicionam, sem dúvida, a escolha das estratégias traducionais por parte de Ruy Mayer.

O uso da edição bilingue era fundamental, pois seria uma das formas de credibilizar o texto traduzido, sendo possível ao leitor associar a função ideológica do texto latino à do texto português. Por outro lado, como difusor da mensagem ideológica veiculada pela tradução das *Geórgicas*, tornou-se imprescindível dar-lhe um tom mais oral e um certo dinamismo na apresentação da mensagem, o que o tradutor foi conseguindo, usando uma série de estratégias traducionais que anteriormente foram analisadas.

Cada sistema cultural redefine o sentido do texto segundo os critérios histórico-ideológicos que lhe são próprios. Esta constatação vai de encontro aos princípios delineados pelos teóricos dos *Descriptive Translation Studies*, que propõem uma aproximação descritiva e sistémica da *reescrita* que consiste na “recepção activa em que o tradutor re-produz a mensagem, recodificando-a por aculturação nos recursos característicos da língua de chegada.”²²³

Esta tradução que surge numa edição bilingue prova que a reescrita própria de qualquer tradução ultrapassa os trâmites linguísticos, sendo pertinente a análise das condições de publicação, do público a que se destina e da função do texto determinando, desse modo, as escolhas que sugerem os modelos a seguir.

A análise de uma tradução tem que ter em conta os sub-sistemas culturais, políticos e económicos integrando-os num sistema semiótico mais geral denominado de polissistema. Na teoria polissistémica, todos os domínios da actividade humana são considerados como sistemas, e que à tradução é atribuído um lugar importante como factor de interferência entre as diferentes culturas. Assim se justifica o interesse do estudo de uma tradução de uma obra como as *Geórgicas*, onde são visíveis relações de natureza intersistémica.

²²³ João Almeida Flor, ob. cit., 1983, p.10.

IV – CONCLUSÃO

A tradução das *Geórgicas* surgiu inserida na política fisiocrática, implementada por uma elite de engenheiros e agrónomos fiéis a Oliveira Salazar, em 1948. Alguns desses engenheiros nomeadamente Henrique de Barros, Ruy de Sá Oliveira e Eugénio de Castro Caldas organizaram a colecção de livros agrícolas intitulada “A terra e o homem” onde se insere a tradução das *Geórgicas de Vergílio* traduzidas por Ruy Mayer.

Uma tradução desta natureza teve toda a pertinência, pois a elite fisiocrática pretendia criar uma obra de natureza moral que veiculasse ensinamentos de natureza metodológica, estimulando pequenos quadros do regime a ver na política agrícola de Salazar a salvação do país.

Concluiu-se que Oliveira Salazar promoveu nos anos quarenta, uma política de valorização agrícola assente no fascínio que tinha pelos princípios dos tratadistas clássicos nomeadamente Columela, Catão, Paládio, Plínio-o-Velho, Lucrecio e Cícero, principais defensores da causa *Re-rustica*, cuja experiência de milhares de anos continuou a validar os ensinamentos perpassados por estas obras. Os valores clássicos latinos passaram a denominar-se Mitos de Salazar destacando-se os mitos da Ruralidade, Pobreza Honrada e da “Áurea Mediocritas”. Esta literatura promovida por Salazar foi o principal veículo de transmissão dos paradigmas agronómicos que foram recuperados da civilização latina e surgem veiculados na tradução analisada.

Esta política não foi um fenómeno isolado mas surgiu nos mesmos moldes em Itália e Espanha. Ambos os países publicaram, em pleno século XX, obras renascentistas onde se encontram os paradigmas da causa *Re-rustica* analisados, pois os seus autores consideram a actividade agrícola a prática mais fiel ao método científico que está na base da actividade científica actual.

Concluiu-se efectivamente da presença constante destes paradigmas agronómicos na política económica de Oliveira Salazar e do seu grande interesse em recuperá-los de modo a incrementar uma política agrícola assente sobretudo no azeite, vinha e cereais, produtos que constituíam do mesmo modo a base económica dos latinos.

Tal como cada tradução reflecte uma mentalidade e um momento específico que caracterizam uma sociedade numa dada ocasião da história, também cada sistema cultural redefine o sentido do texto traduzido de acordo com os seus critérios literários e

ideológicos. Por isso se compreende uma abordagem da tradução das *Geórgicas* à luz dos *Descriptive Translation Studies*, que propõe uma aproximação descritiva e sistémica da reescrita que constitui a literatura traduzida, observando a dinâmica das normas e modelos no seio do *corpus* seleccionado, mostrando o funcionamento dos sistemas literários, e mais concretamente, do sistema literário português na recepção de um texto canónico latino.

A aproximação descritiva e sistémica das estratégias traducionais, feita neste trabalho, permitiu compreender que a tradução é uma forma de reescrita, um acto de criação ao mesmo tempo dependente e independente do texto original.

Apesar da ligação ao texto original, o texto criado pelo tradutor é outro, pois foi criado num sistema cultural e linguístico diferente, tendo implícitas as diversas circunstâncias que presidiram à sua produção e recepção.

Após a análise da entidade prefacial de todas as traduções feitas, nos séculos XVII, XVIII e XIX, concluímos da especificidade da tradução de Ruy Mayer, feita por um agrónomo que também possuía formação clássica, que surge com propósitos sobretudo utilitários e didácticos.

As características do público a que se destina uma tradução, a sua bagagem cultural e linguística e os propósitos da realização de uma tradução são circunstâncias que obviamente vão condicionar as escolhas feitas pelo tradutor. Da análise de estratégias traducionais utilizadas por Ruy Mayer verifica-se que esta tradução, de um modo geral, e segundo a terminologia de Gideon Toury, aproxima-se mais do modelo de tradução adequada (orientada para o sistema de origem) do que do modelo de tradução aceitável (orientada para o texto de chegada).

No entanto, a tradução das *Geórgicas* de Mayer subordina-se às normas do sistema literário português na resolução de questões relacionadas com a pontuação, uso de maiúsculas e estruturas sintácticas, conferindo ritmo e vivacidade ao discurso. Esta opção dever-se-á à necessidade de aproximar o texto de modelos familiares do público leitor.

O tradutor pretende conferir um estatuto erudito ao texto traduzido e por esse motivo mantém os epítetos, as invocações e as figuras de estilo, bem como os termos marcadamente culturais, embora se preocupe em escolher expressões vivas e atraentes que confirmem vivacidade ao texto e este seja bem aceite pelo sistema de recepção.

Com o intuito de lhe atribuir o carácter canónico que a obra original possuía, é fiel ao texto latino a nível macro-estrutural, associando ao título da obra traduzida



nome do autor da obra original. Além disso, utiliza uma edição bilingue onde está presente o texto original em simultâneo com o texto traduzido. Estas edições privilegiam um público que possuía uma determinada bagagem cultural e valorizam conhecimentos linguísticos ou culturais pertencentes sobretudo ao sistema de origem. Esta tradução destinava-se de facto a uma elite que possuía tais apetências culturais.

A nível micro-estrutural, as variações observadas comparando-as com o texto original, verificámos serem o resultado de uma estratégia traducional que se subordina sobretudo à vontade de facilitar a integração do texto num novo sistema literário aproximando-o dos hábitos e expectativas do público de chegada.

Os acrescentos que o tradutor faz, nomeadamente as marcas visuais, as notas extensas e o prefácio têm o intuito de reduzir as dificuldades de leitura, acrescentando elementos suplementares de estruturação e interpretação, orientando o texto para o seu objectivo de breviário prático para o agrónomo, sem no entanto correr o risco de perder as suas características originais que vão de facto exercer influência no sistema de chegada.

Verificamos, por parte do tradutor, uma vontade em evitar repetições, suprimir redundâncias mantendo a elegância do texto e a sua importância estética, o que mostra uma reescrita de orientação literária, um exercício de estilo sobre um texto original de canonicidade indiscutível.

Ruy Mayer empenha-se em conferir ao texto traduzido a canonicidade do texto original na cultura moderna, pois pretendia que a sua tradução veiculasse valores de natureza ideológica que influenciariam uma elite do governo que se mostrava avessa em preferir a agricultura como actividade impulsionadora da economia portuguesa.

Assim esta tradução mostra-nos que a Cultura e a Literatura Portuguesas reformulam a tradução das *Geórgicas* de uma forma pouco usual, visto que recebem uma tradução que embora possua carácter literário, sobressai sobretudo por se instituir como uma base de trabalho para os agrónomos e um meio veiculador de uma mensagem ideológica. A literatura portuguesa exhibe desse modo um carácter aberto e uma tolerância para com os valores que emergem da tradução de Ruy Mayer.

ANEXOS

RUY MAYER

AS
GEORGICAS
DE VERGILIO

*VERSÃO EM PROSA DOS TRES PRIMEIROS
LIVROS E COMENTARIOS
DE UM AGRONOMO*



LIVRARIA SÁ DA COSTA

1948

A TERRA E O HOMEM

COLEÇÃO AGRÍCOLA
DIRIGIDA
POR HENRIQUE DE BARROS

13

10.^a Secção — A VIDA RURAL
NA ARTE E NA LITERATURA

No. 1



DESENHO NA CAPA DE
PAULO FERREIRA

A Terra e o Homem

COLECCÃO DE LIVROS AGRÍCOLAS ORGANIZADA PELOS ENGENHEIROS AGRÓNOMOS
HENRIQUE DE BARROS, RUY DE SÁ OLIVEIRA E EUGÉNIO DE CASTRO CALDAS

OBRAS PUBLICADAS

- No. 1 — A CULTURA DO CANHAMO, pelo *Regente Agrícola Celestino Graça*.
No. 2 — A TÉCNICA DO REGADIO, pelo *Prof. Ruy Mayer*.
No. 3 — O CUSTO DA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA, pelo *Prof. Henrique de Barros*.
No. 4 — DOENÇAS E PRAGAS DA VIDEIRA, pelo *Eng. M. Pereira Coutinho*.
No. 5 — SAL COMUM, pelo *Eng. M. Vieira de Sá*.
No. 6 — O HOMEM E OS INSECTOS, pelo *Eng. E. Sousa de Almeida*.
No. 7 — REPRODUÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS, pelo *Prof. R. T. da Costa Guerreiro*.
No. 8 — A ESTATÍSTICA NA EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA, pelo *Eng. M. J. Rodrigues de Carvalho*.
No. 9 — SILVICULTURA, pelo *Prof. M. d'Azevedo Gomes*.
No. 10 — A CULTURA DA BATATA (Noções fundamentais), pelo *Eng. Henrique Godinho*.
No. 11 — FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA PROPRIEDADE RÚSTICA, pelo *Prof. Eugénio de Castro Caldas*.
No. 12 — BOTANICA AGRÍCOLA, I Parte, pelo *Prof. João de Vasconcellos*.
No. 13 — AS GEÓRGICAS DE VERGÍLIO — Versão em prosa dos três primeiros livros e comentários de um agrónomo, pelo *Prof. Ruy Mayer*.
No. 14 — ECONOMIA AGRÁRIA, I Volume, pelo *Prof. Henrique de Barros*.

A SEGUIR:

- A TÉCNICA DO MELHORAMENTO DAS PLANTAS, pelo *Prof. D. R. Vitória Pires*.
BOTANICA AGRÍCOLA, II Parte, pelo *Prof. João de Vasconcellos*.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia activa

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mousinho de, *Georgicas portuguezas 1792-1846*, Paris, Officina de Bobée, 1820.

BRANCO, Manuel Bernardes, *Geórgicas / Públio Virgílio Marão; versão litteral das obras de Virgilio*, 1832-1900, Lisboa, trad. Viúva Bertrand, 1889.

CARVALHO, Francisco Freire de, *A Tradução das Geórgicas*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1949.

CASTILHO, António Feliciano de, *As Geórgicas de Virgílio*, Paris, Typ. de Ad. Lainé e J. Havard, 1867.

COSTA, Leonel da, *As eclogas, e geórgicas de Vergilio*, Lisboa, ed. Geraldo da Vinha, 1624.

LEITÃO, José Osório de Pina, *Tradução livre ou imitação das Geórgicas*, Lisboa, Typ. Nunesiana, 1794.

LEITÃO, António José de Lima, *As Geórgicas*, Rio de Janeiro, Typ. Real, , 1818.

MAYER, Ruy, *As Geórgicas de Vergílio*, Lisboa, Sá da Costa, 1948.

PEREIRA, João Felix, *As Georgicas de Virgilio*, trad. João Felix Pereira 1822-1891, Lisboa, Typ. Universal, 1875.

2. Bibliografia passiva

2.1. HISTÓRIA

AMARAL, Luciano, *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e*

evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954, Lisboa, Tese, Univ. Nova de Lisboa, 1993.

AMZALAK, Moses, *História das Doutrinas Económicas da Antiga Roma*, Lisboa, Academia das Ciências, 1942.

AMZALAK, Moses, *As ideias Sociais de Lucrecio*, Lisboa, Academia das Ciências, 1955.

AMZALAK, Moses, *Catão e a agricultura*, Lisboa, Academia das Ciências, 1953.

AMZALAK, Moses, *Paládio e a exploração agrícola*, Lisboa, Academia das Ciências, 1953.

AMZALAK, Moses, *Columela e a economia agrícola*, Lisboa, Academia das Ciências, 1953.

AMZALAK, *O pensamento económico de Cícero*, Lisboa, Separata Anais ISCEF, 26, 1958.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, 1942 – *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993.

BARRETO, António, *Memória da reforma agrária*, Lisboa, ed. Arco-Íris, 1983.

BERENGO, Marino, “Le Origini Settecentesche Della Storia Dell’Agronomia Italiana” in *L’Etat dei Luimi*, vol. I, Napoles, Jovene Editore, 1985, pp.863-966.

BRANDEL, Fernand, *A gramática das civilizações*, trad. Telma Costa, Lisboa, ed. Teorema, 1989.

CALDAS, Castro, *A agricultura na história de Portugal*, Lisboa, ed. Imprensa de publicações Nacionais, 1998.

CARVALHO, Joaquim Lourenço de, “Traduções portuguesas de As Geórgicas”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa – Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, pp-135-141.

Colecção de Legislação Portuguesa, 2º Semestre, 1929, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.

ESTADO NOVO E A AGRICULTURA – *O Estado Novo e a agricultura*, compil. Luis Quartin Graça, Lisboa, Sec. Propaganda Nacional, 1938.

EXPOSIÇÃO TRINTA ANOS DE ACTIVIDADE DO ESTADO NOVO, Covilhã, 1956 – *Roteiro / Exposição Trinta Anos de Actividade do Estado Novo*, Covilhã, 1956.

FIALHO, Irene, *Popular e popularizante nos manuais escolares do Estado Novo*, Tese maestr. Lit. Comparadas (Época Contemporânea), Univ. Nova de Lisboa, 1993.

FONSECA, Carlos Alberto Louro, *Sic Itur in Urbem, Iniciação ao Latim*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1992.

HERRERA, Alonzo, *Agricultura General*, edição crítica de Eloy Terrón, Servicio de publicaciones, Madrid, Ministério de agricultura, 1981.

HISTÓRIA DE PORTUGAL – *História de Portugal / dir. José Mattoso*, Lisboa, Estampa, 1998.

MAGALHÃES, Vitorino, *Revista de economia*, Lisboa, ed. Sá da Costa, 1940-1950.

MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, liv. Horizonte, 1990.

MELO, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, tese de mestrado de História dos sec. XIX e XX, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

NUNES, Fátima, *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de "sciencia agrícola" em Portugal*, Lisboa, Ed. Estar, 2001.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986.

RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos*, 6 vols., Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1989-1995.

RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira – *A policia politica no Estado Novo: 1926-1945*, Lisboa, Estampa, 1995.

ROSSI, (P), *Fragments d'histoire de l'economie politique chez les Romains*, in *melanges d'Economie Politique*, Paris, 1867.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1986.

ROSAS, Fernando, *Elementos para o estudo da natureza económico-social do Estado Novo nos anos trinta*, Lisboa, imp. Lisboa, 1986.

ROSAS, Fernando, 1946 – *O salazarismo e a Aliança Luso-Britânica: estudos sobre a politica externa do Estado Novo nos anos 30 a 40*, Fragmentos, Lisboa, imp. Lisboa, 1988.

ROSAS, Fernando, 1946- - *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*, 1ª ed., Lisboa, Notícias, 2000.

ROSAS, Fernando, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo” in *Análise Social*, vol. XXXV, 2001.

ROSAS, Fernando, *Salazarismo e fomento económico*, Lisboa, Notícias, 2000.

VALENTE, José Carlos, 1946- - *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*, 1ª ed., Lisboa, Colibri: INATEL, 1999.

SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. V, Coimbra.

2.2. LITERATURA

ALMEIDA, Justino Mendes de, “Traduções portuguesas da Eneida”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, pp.17-34.

BARRENTO, João, “A Literatura Comparada e a Problemática da Tradução” in *Revista Dedalus nº 1*, Maria Alzira Seixo (dir.), Lisboa, 1988, pp.55-71.

BASNETT, Susan, *Comparative Literature- A Critical Introduction*, Oxford, Blackwell, 1993.

BASSNETT, Susan, “Da literatura comparada aos estudos de tradução”, in *Floresta encantada - Novos caminhos da literatura comparada*, trad. João Ferreira Duarte, 2000, pp.289-313.

DUARTE, João Ferreira, “The politics of non-translations: a case study in Anglo-portuguese relations” in *Sublime Tradução - Alteridades, cruzamentos, transferências (ACT)*; Lisboa, Colibri, 2000, pp.59-71.

- CATÃO, *De l'agriculture*, ed. Raoul Coujard, Paris, Les belles Lettres, 1975.
- COLUMELA, *De l'agricultura*, tradução de Saint-Denis, Paris, Les Belles Lettres 1969.
- CLAUDON, Francis e Karen Haddad-Wolting, *Elementos de Literatura Comparada*, Luís Serrão (trad.), inquérito, 1992.
- COLUMELA, *De L'Agriculture- Livre X*, trad. Saint-Denis, Paris, Les Belles Lettres, 1969.
- COLUMELA, *Arboribus*, trad. Raoul Goujard, Paris, Les Belles Lettres, 1986.
- COLUMELA, *De L'Agriculture- Livre XII*, trad. Jacques André, Paris, Les Belles Lettres, 1988.
- COLUMELA, *De L'Agriculture- Livre III*, trad. Dumont, Paris, Les Belles Lettres, 1993.
- DUARTE, João Ferreira, "Tradução e expropriação discursiva" in *Floresta encantada Novos caminhos da literatura comparada*, 2000, pp. 519-532.
- FLOR, João Almeida, "Tradução e Tradição", in *Problemas da Tradução – II Jornada de estudos sobre a Tradução*, Guerreiro (org), Lisboa, Guelf, 1983, pp.5-19.
- GENETTE, Gérard, *Seuils*, Paris, editions du Seuil, 1985.
- HOLMES, James S., *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*, Amsterdam, Rodopi, 1988.
- LAMBERT, José e H. Van Gorp, "On describing Translation", in *The Manipulation of Literature, Studies in Literary Translation*, London, Croom Helen, 1985, pp.12, 44-53.

LAMBERT, José, “A Tradução”, In *Teoria Literária*, Angenot M. & al. dir., Lisboa, D. Quixote, 1995, pp. 189-198.

LEFEVERE, André, *Translation, Rewriting & the Manipulation of Literary Fame*, London and New York, Routledge, 1992.

LEFEVERE, André, *Translation/History/ Culture- A Sourcebook*, London, Routledge, 1992.

MARTINS, Fernando Cabral “ A tradução em dois sentidos”, in *Problemas da Tradução – II Jornada de estudos sobre a Tradução*, Guerreiro (org), Lisboa, Gueif, 1983, pp.31-35.

MINER, Earl “Estudos comparados interculturais” in *Teoria Literária*, Marc Angenot &al. (dir.), Lisboa, D. Quixote, 1995, pp. 201-221.

NASCIMENTO, Aires Augusto, “Manuscritos virgilianos de bibliotecas portuguesas” in *Virgílio e a Cultura Portuguesa- Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio Lisboa 1981*, Lisboa, Imprensa Nacional,1981, pp.171-190.

OSEKI-DEPRÉ, Inês, *Théories et pratiques de la traduction littéraire*, Paris, Armand Colin, 1999.

PAIS, Carlos Castilho, *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa – Antologia*, Universidade Aberta, 1997.

PALÁDIO, *Opus Agriculturae- Traité d'agriculture*, Trad. René Martin, Faculdade de Letras, Porto, 1988.

PARATORE, Ettore, *História da Literatura Latina*, trad. Manuel Losa, F. C. Gulbenkian, Lisboa, 1983.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Lições de Literatura*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1948.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Reflexos portugueses da IV bucólica de Virgílio*, Coimbra, Imprensa Nacional, 1986.

PRIETO Maria Helena de Teves Costa Urena, “Comentadores Portugueses de Virgílio”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa – Actas do Bimilenário da Morte de Virgílio* Lisboa 1981, Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1981, pp. 249-280.

SEIXO, Maria Alzira, “A tradução da poesia e os estudos literários”, in *Colóquio Letras*, n.º 120, Abril-Junho de 1991, pp. 139-142.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8ªed., Coimbra, Livr Almedina, 1992.

TORRE, Esteban, *Teoría de la Traducción Literaria*, Madrid, editorial Síntesis, 2001.

TOURY, Gideon, “The Nature and Role of Norms in Literary Translation”, In *Search of a Theory of Translation*, Tel Aviv, The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980, pp. 51-53.

